

vol.1 n.1
2018

 **Patry Ter**

Revista PatryTer

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília

www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Profa.: Dra. Márcia Abrahão Moura

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof.: Dr. Mario de Diniz de Araújo Neto

Programa de Pós-Graduação

Coordenador: Prof.: Dr. Roberto Arnaldo T. Gomes

REVISTA PatryTer

Editor Responsável: Prof. [Dr Everaldo Batista da Costa](#), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Conselho Editorial:

[Prof. Dr Everaldo Batista da Costa](#), Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

[Prof. Dr^a Ilia Alvarado-Sizzo](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México

[Prof. Dr^a Mabel Teresa Chaos Yeras](#), Universidad de Camagüey, Cuba

[Prof.: Dr José Omar Moncada](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México

[Dr^a Maria De Los Angeles Adames de Newbill](#), Universidad de Panamá, Panamá

Conselho Técnico:

[Dr Rafael Fabricio Oliveira](#), Instituto Federal de São Paulo, Brasil

[Dr^a Luana Nunes Martins de Lima](#), Universidade Estadual de Goiás, Brasil

[Doutorando Víctor E. Pacheco Garrido](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Doutoranda Rúbia de Paula Rúbio](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Mestranda Évellin Lima de Mesquita](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Msc. Vinicius Sodré Maluly](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Denise Bacellar Nunes](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Luciana Setubal](#), Universidade de Brasília, Brasil

[Bibliotecária Thayse Cantanhede](#), Universidade de Brasília, Brasil

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência - Departamento de Geografia/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55-61-31077253

E-mail: revistapatryter@gmail.com

PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades

v. 1, n. 1 (2018). – Brasília

Semestral

ISSN

1. Geografia e Humanidades. Universidade de Brasília. Programa de Pós Graduação em Geografia.

Editorial

A filosofia de uma revista latinoamericana e caribenha sobre urbanização e patrimonialização

Everaldo Batista da Costa¹

Ilia Alvarado-Sizzo²

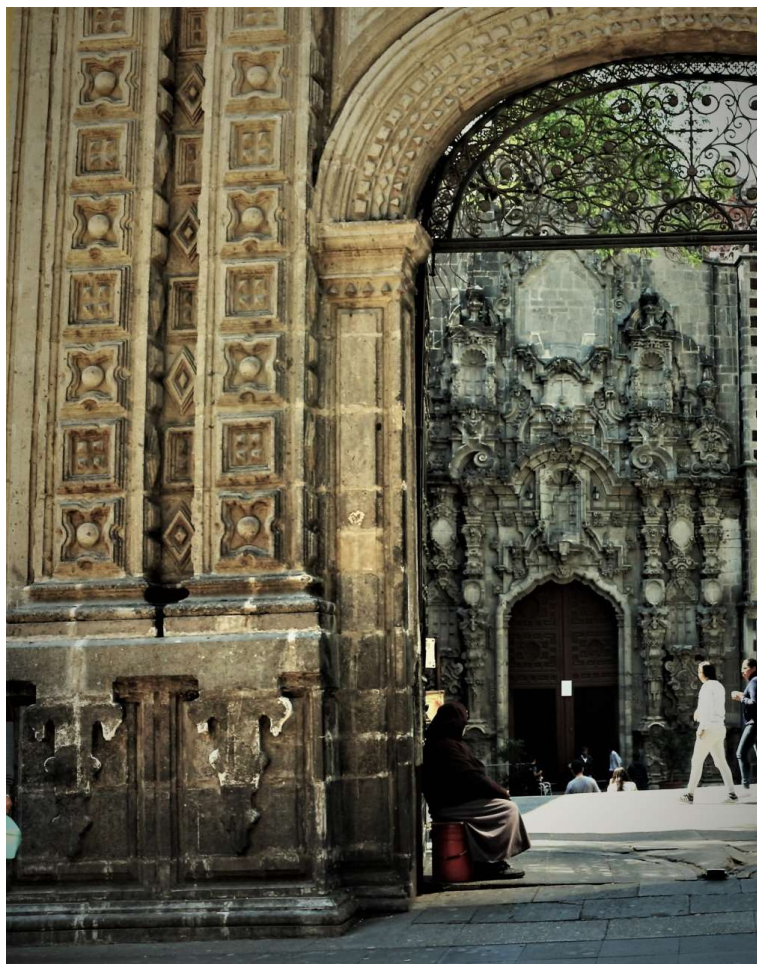
A PatryTer é uma revista científica que publica artigos inéditos sobre a dinâmica contemporânea de territórios urbanos, rurais e da “natureza” em processo de patrimonialização, na América Latina e Caribe.

Falaremos, em síntese, da origem e da proposta desta revista que já nasce internacional e regional.

A origem da PatryTer vincula-se à utopia de nosso grupo de Pesquisas *CNPq* [Gecipa - Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe] em compreender, mapear e valorizar as investigações sobre urbanização e patrimonialização desenvolvidas no continente. Mas, acreditamos que um sonho compartilhado é o melhor caminho para realizar a dádiva, enquanto ato de dar, de receber e de retribuir³; práticas fundamentais para uma existência solidária - um pouco esquecida no mundo do presente.

Assim, na travessia que estamos, tivemos a oportunidade de encontrar pessoas para lançar à frente o projeto, que é gestado desde 2012, pelo nosso grupo, no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, especialmente, nossos orientandos e ex-orientandos de mestrado e de doutorado. Durante os anos de 2016 e de 2017, tivemos a oportunidade de desenvolver o projeto *Riscos ao Patrimônio da Humanidade na América Latina e Caribe*. Nesse interregno, visitamos sete países e quatorze universidades do continente, quando conhecemos pessoas especiais motivadas a nos acompanhar nesse projeto. No Instituto de Geografia da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM) usufruímos de singular acolhida, onde nos reunimos, no mês de março de 2017, para *I Colóquio Latinoamericano sobre Urbanização e Patrimonialização* (CLUP - evento que desejamos bianual e itinerante por países), e apresentamos a proposta da Revista. Ali, ficou notório que a utopia seguia o melhor rumo para sua concretização.

Então, iniciamos o processo de criação da PatryTer, junto com as servidoras técnicas da Biblioteca Central da Universidade de Brasília e o apoio incondicional dos integrantes do Gecipa/CNPq. Foi quando



*Foto e proposta para a logomarca.
Doutoranda Rúbia de Paula
Rúbio. Integrante do
Gecipa/CNPq.*

¹ Docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Editor-Chefe da PatryTer.

Email: everaldocosta@unb.br

² Docente do Instituto de Geografia da Universidad Nacional Autónoma do México – Editora da PatryTer.

Email: ialvarado@igg.unam.mx

começamos a refletir sobre a estética e a filosofia da revista e encontramos na fotografia abaixo síntese do pretendido. A portada dá acesso ao átrio da Igreja de San Francisco, na Calle Francisco I Madero, Cidade do México. Esta igreja foi construída no local do jardim zoológico de um palácio, do imperador asteca Moctezuma. Sabemos que as cidades são fatos que advêm de reconstruções objetivas e subjetivas. A colonização desfez símbolos, os redefiniram, para dar sentido a novas memórias espaciais. Logo, a foto grafa o poder de se refazer a cidade, por meio de signos e de símbolos. Denota os limites a serem transpostos pelas análises investigativas que a PatryTer deseja divulgar, no contexto do processo civilizatório que perfaz a América Latina e o Caribe. E mais, a fotografia foi capturada em um contexto de construção coletiva ou de trabalho mútuo, quando da realização do I CLUP do México (mencionado acima).

Essas referências à fotografia são para justificar a *logomarca* da PatryTer, que dialoga - estética e filosoficamente - com o desenho indígena contido na portada barroca, síntese da acumulação e da sobreposição espaço-temporal constituinte da civilização latinoamericana.

Ainda sobre a proposta da PatryTer, cabe dizer que não seguiremos a lógica abusiva de publicações que impõem o mundo reprodutivo das universidades globalizadas, pela quantidade ou pela vigente métrica descompensada do conhecimento. Primaremos pela qualidade dos artigos publicados, resultados de investigações preocupadas não somente em revelar novos casos analíticos em Geografia e outras ciências sociais (bem como as ditas ambientais), mas de apontar saídas teóricas e metodológicas para as problemáticas da cidade, do campo e da natureza, especialmente no que diz respeito à patrimonialização, com suas intervenções espaciais.

Por fim, esse primeiro número da PatryTer traz artigos de pesquisadores latinoamericanos e caribenhos que nos acompanham no projeto. São eles professores e pesquisadores do México, de Cuba, da Costa Rica e do Brasil, os quais estão preocupados com lógica preservação patrimonial - valorização espacial, dentro de suas respectivas abordagens metodológicas. O cubano **René Alejandro Gonzalez Rego** discute a dinâmica do espaço em La Habana, especialmente após a Revolução de 1959, situando o papel do turismo internacional sobre a refuncionalização da memória urbana. A mexicana **Miriam Reyes Tovar e Isaías Daniel Hinojosa Flores** assinala a importância do conceito “heterotopia” apresentado por M. Foucault, correlacionado à ideia de espaço real, de H. Lefebvre, para tratar da migração internacional e a criação do valor espacial de um patrimônio gerado no encontro de migrantes. A cubana **Mabel Teresa Chaos Yeras** apresenta o resultado de sua pesquisa sobre usos e apropriações do espaço urbano e do patrimônio; faz a relação entre identidade cultural e memória, fundamentada nas ações contemporâneas que conduzem a perdas do patrimônio. A brasileira **Luana Nunes Martins de Lima** faz uma síntese dos elementos constituintes da teoria e da metodologia de seu doutoramento; reconhece, pelos conceitos lugar e memória, o sentido do “esquecimento” e da “resistência” revelados pelo patrimônio do estado de Goiás. A geógrafa de Costa Rica, **Isabel Avendãno-Flores**, baseada em fontes secundárias e do Arquivo Nacional, trata da resignificação de San José, do final do século XIX até meados do século XX, no transcurso da implantação da ferrovia até a instituição de um patrimônio ferroviário. **Fernando Luiz Araújo Sobrinho e Edilene Américo Silva**, geógrafos do Brasil, debatem patrimônio material e patrimônio imaterial a partir de um estudo de caso goiano; a análise da duração de uma feira e a conservação do sítio histórico conduz ao entendimento da importância dos sujeitos na preservação patrimonial. **Adriana Dennise Rodríguez Blanco**, do México, trata do potencial urbanizador do turismo e da percepção de residentes sobre esse fenômeno e sobre a cidade; a análise problematiza as especificidades do espaço turístico periurbano em Cidade do México. O equatoriano **Boris Vladimir Tapia Peralta** reconhece a pertinência dos conceitos “valor intrínseco” e “regime de valor” para o debate da patrimonialização. Polemiza sobre a ideia de um sistema estável de valores atribuídos aos objetos arquitetônicos, que formam parte do patrimônio cultural mexicano; defende o questionamento desses conceitos, para apreender as contradições que envolvem a patrimonialização.

Resta-nos dizer que começamos a resignificar a utopia necessária de compreender, de mapear e de valorizar as investigações sobre urbanização e patrimonialização desenvolvidas na América Latina e Caribe. Esperamos que este primeiro número atenda ao objetivo de estimular o debate sobre os rumos da preservação patrimonial em nossas Américas. Boa leitura!

Notas

¹ Sentido atribuído pelo antropólogo Marcel Mauss.

La Habana: dinámica socio espacial de las formas urbanas

René A. González Rego¹

Resumen: Se presentan una serie de apuntes y reflexiones del autor en torno a la dinámica de las formas urbanas en La Habana, enfatizándose en las incidencias socio-espaciales del triunfo de la revolución de enero de 1959 a tenor de las peculiaridades del modelo socialista de asimilación socio espacial, situación que permaneció al menos desde el punto de vista teórico intacto o al menos inamovible hasta la década de los noventa del siglo pasado con el comienzo de una profunda y perdurable crisis económica. El peculiar modelo cubano para salir de la crisis, presenta matices en su impacto sobre la estructura socio espacial y las formas urbanas en la ciudad, incluyendo la apuesta al desarrollo del turismo internacional, un reto importante dada su incidencia en la creación de realidades que llevan aparejadas a la restauración y aparición de nuevas y diversas formas urbanas la re funcionalización de las memorias urbanas.

Palabras-clave: dinámica socio espacial; formas urbanas; memoria urbana, patrimonio urbano; espacio edificado

Havana: dinâmica socio-espacial das formas urbanas

Resumo: Apresenta-se uma série de questões e reflexões do autor acerca da dinâmica das formas urbanas em Havana, com ênfase nas incidências socio-espaciais do triunfo da Revolução em janeiro de 1959, regido pelas peculiaridades do modelo socialista de assimilação socio-espacial, situação que permaneceu ao menos desde o ponto de vista teórico imóvel até a década noventa do século passado com o começo de uma profunda e perdurável crise económica. O modelo peculiar cubano para sair da crise apresenta matrizes no seu impacto sobre a estrutura socio-espacial e as formas urbanas na cidade, incluindo a aposta ao desenvolvimento do turismo internacional, um grande desafio dada a sua incidência na criação de realidades paralelas a restauração e aparição de novas e diversas formas urbanas e a reactivação das memórias urbanas.

Palavras-chave: dinâmica socio-espacial, formas urbanas, memória urbana, património urbano, espaço edificado

Havana: socio-spatial dynamics of city form

Abstract: A series of notes and reflections of the author about the dynamics of urban forms in Havana are presented; emphasizing in the socio-spatial incidences of the triumph of the Revolution of January 1959 according to the peculiarities of the socialist model of assimilation socio- spatial. This situation remained intact at least from the theoretical point of view or at least immovable until the nineties of the last century with the beginning of a deep and enduring economic crisis. The peculiar Cuban model to emerge from the crisis presents nuances in its impact on the socio-spatial structure and urban forms in the city, including the commitment to the development of international tourism, an important challenge given its impact on the creation of realities that, with the restoration and appearance of new and diverse urban forms, bring along the re-functionalization of urban memories.

Keywords: socio-spatial dynamics; City form; Urban memory; Urban patrimony; Spaces developed

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹Doutor em Ciências Geográficas pela Universidad de La Habana. Email: rgrego@geo.uh.cu.

1. Introducción

Se presentan una serie de apuntes y reflexiones del autor en torno a la incidencia que en la conformación de la memoria urbana de La Habana ha tenido la dinámica de las formas urbanas a partir del siglo XX y hasta la primera década del siglo XXI, enfatizándose en el análisis de las incidencias socio-espaciales del triunfo de la revolución de enero de 1959 a tenor de las peculiaridades del modelo socialista de asimilación socio espacial, proyectándose hacia un proceso de acumulación, integración y sobre imposición de elementos sociales, situación que permaneció al menos desde el punto de vista teórico intacto o al menos inamovible hasta la década de los noventa del siglo pasado, momento en que el país se sume en una profunda y perdurable crisis económica que marca el inicio de un nuevo proceso de recomposición o reacomodamiento social del espacio edificado en el que el desarrollo del turismo como actividad económica ha jugado un papel preponderante.

Si se parte de la convicción de que el “espacio geográfico” es una categoría que se construye socialmente y que posee la propiedad de presentarse ante nosotros como expresión de patrimonio, de la historia precedente y actual, de una memoria, entonces es pertinente la utilización de dicha categoría geográfica en el tema de la dinámica socio espacial de las formas urbanas, permitiendo tener en cuenta que toda ciudad, vista en un momento determinado, constituye un reflejo de la sociedad en que se desarrolla la misma, siendo la manifestación de sus formas urbanas un reflejo del funcionamiento de dicha organización social.

El espacio urbano actual es el resultado de un proceso de diferenciación socio espacial, que obedece a los procesos económicos y sociales ocurridos en el pasado y el presente. La ciudad fortalece y/o reacomoda memoria de su proceso histórico de consolidación espacial, a la vez que pueden re-emergir o emerger nuevas disparidades de manera coyuntural.

La Habana, como todo asentamiento humano en el transcurso de conversión en gran ciudad, ha presentado un proceso de asimilación espacial discontinuo y heterogéneo, incidiendo en la conformación de su patrimonio diversos factores, que van desde los naturales hasta los de carácter socioeconómicos.

De hecho, en el transcurso de su desarrollo histórico-espacial puede plantearse la presencia de espacios y formas urbanas diferenciadas, que han cumplido, o cumplen una función determinada en respuesta a los procesos sociales vividos en el pasado y el presente. Unos breves apuntes históricos de la dinámica espacial de La Habana

durante la primera mitad del siglo XX, momento en que se manifiesta ya su contundente terciarización (servicios al turismo internacional, comercio, actividad bancaria, hoteles, etc.) brinda los necesarios antecedentes para la comprensión de los procesos de transformación del patrimonio edificado desarrollado a partir del triunfo revolucionario de 1959, matizándose a posteriori dicho periodo según el accionar de la dinámica económica, política y social a escala nacional, a saber;

2. La primera mitad del siglo XX

En los primeros años del siglo XX comienza a destacarse el carácter comercial y administrativo que asume la zona central de la ciudad bajo el giro de las actividades financieras y comerciales que comenzaban a desarrollarse con los Estados Unidos de Norteamérica, jugando de conjunto un papel decisivo en la conformación del espacio social capitalino; instalándose en el centro urbano tradicional sucursales bancarias, las oficinas de seguros, edificios de oficinas, el comercio al por mayor y al detalle, así como sus principales hoteles, algunos provenientes del siglo anterior, a saber; Hotel Telégrafo (1835); Perla de Cuba (1835); Del Comercio (1841); La Unión (1846); Inglaterra (1856); Pasaje (1877); Saratoga (1879); Roma (1881); Isla de Cuba (1888); en la última década del siglo XIX (Trotcha, Brooklyn, Fornos, Plaza).

En zonas de nueva urbanización como El Vedado, si bien se trató de conservar una estricta segregación espacial a favor de los grupos sociales de mayores recursos esto no se logró, dada la coexistencia de lujosos inmuebles con viviendas de madera y precarias, a lo que se une la congelación especulativa de solares yermos en espera de su revalorización, fenómeno que se materializa posteriormente en la década de 1950 con la construcción de torres de viviendas para la propiedad horizontal.

Dadas estas razones de “mezcla social” se torna necesario para las clases pudientes la búsqueda de nuevas zonas de expansión hacia territorios “no contaminados socialmente” y “con valores paisajísticos”, siguiendo las directrices costeras hacia el oeste y este (figura.1), direcciones que se constituyen en ejes fundamentales del asentamiento de los grupos poblacionales de mayores ingresos, situación que lleva aparejada la creación de formas urbanas vinculadas al desarrollo del sector terciario, incluyendo el turismo y el ocio, por ejemplo, la construcción de hoteles (Hotel Plaza 1908; Hotel Ohio 1917; Hotel Lafayette 1919; Hotel New York 1919; Hotel Presidente 1927; Hotel Nacional 1928; Hotel Sevilla).

Para reafirmar la diferenciación socio espacial imperante en la capital cubana son elocuentes las palabras del gran físico alemán Albert Einstein, quien a finales de 1930 visitaba la ciudad y expresaba en su diario su visión acerca de dicha situación: "(...) Clubes lujosos al lado de una pobreza atroz, que afecta principalmente a las personas de color (...)" (Altshuler, 1990), siendo la Ciudadela, formas urbanas que aún perduran, una de las expresiones más fieles de la vivienda de las personas de menores recursos en La Habana, en las cuales proliferaba el hacinamiento, la promiscuidad y la convivencia, en contraste con las sólidas mansiones de los grupos sociales de mayores recursos que ya comenzaban a proliferar.

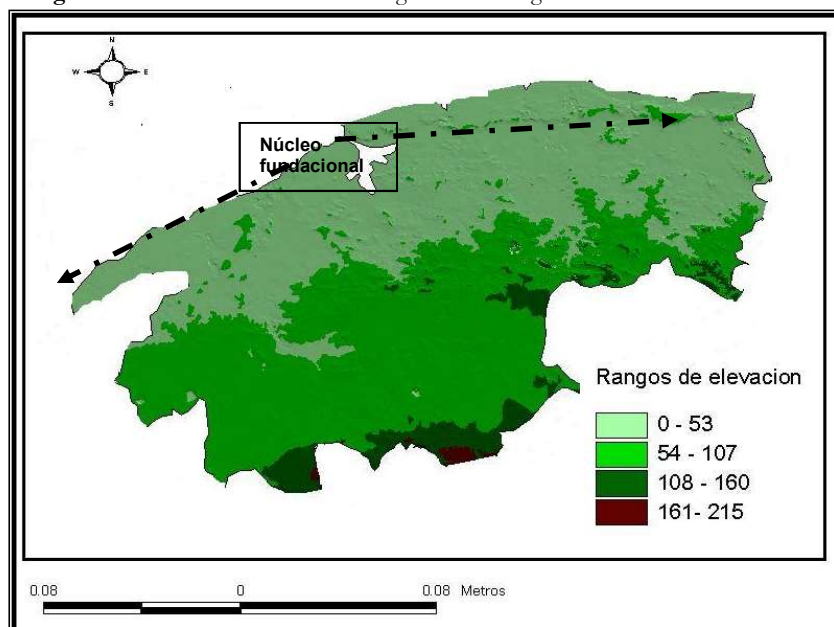
El desarrollo de la iniciativa privada es otro elemento que contribuye a acelerar el proceso de crecimiento y diferenciación social de la mancha urbana hacia el oeste del centro urbano (hacia el término municipal de Marianao), dado por asumir, tanto el desarrollo de las infraestructuras básicas a escala comunitaria (sobre todo con la finalidad de satisfacer las necesidades creciente de selectos grupos sociales), como por su inversión hacia sectores ya identificados por las actividades turísticas y recreativas de los grupos sociales dominantes y de los visitantes extranjeros (norteamericanos fundamentalmente), destacándose en este caso el sector norte occidental costero de la ciudad.

- Continua la Expansión hacia el oeste de las parcelaciones para uso residencial más exclusivas; Así por ejemplo, se compactó el barrio de *Miramar*, zona ubicada en la sección del primer nivel de terrazas marinas, con presencia de baja densidad habitacional, calles bien trazadas y manzanas más grandes en el que se asientan elementos de la más alta aristocracia,

- Diseminación de repartos residenciales hacia zonas de interés urbanístico, los cuales se caracterizan por presentar una buena estructura urbanística, y la presencia de viviendas individuales con alto confort y estética, ocupadas por una extensa clase media existente en la capital.

- Se extienden hacia la periferia aquellas parcelaciones desarrolladas en zonas donde el bajo valor del suelo urbano, dadas las limitaciones del medio físico y las distancias al centro, condicionaron que no tuvieran mayor demanda inmobiliaria, esta situación promueve la ocupación de las mismas por grupos sociales de bajos ingresos e inmigrantes de diferentes zonas del país, así como de aquellos provenientes del proceso de erosión del centro histórico, caracterizándose estas zonas por viviendas de bajo valor arquitectónico y una urbanización mal estructurada.

Figura 1. Directrices de crecimiento según modelo digital de elevación. La Habana.



Fuente:

Elaborado por el autor según resultados del Proyecto CAESAR.

Entre los años 1945 y 1958 se acentúa el proceso de diferenciación socio espacial habanero al coincidir este intervalo de tiempo con el de mayor auge de su proceso de urbanización, continuando el desarrollo del modelo de segregación ya existente, a saber;

- Al mismo tiempo se produce la proliferación de urbanizaciones precarias, se desarrollan fundamentalmente en los espacios que quedaban libres de urbanización en el desarrollo del proceso de poblamiento asociado a la dirección de crecimiento de los principales ejes viales, así

como en áreas que presentaban condiciones no idóneas para el hábitat, en ocasiones próximos a industrias o proyectos de construcción dada la posibilidad de encontrar algún empleo casual, siendo de hecho la población que allí residía la más marginada, no sólo desde el punto de vista espacial, sino de condiciones de vida.

La evolución económica de la ciudad, basada fundamentalmente en el desarrollo del comercio (sustentado tanto en el capital nacional como extranjero), convierte parte del territorio del centro urbano tradicional en el eje de las actividades comerciales y de servicios de todo tipo, respaldando la intensa vida que se iba gestando en su entorno, así a lo largo de las calles Galiano, San Rafael, Neptuno, Belascoaín y Reina aparecen desde los más modestos establecimientos comerciales hasta lo que más tarde serían las grandes tiendas por departamentos. Paralelamente surge gran número de establecimientos gastronómicos, variando desde los destinados a los grupos sociales de mayores ingresos hasta las sencillas fondas chinas de la calle Zanja.

Todos estos elementos condicionan una marcada estratificación social, cuyo elemento fundamental estaba dado por el status económico de sus diferentes grupos humanos, y como resultado lógico una profunda estratificación y segregación social de su espacio urbano, lo que sin dudas se refleja en las formas urbanas.

"(...) Esta era una ciudad de desproporciones, tanto en su imagen urbana y en la distribución y calidad de las viviendas como en la infraestructura y red vial, los espacios verdes, las instalaciones productivas y recreacionales (...) Con fuertes desigualdades entre centro y periferia y con un deterioro físico y social que ya había comenzado en las áreas centrales más congestionadas(...)" (Coyula, 1996), motivadas por el incesante proceso de peregrinaje urbano, como secuencia de ubicación espacio-temporal óptima de los diferentes grupos sociales a través de la historia.

En esta Habana pre revolucionaria del siglo XX es fácil apreciar la separación de los diferentes sectores sociales, polaridad que diferenció los tipos de urbanización y las variadas tipologías arquitectónicas que la distinguen en la actualidad, se distinguen en este periodo formas urbanas vinculadas al turismo y al ocio, asociadas en muchos casos a las inversiones de personajes tristemente célebres por sus vínculos con la Mafia norteamericana y el desarrollo del juego y la prostitución (Hotel Flamingo 1949; Hotel St. John's; Hotel Vedado 1951; Hotel Comodoro 1953; Hotel Colina 1954; Hotel Rosita de Hornedo 1955; Hotel Habana Riviera 1957; Hotel Capri 1957; Hotel Deauville 1958; Hotel Habana Hilton 1958).

3. Desarrollo espacial de la ciudad a partir del triunfo de la revolución de 1959

En enero de 1959 hace su entrada en La Habana la llamada "caravana de la victoria" como señal inequívoca de triunfo total del movimiento revolucionario liderado por el Comandante Fidel Castro Ruz, dicho triunfo marca un hito en el devenir histórico del proceso de desarrollo de las formas urbanas en la capital cubana, siendo fiel reflejo de las profundas transformaciones sociales que habrían de acometerse por parte del gobierno revolucionario.

El desarrollo espacial de la ciudad a partir de este momento se enmarca en un proceso nacional de transformaciones sociales, obedeciendo a los preceptos de una sociedad sin clases, y regida por principios de distribución equitativa por parte del Estado, condicionando, entre otros;

1. La desaparición del proceso de especulación de terrenos urbanosⁱⁱⁱ.

2. Estos cambios estructurales, dirigidos a disminuir las diferencias sociales, a dar respuesta a las nuevas necesidades sociales y a disminuir el déficit de viviendas heredadas con criterio equitativo, tratan a su vez de transformar la estructura urbana existente, elemento que intercala grupos sociales diferentes, y fomenta relaciones sociales de nuevo tipo.

Se instauran planes estatales de construcción de viviendas^{iv}; edificios de la otrora administración pública construidos en la década de los 50 como parte del nuevo centro administrativo de La Habana en torno a la plaza cívica pasan a ser sede de las entidades del nuevo poder, por ejemplo; el edificio construido como sede de la Renta de Lotería pasa a ser ocupado por el Instituto Nacional de Ahorro y Viviendas (INAV), al desaparecer ese organismo, lo ocupó la Junta Central de Planificación (JUCEPLAN), que después se llamaría Comité Estatal de Planificación, actual Ministerio de Economía y Planificación (MEP), la sede del Tribunal de Cuentas pasa a ser la sede del Ministerio de Industrias, hoy Ministerio del Interior (MININT), La Alcaldía de La Habana pasa desempeñar las funciones del Ministerio de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (MINFAR); La edificación del Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba (BANFAIC) asume las funciones del Ministerio de Obras Públicas y posteriormente del Ministerio de la Construcción (MICONS), el Palacio de Justicia es transformado en Palacio de la Revolución y sede del Comité Central del Partido Comunista de Cuba.

Creación de numerosas instituciones culturales; Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfico (ICAIC), Casa de las

Américas, Consejo Nacional de Cultura, entre otros.

Viviendas de los grupos sociales de mayores ingresos son transformadas en sedes de entidades del nuevo gobierno, centros educacionales, guarderías infantiles, centros de salud, etc., de igual forma cuarteles militares y estaciones de policía se transforman en centros educacionales.

El sistema simbólico de la Revolución se manifiesta con fuerza también a partir de la proliferación de nuevos monumentos conmemorativos que parten de concepciones diferentes a los creados en la época pre-revolucionaria, se renombran instituciones culturales haciendo referencias a sitios o mártires relacionados con el proceso revolucionario.

En cuanto a la recreación, se realiza la conversión de Clubes de descanso y recreación pertenecientes a diferentes asociaciones y grupos de poder en Círculos Sociales Obreros, cambiando desde entonces la fisonomía social de los mismos.

3. Se agrega al proceso la sucesión domiciliaria, llevada a cabo por el personal de servicios y otros en las viviendas abandonadas por sus dueños, al tomar la decisión de emigrar por temor a los efectos de las políticas radicales del gobierno revolucionario.

4. Los procesos de compactación urbana se desarrollan dado el relleno de espacios sin edificar en la trama urbana con edificios multifamiliares, la construcción de guarderías infantiles, consultorios del Plan del Médico de la Familia, policlínicas, centros educacionales y deportivos, etc.

La construcción de edificios multifamiliares unido al proceso de sucesión social a escala domiciliaria implican, de cierto modo, una mayor heterogeneidad social de la ciudad, al alterarse los componentes de la estructura social existente en el interior de diversos sectores del espacio urbano capitalino.

5. Durante 1960 y 1961 los más grandes y peores asentamientos precarios de la capital fueron demolidos, sus residentes construyeron sus propias viviendas. Los asentamientos que quedaron fueron renombrados como “Barrios Insalubres”, predominando en su clasificación la calidad de la vivienda y del asentamiento, no por el status económico de sus residentes. El segundo gran esfuerzo por la eliminación y reemplazo de los asentamientos marginales se manifestó a finales de los 60 y principios de los 70 del siglo pasado como parte de la política oficial de creación del cinturón verde de la ciudad (Coyula, 2004).

6. En los años 70^v comienza una

etapa de amplio desarrollo arquitectónico que incluye la expansión hacia la periferia de la mancha urbana a partir de la construcción de nuevos conjuntos habitacionales, centros hospitalarios, industriales, educacionales de formación vocacional en lo militar, en ciencias pedagógicas: de formación de maestros, instructores de arte, educadores de círculos infantiles, de iniciación deportiva y perfeccionamiento atlético, artísticos, tecnologías de la salud, etc.

A tenor de lo anterior, y con el interés de fomentar el crecimiento de la ciudad, primero hacia el este y más tarde hacia el oeste de la franja costera norte, se desarrollan los primeros proyectos urbanísticos en las otrora áreas destinadas al desarrollo de lujo, terrenos que, en el caso del este de la mancha urbana se habían revalorizado, luego de la inauguración del túnel submarino que eliminaba a la bahía como obstáculo natural, llevándose a cabo la urbanización, ampliación y/o remodelación de repartos o parcelaciones ya existentes.

7. De hecho, las áreas residenciales de la ciudad han estado sometidas a un continuo y variado proceso de transformaciones, que van desde su morfología, cambios funcionales, hasta la metamorfosis del régimen de propiedad y composición social, ocupacional y demográfica de sus habitantes, siendo este último quizás uno de los más persistentes, ya que las áreas residenciales de la capital, además de su lógico deterioro, han estado sometidas a intensos fenómenos de invasión y sucesión, en virtud de los cuales determinados grupos sociales han sido sustituidos por otros.

Entre los años 1986 y 1992 el *movimiento de microbrigadas* ejecutó obras de gran significación social para la ciudad; las instalaciones para los Juegos Panamericanos de 1991, la construcción de 133 guarderías infantiles, 25 escuelas para niños con necesidades especiales, 20 policlínicas y 46 panaderías, entre otras (INV, 2013).

¿La concepción de lograr una sociedad sin división entre clases sociales, junto con la consistente aspiración de igualar condiciones y estándares de vida, entre otros, elimina la memoria y el patrimonio urbano heredado en 1959?

Para tratar de dar respuesta a esta interrogante se debe partir de una serie de consideraciones que marcan pautas en la memoria urbana capitalina;

- En La Habana el proceso de creación del espacio urbano no ha desaparecido, existe y ha estado en constante transformación por parte de los diferentes grupos y actores sociales que lo componen.

- La asimilación del espacio urbano bajo los principios del modelo capitalista de desarrollo condicionó, y sigue condicionando la

presencia de diferencias socio espaciales en las formas urbanas.

- La existencia de diferencias espaciales "inducidas" por el estado, a partir de la sustitución de los resortes del mercado inmobiliario por la política de redistribución de inmuebles, como mecanismo de reasignación de viviendas vacantes.

- La influencia del Estado resulta evidente, si se tiene en cuenta la diferencia de status que se provoca al seleccionar determinadas zonas de la ciudad, que coinciden en gran medida, con aquellas que se consideraban con mayor valor del suelo y, por ende, las más apetecidas por los grupos sociales dominantes como *Zonas Congeladas*, *Zonas para Embajadas* o de *Zonas Apropiadas* para el desarrollo inmobiliario, empresarial o turístico, a ello se une la socorrida política de entrega de viviendas para el personal empleado en objetivos económicos, científicos y de desarrollo social priorizados por las autoridades gubernamentales.

Las zonas marginales experimentaron un proceso de integración a la nueva sociedad, que incluyó la erradicación progresiva de los mayores barrios marginales. El proceso, si bien mejoró en muchos casos la calidad de la vivienda, no se puede asumir que se haya eliminado definitivamente la segregación urbana, ya que una buena parte de las urbanizaciones periféricas, creadas para resolver el problema de la infravivienda no se dotaron totalmente con la infraestructura de servicios comunitarios básicos, mientras otros, aparecen de manera irregular, a esos problemas se le suman los efectos de la notable desproporción locacional existente entre el lugar de residencia y los puestos de trabajo existentes, lo que supone una mayor inversión en tiempo y dinero por concepto de servicios de transporte, que deben efectuar dichas personas para acceder a los mismos.

- Otra solución aplicada fue la compactación de la trama urbana a partir del relleno de los espacios no edificados en parcelaciones y urbanizaciones ya existentes, elemento que conllevó a una agudización de contradicciones, al introducirse edificaciones que en muchos casos desentonan con el contexto construido establecido en diferentes barrios residenciales, sumándose la introducción de elementos y patrones de comportamiento totalmente ajenos al lugar, lo que condiciona, que la población residente en no pocos casos no se sienta identificada con los mismos, así como que los nuevos vecinos muestren escaso sentido de pertenencia con estas áreas y poca asociación con los grupos comunitarios.

- Continuación de los procesos migratorios y el déficit de viviendas acumulado. Provoca que antiguas residencias unifamiliares en

zonas de alto status social se hayan transformado en multifamiliares, a través de un proceso de subdivisión constructiva, que a veces asemejan verdaderas cuarterías^{vi} o casas de vecindad^{vii}. Otras formas de resolver el problema de la vivienda ha sido aumentando el tamaño de la residencia ocupando espacio extra-residencial (Coyula, 2004, p. 7).

Las figuras del mercado y del consumo como mecanismos impulsores de la economía nacional pasan a un segundo plano al institucionalizarse la distribución centralizada y equitativa de productos industriales y alimenticios, generando efectos que se han podido apreciar de manera conjunta en el sector de la gastronomía, ya que al no considerarse sectores estratégicos de la economía según nuestra apreciación, se asiste a un paulatino proceso de disminución de la infraestructura existente, ya sea por deterioro físico continuado o por efectos del cambio de uso, al transformarse una buena parte de ellas en viviendas unifamiliares, oficinas de entidades estatales, almacenes, etc. , situación que con la irrupción de la crisis económica de los años 90 agudiza aún más el proceso de deterioro físico y la pérdida de infraestructura existente, en muchos casos de carácter patrimonial.

4. La década de 1990, nueva etapa de reorientación económica, aparición de nuevos actores y gestores en función del desarrollo

A partir de los años 90 del siglo pasado, los efectos conjuntos de la desaparición del bloque socialista de Europa del este, y de su mecanismo de integración económica, unido al recrudecimiento del bloqueo económico y financiero decretado por el gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica contra Cuba desde el año 1962, y, en tercer lugar, por lamentables e innegables errores estructurales y de toma de decisiones cometidos en nuestro país a lo largo de estos años de revolución, determinan que la economía cubana se sumergiera en una profunda crisis económica, la cual, produce gravísimas afectaciones en el sistema económico y social y, por ende, en el patrimonio edificado de la capital, ya deteriorado con anterioridad, constituyendo una apreciable afectación a la calidad de vida de la población, favorecida hasta entonces con un alto grado de homogeneidad por el sistema social creado a partir de 1959.

Ante esta situación, el gobierno se ve en la necesidad de promulgar una serie de medidas económicas^{viii}, con la finalidad de sortear la crisis y salir airoso de la misma, constituyendo las mismas un gran reto para el país, y por ende para la capital,

dado que, aunque indeseado, se asiste inevitablemente a un proceso de acentuación y re-acondicionamiento de la diferenciación socio espacial, incluyendo las formas urbanas.

El modelo cubano para salir de la crisis^{ix}, presenta matices que lo hacen peculiar en su impacto sobre la estructura socio espacial y de las formas urbanas en la ciudad:

1. Siempre ha tenido en cuenta y ha tratado de sortear los efectos nefastos de la globalización neoliberal,

2. Voluntad política expresa del gobierno de no subordinar el destino de sus ciudadanos más desfavorecidos a las leyes internacionales del mercado, a lo que se une,

3. El estar obligado a luchar bajo el pertinaz hostigamiento económico y político del gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

No obstante estas consideraciones, se provocan de inmediato transformaciones en la organización del espacio urbano dado por:

I- La presencia de nuevas tecnologías, actores, gestores y actividades, tanto sociales, como económicas, haciendo referencia, por ejemplo, al modelo de desarrollo territorial seguido con los espacios innovadores, entre los que se destacan las edificaciones del Polo Científico levantadas hacia el oeste de la mancha urbana.

II- El desarrollo del sector inmobiliario, en zonas de la ciudad con presencia de infraestructura urbana y condiciones ambientales favorable; el que incluye casos puntuales de conjuntos habitacionales cerrados.

III- La creación de nuevas áreas y centros comerciales; así como de zonas de desarrollo empresarial, zonas francas, etc.^x.

IV- El centro urbano tradicional tampoco escapa a los efectos de la reestructuración socio espacial: Con la despenalización de la tenencia de moneda libremente convertible en los años más difíciles de la crisis, comienzan a surgir sociedades comerciales, interesadas en las instalaciones (comerciales, gastronómicas y de servicios) situadas en los principales ejes viales de la ciudad, elemento que permite rescatar, una serie de inmuebles que estaban faltos de reparación o en abandono total por carencia de recursos. Con el transcurso del tiempo, estas entidades económicas han comenzado a extenderse por diversos ejes de la ciudad, llegando incluso hasta escala de barrio.

V- Este proceso de recuperación del centro urbano tradicional, a diferencia del casco histórico fundacional, no implica necesariamente una mejoría en todos sus inmuebles, puesto que, de forma general solo se reparan las instalaciones que se les asigna con fines comerciales, sin que frecuentemente se produzcan acciones constructivas en las edificaciones aledañas,

elemento que provoca diferencias, dados los contrastes visuales que se producen, entre estas instalaciones remodeladas, con buena imagen y diversidad de productos en oferta, y el total deterioro, y desabastecimiento, de las edificaciones e instalaciones comerciales adyacentes,

VI- Dentro del centro tradicional, y cerca de uno de sus ejes viales principales, se lleva a cabo otro de los más relevantes procesos de re asimilación socio espacial y de recuperación de la memoria histórica, a través del “Grupo Promotor del Barrio Chino”, el cual ha impulsado la búsqueda y rescate del patrimonio edificado, las tradiciones, costumbres, cultura, y otros aspectos del modo de vida de este otrora foco de actividad económica, caracterizada por la idiosincrasia del asiático, su laboriosidad, y su tenacidad.

VII- El cambio de uso de la infraestructura concebida como residencial, hacia el comercial, servicios y, el de asentamiento de representaciones comerciales extranjeras, en zonas históricamente favorecidas de la ciudad (Los municipios Playa y Plaza de la Revolución concentran aproximadamente el 75.0% de las sedes de las representaciones comerciales foráneas destacadas en la capital).

VIII- Auge constructivo de instalaciones hoteleras y extra - hotelera para el desarrollo del turismo como sector emergente.

IX- La Irrupción en la trama urbana de centros de recreación selectivos, especializados, y diferenciados, así como de desarrollos turísticos, en los que si bien no está prohibido explícitamente al acceso público, la presencia de barreras visuales, y de acceso, permiten que la población perciba esta situación como un proceso de privatización del espacio público, sobre todo por la presencia de guardia de seguridad especializada.

X- Terciarización de la zona del centro histórico, a partir de la remodelación y reconstrucción de hoteles, bares, restaurantes y cafeterías allí localizados, todo esto con la perspectiva de aprovechar el patrimonio histórico edificado, reflejando mucha de esta infraestructura turística cierto aire nostálgico de La Habana pre-revolucionaria, a lo que se une la remodelación de edificaciones para el sector empresarial, entre otros.

A raíz de la crisis de los 90, la economía local comienza a dar un giro importante, pues al apostarse al desarrollo del turismo internacional como impulsor de la economía nacional se convierte el Centro Histórico de La Habana en un importante polo turístico

La Habana, como principal centro urbano del país y en especial su Centro histórico fundacional reciben importantes volúmenes de visitantes y turistas al año, siendo importantes exponentes de su identidad física y social la rica

variedad de formas urbanas que como edificaciones conforman un recurso patrimonial que se transforma en un fuerte atractivo turístico. El creciente consumo de estos productos turísticos en ocasiones obliga a que en aras de lograr una mayor diversidad de ofertas se produzcan reinversiones y transformaciones de las formas urbanas preexistentes.

XI- Este proceso de recomposición social, ha acentuado el proceso de deterioro del fondo habitacional, y de infraestructura urbana, en sectores menos favorecidos de la ciudad, dada la carencia de recursos por parte del estado para darle solución inmediata a los problemas sociales más apremiantes, entre los que se destacan, el mal estado de sus viviendas (27.0% en regular estado técnico según el Instituto Nacional de la Vivienda (INV, 2013), y vías de comunicación.

XII- Crecimiento y surgimiento de nuevos asentamientos insalubres (En La Habana, en 2011 existían 151 asentamientos precarios con una población de 75 215 habitantes (DPPF, 2011). Con respecto a 1996 (CEDEM, 1998) se produce un incremento de 18 barrios precarios. Este proceso, también ha repercutido a escala personal, y familiar, generándose en lo social, la aparición de cambios en las estrategias de vida familiar, que a su vez, mediante los procesos de cambio de uso muestran impactos, tanto positivos, como negativos en el paisaje urbano, entre los que se encuentran:

1- En zonas históricamente favorecidas bajo los preceptos de las leyes del mercado

a) Los generados por la presencia del trabajo por cuenta propia:

Através de la renta de habitaciones al turismo internacional en viviendas particulares;

La conversión de fachadas, habitaciones o portales de residencias en pequeños restaurantes familiares o cafeterías llamados popularmente *Paladares*;

La transformación de jardines en domicilios familiares para el desarrollo del servicio de estacionamiento rentado para autos, motos, y bicicletas, así como de cafeterías en zonas cercanas a algún centro comercial o vinculado al turismo internacional;

La autorización del Mercado Agropecuario bajo los preceptos de las leyes del mercado ha sido otras de las transformaciones ocurridas en la economía que han repercutido en la forma e imagen urbana.

b) Los generados por la presencia del sector empresarial:

El referido a la transformación de antiguas residencias en centros comerciales, antiguas

tiendas, bodegas, cafeterías, y demás convertidas en sedes de oficinas burocráticas, la irrupción en la trama urbana de centros corporativos, conjuntos habitacionales cerrados, centros de recreación selectivos, especializados y diferenciados, así como de desarrollos turísticos.

En general se producen transformaciones en la organización del espacio urbano dada la presencia de nuevas tecnologías, actores y actividades, tanto sociales como económicas, generando nuevas formas arquitectónicas y urbanas, en algunos casos constituyéndose en verdaderas contradicciones paisajísticas con el entorno.

c) Proceso paralelo de recomposición social del sector residencial:

Se aprecia ya en estas zonas favorecidas el fenómeno de la bunkerización o amurallamiento domiciliario convirtiéndose en un proceso de creación de barreras visuales, y de acceso. se puede agregar que, si bien el enrejado de los ventanales ha sido un recurso tradicional, y de muy buen gusto desde la arquitectura colonial y republicana, su irrupción desmedida en la época actual en ventanales, puertas, y jardines, denota diferencias sociales perceptibles espacialmente, tanto en su concepción de diseño, como en el material de ejecución.

Esta irrupción (en muchos casos desmedida) del amurallamiento domiciliario si bien en sus inicios puede interpretarse como formas generadas por la geografía del miedo o del delito, también puede relacionarse con un *renacer* del reconocimiento del sentido del *valor* de la propiedad privada familiar, o de la necesidad de *privacidad* hogareña y/o para los negocios.

d) Ciertos grupos sociales, por su poder adquisitivo (independientemente de su origen), comienzan a valorar, las externalidades positivas, y negativas de su lugar de residencia (a pesar de no existir un mercado inmobiliario formal), asumiendo la posibilidad de cambio de tipo de domicilio y de sector de residencia en la ciudad según su "status" social, provocando en muchos casos un proceso de recomposición social residencial en determinadas zonas de la ciudad.

2- En zonas no favorecidas

No debe olvidarse, por su trascendencia, que producto de los efectos diferenciados de la crisis a escala nacional, se produce un boom migratorio hacia la capital, el cual, unido al déficit de viviendas acumuladas, contribuye en gran medida a un proceso de precarización de la vivienda, el cual, si bien presenta manifestación

acentuada en determinados sectores de la urbe, no excluye la presencia del mismo a todo lo largo y ancho de la misma, haciéndose acompañar de procesos de cambios de uso de determinados inmuebles, entre los que se destacan, la conversión de antiguas tiendas, y bodegas, en hogares, y la mutilación de fachadas, balcones, azoteas y áreas de estacionamiento en inmuebles, con la finalidad de ampliación de su espacio habitable.

En este proceso, al igual que en periodos anteriores, los inmigrantes han tenido la capacidad de desarrollar estrategias de redefinición de ellos mismos, de sus lugares de salida, y de sus nichos de llegada a la ciudad, al tiempo que, como se ha mencionado anteriormente, han contribuido también a la redefinición de la urbe en su conjunto.

Siendo el resultado final, no la constitución de una nueva ciudad relativamente homogénea, y uniforme, sino, más bien, de otra ciudad más heterogénea y diversa.

Las medidas adoptadas para salir de la crisis han tenido indudables impactos en la vida y la fisonomía de la ciudad. La expansión de la economía estatal y del sector no estatal ha generado una mayor diversidad de la oferta turística, comercial, gastronómica, habitacional, del transporte, pero también, a la par de la actividad estatal una evidente degradación urbanística, la que incluye invasiones del espacio público, cambios de uso, así como agresiones a la estética urbana mediante cambios y mutilaciones de fachadas y espacios interiores.

Por otra parte, la base económica de la capital ha sufrido, además, una radical transformación por la fuerte descapitalización y obsolescencia tecnológica de una buena parte de la planta industrial, de almacenaje y de transporte (García, 2014).

A partir de 2011, y dándole respuesta a los múltiples “*Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*” aprobados por el VI Congreso del Partido Comunista de Cuba (PCC, 2011) en abril de ese mismo año con el fin de implementar el proceso de “*Actualización del modelo económico cubano*” se han desarrollado una serie de modificaciones a las legislaciones vigentes que han reafirmados y marcado nuevas tendencias en el proceso de renovación y creación de formas urbanas.

Modificaciones a las Leyes de la Vivienda, Migratoria, de Cooperativas, entre otras, han generado el autorizo de la compra-venta de viviendas y autos, la liberalización de los viajes al exterior y mayor apertura hacia los cubanos residentes en el extranjero y al trabajo por cuenta propia, incluyéndose su diversificación, la creación de Cooperativas no agropecuarias, mercantilización de numerosos servicios en diversos sectores de la

economía, como el transporte, el comercio, la cultura, la “formalización” del sector informal, la potenciación del sector turístico, etc., realidades que llevan aparejado la renovación y aparición de nuevas y diversas formas urbanas en cuanto a diseño y calidad a partir de una creciente heterogeneidad y estratificación social.

Esta nueva etapa se constituye sin dudas en un nuevo e interesante reto para los investigadores y para los tomadores de decisiones en el ámbito del urbanismo para la capital cubana.

En el caso cubano, y en su extensión la ciudad capital, si bien ha sido genuino aspirar a la igualdad espacial de oportunidades, como contraparte a los desbalances espaciales heredados y emergentes, las políticas públicas no han podido cumplir a cabalidad su ideario, no por debilidad de sentido, ni de dirección, ni de interés de las mismas, sino por la debilidad financiera que sufren por carencia de recursos para ejecutarlas, no obstante, constituyen ejemplos del rol del Estado y de la voluntad política del “*querer hacer cuando se puede hacer*” la construcción y extensión por toda la ciudad de nuevas formas urbanas: servicios primarios de atención de salud, como son los Consultorios – viviendas del Plan del Médico de la familia (incluso en los barrios precarios) y los servicios médicos especializados en las policlínicas a escala de áreas de salud, la dotación equitativa de servicios educacionales a todos los niveles, incluyéndose la creación de Sedes Universitarias Municipales, la implementación de los Joven Club de Computación, las Casas de Cultura con sus proyectos comunitarios, la creación y funcionamiento de los Talleres de Transformación Integral del Barrio (TTIB), etc.

5. Reflexiones finales: ciudad, memoria y turismo en el centro histórico de La Habana

En Cuba, a raíz de la crisis de los 90 la economía local comienza a dar un giro importante, pues al apostarse al desarrollo del turismo internacional como impulsor de la economía nacional se convierte el Centro Histórico de La Habana en un importante polo turístico, apelándose a la memoria existente y al simbolismo existente en su patrimonio histórico edificado, muy vinculado a la época de la colonia española, con edificaciones construidas en su mayoría durante los siglos XVIII y XIX.

Comienza entonces el rescate del ambiente histórico de la Habana Vieja, impulsado por la oficina del historiador de la ciudad.

Esta atractiva Habana, heterogénea y diversa, con sus manchas y luces, la que tanto

busca el turista es el resultado de la combinación de diversos factores, por un lado el efecto de las transformaciones políticas y sociales ocurridas después de 1959, proceso que llevo aparejado la detención en el tiempo del crecimiento sucesivo de la capital en función de extender las bondades del sistema al resto del país con la re funcionalización de numerosas edificaciones y la construcción prioritaria de centros educacionales, hospitalarios, deportivos, científicos, de servicios y recreativos, entre otros.

La pérdida de memoria histórica edificada a que fueron sometidas no pocas ciudades a escala planetaria en pos de la “modernidad” no pudo avanzar mucho en La Habana después de 1959, no poseer una economía potente y tratar de desarrollarnos a pesar del constante asedio y bloqueo económico y comercial de la principal potencia económica del mundo ha permitido salvaguardar el rico y variado patrimonio existente de los dictámenes y resortes naturales asociados al accionar de las leyes del mercado inmobiliario.

¿Qué papel ha desempeñado el turismo en la conformación actual de esas formas y memorias?

¿Turismo como consumidor de esas formas y memorias?

¿Generan desarrollo social esas nuevas formas vinculadas al desarrollo turístico?

El turismo no es una actividad nueva en Cuba, desde el siglo XVI la villa de San Cristóbal de La Habana recibía arribos de forasteros, mercaderes y marinos, que fueron perfilando la personalidad urbana y el ambiente de la ciudad. En la etapa colonial, al convertirse la villa en puerto de escala obligada de las embarcaciones en su viaje hacia y desde España, se potenciaron los servicios de alojamiento y gastronomía en el territorio (Cruz, 2017).

El desarrollo del comercio y los arribos de inmigrantes y visitantes extranjeros a la isla generaron una demanda de alojamiento, a la que le sucedió la aparición de teatros, cafés, salas de bailes, paseos y parques con bandas de música, entre otras edificaciones destinadas a usos culturales y comerciales.

Al igual que en el resto del mundo, su mayor auge se da a partir de los años 50 del siglo pasado. Es en esa época, cuando el desarrollo turístico en la mayor de las Antillas estuvo muy ligado a la presencia de la mafia norteamericana en la Isla, Estados Unidos era el mercado principal, y el juego y la prostitución eran las principales ofertas de la Isla.

A partir de 1959, como ya se ha explicado, el desarrollo de la economía estuvo dirigido a otros programas importantes del país, por lo cual el turismo era entonces fundamentalmente nacional,

hecho que condicionó una estructura habitacional poco competitiva como producto internacional.

La década de los años 80 da comienzo a una reapertura al turismo internacional, pero no es hasta los noventa que se produce un nuevo enfoque del desarrollo de este sector, se crean las primeras empresas mixtas y hay un crecimiento acelerado en los arribos de visitantes y en los ingresos.

La promoción turística en Cuba se ha fundamentado en el turismo de sol y playa, no siendo la prioridad en sus inicios el tener en cuenta los elementos patrimoniales de las ciudades (herencia urbanística, arquitectónica y artística) como verdaderos recursos turísticos.

La Habana es la principal ciudad del país, recibe flujos continuos de turistas y visitantes durante todo el año; en especial su Centro Histórico, que según estimaciones acoge cerca del 90% de sus visitantes, ya sea en excursiones organizadas por los receptivos o de forma individual, consumiendo el territorio de disímiles maneras.

El Centro Histórico de la Habana es exponente y símbolo de la identidad física y espiritual de la ciudad que identifica, en correspondencia con sus núcleos fundacionales y tradicionales. El mismo ostenta una rica variedad de edificaciones que forman un recurso patrimonial y la convierten en un atractivo turístico cuya explotación redundante en un incremento en su desarrollo económico y social.

Monumento Nacional desde 1978 y declarado Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en 1982 ha venido teniendo desde entonces un sostenido proceso de restauración que ha devuelto a varios sectores su antiguo esplendor, siendo su principal responsable la oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana (OHCH), quien a través de un modelo de gestión empresarial^{xi} que apela a procesos autofinanciados y criterios integradores de los recursos disponibles y la rentabilidad económica en pos de la sostenibilidad además ha trabajado para la mejora de la calidad de vida de la población local y la toma de conciencia popular respecto a la participación ciudadana en la localidad. Un total de 25 instalaciones hoteleras reflejan la importancia creciente del turismo en el territorio.

Para tener en cuenta la importancia que se le asigna a la memoria y las formas urbanas en el emprendimiento turístico baste mencionar el Esquema de Ordenamiento territorial y Urbano de La Habana, elaborado en diciembre de 2012 (DPPF, 2012), el cual entre las premisas para desarrollar las proyecciones “*Habana, siglo XXI*” plantea la necesidad de sustentarse en la dimensión sociocultural de una ciudad preservada del auge

desarrollista, en la cual su patrimonio cultural (material e intelectual) constituya la base para su transformación, debiendo contener la ciudad proyectada para el siglo XXI la del XX, XIX y del XVIII pero con enfoque del XXI.

En dicho documento y como objetivos para el desarrollo de La Habana se plantea como número uno, entre otros, aprovechar su reconocido patrimonio urbano, así como revertir el deterioro de las aéreas centrales preservando su valioso patrimonio cultural.

En el tema referido a la ciudad productiva, con respecto al desarrollo del turismo se plantea: Consolidar y diversificar el producto turístico nacional e internacional aprovechando las potencialidades de la ciudad, a lo que se une el fortalecer la infraestructura hotelera y extra-hotelera.

Por último, en el tema Patrimonio, imagen urbana, diseño de La Habana, patrimonio cultural de la nación, se hace referencia a la necesidad de su preservación y de la salvaguarda de su imagen, el partir de un enfoque de máxima preservación en toda visión presente o futura de la ciudad y el elaborar una estrategia de intervención de las áreas de mayor valor patrimonial, siempre teniendo en cuenta su peligro de pérdida, tratando siempre de desarrollar procesos sostenibles en lo económico, en lo social, cultural y ambiental.

La potenciación del sector turístico en las últimas décadas en el Centro Histórico de La Habana, ha creado realidades que llevan aparejado a la restauración y aparición de nuevas y diversas formas urbanas la re funcionalización de las memorias urbanas, elementos que se constituyen en interesantes temas de investigación para la geografía, así como de retos para los gestores del tan célebre espacio urbano.

La actividad turística se inserta en un proyecto de rehabilitación integral en el que se garantiza la participación de los ciudadanos a través de la generación de empleo y la mejora de sus condiciones de vida. De este modo, se establece una alianza entre los servicios turísticos y el entorno comunitario.

Se trata en definitiva de ofrecer al visitante tanto una información como una vivencia (ver, explorar, observar, sentir, vivir y revivir el patrimonio), en fin establecer una comunicación visitante- patrimonio.

El modelo de gestión desarrollado en el Centro Histórico de La Habana, genera condiciones favorables para aplicar políticas públicas que permiten el desarrollo del territorio y el mejoramiento de la calidad de vida de la población, dan fe de esta situación la generación de más de 13.000 empleos directos y otros 2.000 indirectos en los sectores de la construcción, el

turismo y la cultura, conllevando un incremento de los ingresos de los residentes locales, quienes representan el 50% de los empleados (Leal, 2005).

Se trata entonces, según Echarri (Echarri, 2006) de respetar y valorar el pasado pensando en un futuro sostenible; no basta el hecho de vender patrimonio sino de valorizarlo tanto para la sociedad local como para la foránea, promocionándolo en estrecha relación con los procesos productivos, la creación de empleos, la innovación tecnológica y la generación de ganancias.

Notas

ⁱ Conocida también como Solar o Cuartería, se caracteriza por ser una edificación dedicada a la renta de habitaciones, la misma se estructura con un patio central y determinado número de habitaciones a su alrededor, siendo común el servicio de agua y servicio sanitario, aunque en algunos casos este último podía estar al interior de la vivienda.

ⁱⁱ El llamado Centro urbano Tradicional, tuvo su origen en la segunda mitad del siglo XIX a partir de los terrenos libres producto de la demolición de las murallas y se desarrolló plenamente hasta 1960 como consecuencia del violento auge de la actividad comercial establecida en las principales avenidas, aprovechando las ventajas climáticas que ofrecen los portales para la circulación peatonal y la continuidad espacial que las calles San Rafael y Neptuno ofrecen a Obispo y O'Reilly, anteriormente conformados. La zona de centro de ciudad, está constituido parcialmente por el Centro Tradicional de la capital. Su estructura está conformada por 7 ejes viales fuertes, unidos entre sí por una trama urbana muy compacta y densamente urbanizada.

ⁱⁱⁱ La ley de reforma urbana de octubre de 1960 estableció el concepto de "la vivienda como un servicio público", estableciéndose 2 formas básicas de tenencia, "propietario" y "Usufructuario" en las "viviendas propiedad del estado", los propietarios individuales no deben tener más de una vivienda permanente y una de vacaciones. Los individuales pueden comprar edificaciones y terrenos, pero solo el gobierno puede sentar los precios, aunque este último tiene la primera opción para comprar.

^{iv} Se ponen en marcha Planes y Proyectos de viviendas como *bien social accesible a todos los sectores de la población*.

^v A partir del 17 de marzo de 1971 se crea el Movimiento de Micro brigadas como fórmula para incorporar a los trabajadores a la construcción de viviendas ante la carencia de fuerza de trabajo en las entidades constructoras estatales. Según el Instituto Nacional de la Vivienda (INV, 2013), Este movimiento edificó en La Habana unas 60 000 viviendas entre 1971 y 1985.

vi Cuartería: Gran mansión o antiguo hotel o casa de huéspedes subdividida en habitaciones, frecuentemente por encima de las 60 familias.

vii Casa de vecindad: Pequeñas subdivisiones realizadas a viviendas individuales, generalmente con 12 habitaciones o menos.

viii Ante la situación creada el gobierno cubano adoptó un programa de emergencia económica denominado “Plan de Período Especial en Tiempo de Paz”, el cual incluyó un conjunto de medidas orientadas a tratar de atenuar, en un primer momento, y luego, reducir paulatinamente el impacto de dicha situación sobre la población, así como priorizar las acciones que contribuyeran a superar la crisis y promover el proceso de recuperación del desarrollo.

ix Este modelo incluye la despenalización de la tenencia y uso de divisas libremente convertibles en transacciones minoristas a los ciudadanos cubanos a partir del Decreto – Ley 140 del año 1994, creación de las casas de cambio de moneda (CADECA) en octubre de 1995, la autorización del trabajo por cuenta propia y de la recepción de remesas familiares, la apertura al capital extranjero y el desarrollo del turismo.

x Todo esto a tenor de la aprobación en 1995 de la Ley # 77 “Ley para la Inversión Extranjera” y en junio de 1996 la creación de las Zonas Francas y Parques Industriales; completándose con esta medida la cobertura legal para la inversión de capital extranjero y el desarrollo del comercio.

x Se aplicó un nuevo modelo de gestión a partir de su reconocimiento como Zona Priorizada para la Conservación mediante el decreto Ley 143 de octubre de 1993, y como Zona de Alta Significación para el Turismo por el Acuerdo 2951 del Consejo de Ministros, de noviembre de 1995.

Cruz, N. (2017). El modelo de gestión del Centro Histórico La Habana Vieja. *Logros y desafíos*. (Cuaderno técnico). Plan Maestro, OHLH.

Dirección Provincial de Planificación Física (2011). *Barrios y focos precarios de la provincia “La Habana”*. La Habana: DPPF.

Dirección Provincial de Planificación Física (2012). *Esquema de Ordenamiento Territorial y Urbano*. La Habana: DPPF.

Echarri, M. (2006). Análisis geográfica del turismo en ciudades patrimoniales cubana. Caso de estudio. Centro Histórico de La Habana (Tesis Doctoral). Universidad de La Habana, Facultad de Turismo, Cuba.

García, C. (2014). La Habana, ¿una ecuación imposible? *Catalejo. El Blog de Temas*. Recuperado de <http://www.temas.cult.cu/node/1988>

Instituto Nacional de la Vivienda (2013). *Estrategia para el desarrollo habitacional de La Habana “2011 - 2030”*. La Habana: INV

Leal, E. (2005). Patrimonio tangible e intangible dos ópticas, un mismo reto. Recuperado de <http://urbo.ovpm.org>.

Partido Comunista de Cuba (2011). *Resolución sobre los lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*. La Habana: PCC.

6. Referencias bibliográficas

Altshuler, J. (1990). *Las 30 horas de Einstein en Cuba*. Recuperado de <http://www.schct.sld.cu/publicaciones/EinstEin30-Espanol.pdf>

CEDEM (1998). *Asentamientos insalubres en Ciudad de La Habana. Hallazgos y recomendaciones*. La Habana: CEDEM

Coyula, M. (1996). La Habana Siempre, siempre mi Habana. *Archivos de Arquitectura Antillana*, 1 (2), pp. 77-83.

Coyula, M. & Hamberg, J. (2004). *Understanding slums: The case of Havana, Cuba*. The David Rockefeller Center for Latin American Studies. Working papers on Latin American, 4, pp. 5-4.

Acotación heterotópica de la migración internacional: El valor espacial del patrimonio geográfico

Miriam Reyes Tovar¹
Isaías Daniel Hinojosa Flores²

Resumen: El presente trabajo retoma el concepto de heterotopía realizado por el filósofo francés Michael Foucault, para virar su reflexión hacia uno de los fenómenos geográficos más interesantes respecto a la construcción de sentido de habitar, apropiar y significar territorios y lugares: la migración internacional. En este marco de comprensión, la construcción hacia esos “otros espacios” situadas en lo que, denominamos espacio real, en alusión al sociólogo y filósofo francés Henri Lefebvre, permite a este trabajo, postular la importancia que posee la vivencialidad y visibilidad de las diferencias en la comprensión del patrimonio geográfico y cultural de los encuentros, esto como una forma de observar la riqueza que posee la pluralidad y como una forma de resistencia a lo estipulado hegemónicamente ante el entender la diversidad.

Palabras clave: Migración internacional, heterotopía, espacio social, patrimonio geográfico, patrimonio cultural

Delimitação heterotópica da migração internacional: O valor do patrimônio geográfico

Resumo: O presente trabalho aborda o conceito de heterotopia realizado pelo filósofo francês Michael Foucault, para transformar seu reflexo em um dos fenômenos geográficos mais interessantes sobre a construção de um senso de habitar, apropriar e significar territórios e lugares: migração internacional. Neste contexto de compreensão, a construção para os "outros espaços" localizados no que chamamos de espaço real, em alusão ao sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, permite que este trabalho postule a importância da experiência e da visibilidade das diferenças na compreensão do patrimônio geográfico e cultural dos encontros, isto é como uma forma de observar a riqueza que a pluralidade possui e como uma forma de resistência à estipulação hegemônica antes de compreender a diversidade.

Palavras-chave: Migração internacional, heterotopia, espaço social, patrimônio geográfico, patrimônio cultural.

Heterotopic dimension of international migration: The spatial value of geographical heritage

Abstract: The present work takes the concept of heterotopia realized by the French Philosopher Michael Foucault, to turn its reflection towards one of the most interesting geographical phenomena with respect to the construction of sense to inhabit, to appropriate and to mean territories and places: the international migration. In this framework of understanding, the construction towards those "other spaces" located in what we call real space, alluding to the French sociologist and philosopher Henri Lefebvre, his work can reflect on importance of experience and visibility of differences in understanding the geographical and cultural heritage of meetings this as a way to observe the richness that has the plurality and as a form of resistance to the hegemonic stipulated before understanding diversity.

Keywords: International migration, heterotopia, social space, geographic heritage, cultural heritage

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹Doutora em Geografia pelo Centro de Investigações em Geografia Ambiental, Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM e Professora Asociada do Departamento de Estudios Culturales, Demográficos y Políticos de la Universidad de Guanajuato, México. Email: miriam.reyes@ugto.mx.

²Doctor en Geografía por el Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM. Email: jdinojosaf@gmail.com.

1. Introducción

En una conferencia dictada el 14 de marzo de 1967 en el modernista enclave parisino del Círculo de Estudios Arquitectónicos, el filósofo, Michael Foucault, planteó algunos de los contornos y posibilidades de uno de los conceptos que, desde la geografía, permite establecer un acercamiento hacia la complejidad de la experiencia contemporánea del espacio, desde su doble posición como campo generalizador y al mismo tiempo disgregativo, es decir, heterotópico.

La acotación de la heterotopía a los fenómenos geográficos en torno a la movilidad, así como a sus repercusiones; permite reflexionar sobre la construcción de esos “otros espacios” situados en aquello que llamamos espacio real. Es decir, y en palabras más precisas, entender que los procesos de sociabilidad entre actores que migran de un lugar diferente al suyo, como lo es el caso de la migración internacional, conllevan a entender sus espacios de resistencia, como menciona Foucault (s/f) “aquellos lugares que se oponen a todos los demás y que de alguna manera están destinados a borrarlos, compensarlos, neutralizarlos o purificarlos”. Y más allá de esto, observar cómo esos “otros espacios” en la vida cotidiana van ofreciendo complejidades para su empoderamiento, o mejor dicho, para su apropiación, uso y significado.

Es por lo establecido anteriormente, que la inscripción de este trabajo tiene el objetivo de establecer el entendimiento de la complejidad y la diversidad resultantes de la creación de espacios “reales o verdaderos” que se legitimen o empoderen desde el encuentro con lo otro. Dichos elementos, desde el pensamiento de Foucault, permitirían hablar sobre la calidad imaginaria o virtual que localiza a estos espacios fuera de todos los sitios; los cuales, desde la postura del encuentro, crean horizontes de definición y de creación, desde la resistencia al olvido o la disgregación espacial y social. Con la finalidad de retomar la complejidad entre heterotopía y espacio, el artículo principia articulando una aproximación de la heterotopía, su importancia y relación con el ámbito de la migración y la geografía; posteriormente la heterotopía es vinculada a la aportación del patrimonio identitario geográfico en los espacios de resistencia: esos otros espacios, que son interesantes desde su propia conformación, significación y diferenciación, entendidos como espacios de producción de sentido.

2. La heterotopia en la migración

El filósofo francés Michael Foucault, en su conferencia “los espacios otros” alude la distinción existente entre la utopía y la heterotopía. La utopía la define como la yuxtaposición en un único lugar, que remite a un lugar universal, pero sin lugar real, y a un futuro distante, construido fuera de nuestro espacio y tiempo, diría Foucault, es un emplazamiento, una irrealidad. Las heterotopías, por otro lado, las sitúa como contraposicionamientos, espacios reales que realizan una utopía; es decir, espacios que se yuxtaponen, que permiten pensar la creación de otros espacios, de nuevos lugares a partir de un cambio de perspectiva. Las heterotopías, a diferencia de la imaginación y su proyección en un horizonte distante -característicos de la utopía-, se convierten en algo que consideramos y valorizamos positivamente, es decir, remite a lo otro a través de la construcción de un mundo “irreal”.

La heterotopía, al referir la construcción de lo otro, es el emplazamiento real que se puede encontrar en el interior de la cultura, como define Foucault (1967) es una “[...] especie de lugares que están fuera de todos los lugares, aunque sin embargo efectivamente localizables. Estos lugares, puesto que son absolutamente otros que todos los emplazamientos que reflejan y de los que hablan, los llamaré, por oposición a las utopías, las heterotopías” (3). Estos otros espacios, de manera referencial ante lo otro, nos acotan hacia nuestra propia conducta como individuo y como sociedad a partir de la extrañeza, la diferencia y por supuesto, en la propia coexistencia del ser humano.

Demarcar un sentido geográfico a la propuesta heterotópica de Foucault, nos obliga a precisar en la importancia que posee la vida cotidiana en la construcción del sentido espacial en las actuales sociedades. Como apunta Alonso (2014), actualmente las definiciones y exclusiones de lo propio y lo ajeno se van desdibujando o se superponen ante la tensión. En este sentido, se establecen así múltiples realidades derivadas de la diversidad de escenarios posibles, producto de la yuxtaposición, en donde las relaciones cotidianas más que contraponerse se nutren las unas a las otras, e inclusive, pueden potencializarse, tanto en un aspecto positivo como en uno negativo.

Ante lo anterior, pensemos en el caso de la migración internacional, en donde la legitimidad hacia su visibilidad o invisibilidad atiende a una relación de sentidos otorgada por el sujeto o por fuera de este. En tal hecho, teniendo como elemento principal el control que pueda otorgarse a la estigmatización o construcción de narrativas alrededor de la migración, originando con ello, representaciones geográficas que pueden ser

señaladas con base en Foucault (1967) como oposiciones espaciales. Es decir, la relativización hacia los espacios públicos y privados, los espacios sociales y los espacios familiares, entre otros.

Estas oposiciones espaciales que después podrán ser yuxtapuestas aluden a las dos acepciones de heterotopía dilucidadas por Foucault, las heterotopías de crisis y las heterotopías de desviación. La primera de ellas, las *heterotopía de crisis*, refiere los lugares privilegiados, sagrados, o prohibidos, reservados a los individuos que se encuentran, en relación a la sociedad y al medio humano en el interior del cual viven, en estado de crisis. La segunda, las *heterotopías de desviación*, son aquellas en las que se ubican los individuos cuyo comportamiento está desviado con respecto a la medida o a la norma exigida (Foucault, 1967).

Partiendo de una postura geográfica, las acepciones de heterotopía, tanto la de crisis como de desviación, muestran las tensiones que se convierten en enclaves de procesos de espacialización, cuya concreción es la construcción espacial de los lugares a través de lo que puede ser el uso narrativo de la heterotopía. Prosiguiendo con esta idea, la narrativa permite transformar una heterotopía de crisis en una nueva heterotopía, tal como es visible en los lugares santuario de la migración, particularmente en los Estados Unidos de Norteamérica. En este sentido, los santuarios son lugares que se sobreponen, son establecidos para aislar y unificar; pero que además desde su propia concepción son espacios en constante tensión por demarcar “lo propio” con lo “ajeno”, sin saber qué es lo ajeno y qué es lo propio para el habitante. Partiendo de la construcción de cotidianeidad, los santuarios se convierten en enclaves de imaginación para los habitantes.

Los enclaves de la imaginación y su relación con las heterotopías, de acuerdo con la concepción de Lestegás (2006), retoman el fenómeno de la heterogeneidad del espacio, pero considerando además la exclusión como un caso particular de heterotopía:

lugares destinados a acoger la diversidad cultural y social que integra el mundo de la exclusión. Se trata, en suma, de espacios en los que la ‘otredad’, la alteridad y las conductas normativas se pueden explorar sin reducirlas a simples productos imaginativos u oníricos, sino materializándolas y considerándolas en relación con los productos sociales existentes (Lestegás, 2006, p. 178).

De tal forma, estos lugares dotados de “otredad” permiten ahondar en la indagación de la dimensión simbólica de la exclusión. A través de un punto de vista de creaciones narrativas, como apunta Alonso (2014, p. 337), la exclusión sería una

suerte de diferenciación espacial, en la cual “la heterotopía es, como todas las diferencias, siempre ‘para’ algún grupo, siempre en ‘relación con’, más que un ser ‘en sí’”. Razón por la cual, las heterotopías se convierten en lugares conscientemente contruidos, pero con una particularidad: se sobreponen a los lugares culturalmente normalizados, o bien, cotidianamente asimilados. En la figura 1 se puede apreciar la sobreposición de una construcción simbólica en un espacio público, descubriendo la esencia de la diferencia.

Pensemos una vez más en el caso de la migración. Hablar de la heterotopía de la migración es dilucidar no sólo la historia de las interrelaciones entre los territorios y sus actores migrantes, es decir, entre el que se va, el que recibe y el que se queda; si no también su construcción histórica, social y cultural. Hablar de la heterotopía de la migración, es hacer alusión a las diferentes prácticas simbólicas y de construcción de significados que se dan por la movilidad, la fijación y, la permanencia e incluso por el olvido. Es pensar, en la vinculación que se establece entre la movilidad y la cotidianeidad a fin de observar los diferentes modos de identificación, pertenencia y apropiación, vía la ritualización o, desde una postura geográfica y cultural, su patrimonialización.

A través de esta idea de heterotopía de la migración, podemos pensar en la complejidad que presenta, a nivel espacial, social y sobretodo, de significado, el transitar entre dos lugares que comparten un territorio y que por su condición de movilidad, la cotidianeidad desde el propio espacio de vida alude a un “dentro de” para reafirmarse y distinguirse.

El pensamiento heterotópico de Foucault nos permite atender el análisis provisto hacia las formas sociales de producir un espacio. En este sentido y desde una similitud con Lefebvre (2013), el espacio se presenta como producto y medio de producción. Con la abstracción del espacio, las formas sociales de producirlo son alineadas y por tanto, modificadas. De acuerdo a Lefebvre (2013), la producción del espacio social se concibe mediante tres aristas: *la vida en el espacio, la representación del espacio y el significado del espacio*. Esta triada implica, por sí misma, la concepción tanto de un espacio que se vive, como un espacio en el que se vive. Los cuales, forman parte de la traída al representarlos y significarlos. Por otro lado, el conflicto de la heterotopía puede representarse como resultado de la yuxtaposición del espacio abstracto - el espacio representado - y los espacios de representación de quienes viven el lugar.

Figura 1. Representación heterotópica de la migración mexicana en Chicago.



Fuente: Archivo personal. Miriam Reyes Tovar. Mayo, 2015.

3. La producción simbólica del espacio heterotópico en la migración

Con el objeto de sustentar una crítica de las heterotopías relacionada con el estudio del espacio social, se propone establecer símiles entre el pensamiento de Foucault y Lefebvre. De esta forma, sostenemos que un espacio heterotópico en la migración, es un espacio representado que irrumpe un espacio real o abstracto. Aunque en el pensamiento de Lefebvre (2013), el espacio abstracto irrumpe en la triada e impone una producción del espacio ajena a la sociedad o comunidad que inicialmente producen. En el pensamiento heterotópico, la yuxtaposición de sentidos permite aludir al campo reflexivo y de expresión de sentido del vivir y experimentar la superposición de lugares. En este caso, el espacio producido es producto de dos momentos claves de la migración: 1) la movilidad causada por la irrupción del espacio abstracto a las comunidades y 2) el espacio abstracto asimilado en los espacios por la representación (principalmente en espacios periféricos) que empujan la migración mediante la fabricación de un utopismo que se materializa en la yuxtaposición producida por la movilidad, alimentada a su vez por el espacio abstracto inicial.

La irrupción ocurre cuando la movilidad, como producto espacial del primer momento, producido en un espacio representado que reconfigura el espacio abstracto mismo, reencuentra el espacio abstracto, pero en una suerte de ensamblaje que materializan la heterotopía en el lugar de destino, producto de los simbolismos de la reconfiguración en el lugar de origen con el encuentro del espacio abstracto en el momento y lugar de destino de la movilidad. Por lo tanto, este espacio representado, producto de un espacio de representación, influye en la forma en la que el espacio se vive y se significa en el lugar y momento de encuentro con el destino de la migración.

Lo anterior y retomando la idea de heterotopía de la migración, puede ejemplificarse en el encuentro entre dos formas de producir el espacio que el migrante experimenta. La primera, en la producción del espacio social establecido en su comunidad de origen, la cual brinda códigos de significados y representaciones en su espacio de vida; y en segundo aspecto, la exposición de dichos códigos en un espacio de vida distinto al suyo. Esta nueva forma de vivir en otro lugar, en consecuencia, alimenta nuevos códigos y significados en su nuevo contexto. Presenciando dos fuerzas principales que modifican una nueva producción del espacio, a partir del conjugar elementos que se llevan o se portan, y que, en un nuevo lugar, se descubren.

De tal forma, podemos afirmar que la migración tiene un efecto sobre el migrante derivado del encuentro, a partir de la forma de producir el espacio mediante los espacios de representación de la comunidad de origen; y los espacios representados de la sociedad que los recibe. En este sentido, los espacios de representación continúan vigentes en Estados Unidos en términos de relación con la comunidad de origen. Sin embargo, la producción del espacio social, basada en los espacios de representación comunitarios en Estados Unidos, son permisibles por los espacios representados que se encuentran en las sociedades de arribo, tal como lo expuesto con los lugares santuarios

Estas fuerzas tienen diferentes temporalidades que son de alguna forma vinculadas por la migración. Por un lado, el papel de la comunidad de origen que se deja y sus propias transformaciones dadas en el tiempo; y por lo tanto, en el espacio que hereda a las instituciones que lleva consigo el migrante. Aunque quizás llevados con él hacia otro lugar con un ritmo diferente. Por otro lado, el de la sociedad que lo recibe en un espacio representado donde es esperado y asignado como un elemento asimilado a la fuerza de trabajo; sin embargo, estos espacios representados han sido también espacios en los que la comunidad ha logrado surgir a través de la extensión de los lazos comunitarios que han producido un espacio de representación al interior de los espacios representados.

Esta disgregación del tiempo y localización en otro lugar diferente, como lo es la extensión dada por la migración, deja ver el proceso de *heterocronía* propuesto por Foucault (1967), el cual es asociado con cortes de tiempo como forma de ruptura con el tiempo tradicional. A partir de una acepción netamente geográfica, la heterocronía puede incidir en la construcción narrativa de un imaginario geográfico que pone en juego la idealización o incluso, un “estancamiento de tiempo” ante la nostalgia.

En este sentido, y como una forma de establecer una acotación heterotópica concerniente a la creación de “los otros espacios” en función de imaginario geográfico, la heterocronía proyecta modos de concebir y practicar el espacio, como el resultado de la relación entre discursos, fantasías y corporalidad situados entre el yo y la otredad, entre lo que es distinto a mí y lo que yo no represento, entre lo que conforma mi espacio, con aquello que me lo confronta (Rose, 1999; Said, 2008).

Esta forma de concebir el espacio, en tanto campo de experiencia sensible y de creación imaginativa, permite atender su ámbito reflexivo, como constructo de una “imaginación geográfica” (Soja, 2010) y de una vivencialidad por parte del

sujeto (Kant, 1984). Con la idea de “la imaginación geográfica” en esta acotación heterotópica de la migración, hacemos mención, al establecimiento de los imaginarios de la movilidad, en termino de imaginarios geográficos que conllevan una fuerte carga social, y que, a su vez, crean complejidades en la vida cotidiana de los sujetos.

Los imaginarios participan en la construcción, moldeado, negociación e inclusive pérdida de los lugares (en un sentido creativo); crean relaciones entre lo familiar y lo desconocido. Los imaginarios aquí, desde el punto de vista de la heterotopía de Foucault, se nos muestran como el cúmulo de lugares que pueden crear y legitimar un nuevo espacio.

Se crean antagonistas, protagonistas, héroes, culpables, que van creando nuestra actualidad, y que cada uno de ellos busca empoderarse de su espacio y dar legitimidad a ello. Los imaginarios entablan diferencia con el pasado y se vinculan con el presente; los imaginarios “heterotópicos” muestran una diversidad, se nos presentan como “espacios contrarios”, como productores de experiencias mixtas entre realidades y mitos paradójales; los imaginarios geográficos de la migración son espacios heterotópicos de crisis que crean inestabilidades y contrastes.

Los lugares santuarios de los migrantes latinos en Estados Unidos, las zonas urbanas de los llamados cinturones de miseria o asentamientos de migrantes lejos de los centros urbanos, las zonas de refugiados en Europa, las zonas de frontera entre países que llevan consigo personas que deambulan entre el ser y la nada, entre el quedarse o morir; los turistas que se apropian de las ciudades, al menos en sus imaginarios por un instante, son ejemplos de cómo los sujetos se relacionan con sus espacios a nivel de prácticas sociales y culturales que después marcarán la pauta del ser.

Las asociaciones de lugares van conformando mapas imaginarios de vigencia y proyección en modos de concebir y practicar la cotidianeidad. Los cuales, en muchas ocasiones estructuran y alimentan las discriminaciones y prejuicios entre lo que es y lo que debe de ser. Observar la dimensión simbólica del espacio, a nivel de campos que se crean y alimenta de vivencialidades e imaginarios, es mostrar cómo las heterotopías pueden ser las distintas formas de resignificación y reapropiación que garantizan la supervivencia de las personas que vivencian el espacio, con todas sus contradicciones y conflictos de interés.

De tal forma, la construcción de sentido heterotópico, nos permitimos llamar así a la forma sensible de la coexistencia de sistemas simbólicos, impactan en el espacio de la vida de los sujetos a través de la constante yuxtaposición de

singularidades como los cierres y las aperturas, como las ilusiones y las realidades (Posada, 2014). Pero sobre todo, por los conflictos. Es por ello que hablar de una producción del espacio, en términos de heteropía, a nivel de producción simbólica y de crisis, nos lleva a *la percepción* de la experiencia del espacio, y *al significado* de la experiencia.

Lefebvre (2013) destaca, desde el espacio percibido, el espacio concebido y el espacio vivido, los ejes de *traducción* para estructurar el espacio social partiendo del mundo físico y la experiencia en él mediante *la práctica*, seguido de *la percepción* y finalmente, el espacio pensado, concebido o *el significado* de la experiencia, tal como puede ser visto en la figura 2. Sin embargo, los espacios de representación de un lugar, donde la triada espacial es reproducida; pueden ser *suplantados* por un sistema totalizador, o en un espacio complejo, en el cual los espacios de representación de las comunidades conforman un espacio representado, producido desde el exterior.

sombra que me da a mí misma mi propia visibilidad, que permite mirarme allá donde no estoy” (Swain, 2001, p. 340), pero que también puede colapsar, cuestionar e inclusive mirarse desde lo que ya no soy, pero que me vuelve a posicionar ante lo que fui,

En segundo lugar, su patrimonialización, en la cual, hacemos alusión a las distintas formas que se tienen por dar legitimidad a la diferencia, por recrear y crear desde la contradicción, o propiamente dicho, desde la resistencia al olvido y a la invisibilización. La importancia que posee el patrimonio identitario geográfico desde su propia construcción como campo heterotópico de la migración, permite atender no sólo la movilidad y las diferentes prácticas espaciales que de ésta se derivan, sino también cómo la distancia y la proximidad, lo cercano y lo lejano, lo inmediato, lo pasado y lo futuro, dan cuenta de relaciones de poder, de relaciones socioespaciales e identitarias.

Figura 2. Representación heterotópica de la migración mexicana en Chicago.



Fuente: Archivo personal. Miriam Reyes Tovar. Mayo, 2015.

Así, la acotación heterotópica en y de la migración, versa, desde nuestro punto de vista, particularmente en dos ámbitos que son de vital importancia al hablar de los sujetos en su relación con la vida cotidiana y esta idea de “apropiación y significación de los espacios”, tanto para su uso como para su legitimidad:

El primero de ellos es una “heterotopía identitaria”, es decir, el entendimiento de mi “yo” como un espacio que se crea, recrea, contradice e inclusive se transiciona. Swain (2001) menciona “yo soy el espejo de mí, un lugar sin lugar en un espacio irreal que se abre virtualmente atrás de la superficie, yo estoy allá donde no estoy, una especie de

Esta reflexión ha dado paso a la construcción de discursos y lenguajes propios respecto al papel del imaginario y lo simbólico en dicha relación. Se ha dado paso a una experiencia sensible y vivencial del espacio como experiencia, como elemento constructor y significador de la vida del sujeto en su lugar.

En la relación espacio – experiencia – sujeto, desde el punto de vista de la geografía humana, el discurso hacia la centralidad del sujeto, a través de las distintas formas que tiene por hacerse en y con el espacio; observar su capacidad de “habitar”, con base en Hiernaux (2008), se delinea la forma en la cual las prácticas hechas por

las personas permiten acceder a un nivel analítico que aborda la construcción social del territorio, particularmente, desde la significación que un determinado espacio de vida tiene para los sujetos.

De tal forma, observar al territorio como una visión del mundo por parte de sus actores, permite en primer lugar hablar de su existencia y sus experiencias vividas en los lugares; y segundo, crear una suerte de tensión dinámica entre lo habitual, la rutina, la reproducción, la creatividad, la innovación, el cambio y la espontaneidad adaptativa (Claval, 1999; Lévy & Lussault, 2007). En este sentido, la migración internacional, posee una fuerte carga territorial que permite marcar el contexto no sólo espacial, sino también temporal y cultural de la forma en la cual los sujetos establecen narrativas de las formas de habitar y significar los territorios, y sobretodo, siguiendo la línea de pensamiento heterotópico, el poder yuxtaponer lugares significativos e incluso transgredirlos vía la resistencia del recuerdo y la memoria.

4. El patrimonio geográfico desde el acotamiento heterotópico de la migración

Posicionar a los territorios identitarios que son caracterizados por las vivencias y trayectorias cotidianas que establecen el sentimiento de pertenencia y formación de identidades individuales, permite hablar de una conciencia espacial compartida, resultante del entramado de relaciones simbólicas en el establecimiento de una “identidad del territorio” y de una “identidad para el territorio” (Guérin-Pace & Guermond, 2006)

Guérin-Pace (2006; 2003) señala que existe un sentimiento de pertenencia a un territorio, visto como un componente espacial en la construcción identitaria de los sujetos, el cual se crea mediante el ensamble de cursos geográficos y significados otorgados a los lugares inscritos sobre el territorio por parte de los sujetos. En la pertenencia territorial, la autora señala que la formación de un *patrimonio identitario geográfico* puede ser movilizado por los individuos, ya que al tener como centro de referencia al territorio, en él se establecen y reconocen vínculos de pertenencia (Ortega, 2007) que se fijan pero que pueden ser dinámicos.

En el dinamismo de los vínculos con el territorio, la relación identidad y territorio en la migración, con base en Guérin-Pace y Guermond (2006) permite atender *la identidad del territorio*, como la puesta en escena de los datos específicos de una entidad geográfica, resaltando su ubicación, patrimonio y características culturales de sus habitantes; por su parte, hablar de una *identidad para el territorio*, es hacer alusión al carácter geográfico de

las identidades individuales construidas en el territorio (Guérin-Pace & Guermond, 2006, p. 289); y al establecer la relación entre lo individual y colectivo dentro de sus contextos territoriales específicos se establece una conciencia espacial compartida (Mazurek, 2009).

La identificación hacia un territorio estará en función de las diversas formas de objetivación del mismo, es decir, a partir de tomar a la historia, cultura, símbolos y prácticas socio-culturales adscritas al territorio (Gendreau & Giménez, 2002), se establece una apropiación territorial, afectiva y simbólica por parte de los sujetos hacia un determinado territorio, teniendo una inscripción o pertenencia hacia el lugar; de tal forma, la comprensión espacial de pertenencia a ese lugar, da muestra del **patrimonio geográfico**, como una forma de identidad colectiva que supone al mismo tiempo, una adhesión que puede ser compartida y entendida como una “identidad hacia una entidad geográfica” (Guérin-Pace & Guermond, 2006, p. 298). Pero, que, desde el punto de vista de la migración, los anclajes de pertenencia e identificación socio-espacial, remiten a una forma cambiante, reconfigurada o traducida de la forma en la cual la pertinencia territorial establece una identificación, apropiación y comprensión espacial de su habitar (Guérin-Pace, 2006, p. 102).

En este sentido, y desde un discurso heterotópico de la migración, el patrimonio geográfico se vuelca hacia un cumulo de significados que se nutren del patrimonio cultural, entendiendo por este una expresión simbólica. Con base en Batalla (1991, p. 119), “[...] el patrimonio cultural abarcaría también costumbres, conocimientos, sistemas de significados, habilidades y formas de expresión simbólica que corresponden a esferas diferentes de la cultura”.

Abordar la noción de identidad colectiva de una comunidad a través del reconocimiento no sólo de sus miembros entre sí, sino también de sus elementos culturales, como lo es la propuesta de Batalla respecto a la noción de patrimonio cultural, en un ámbito de movilidad, como lo es la migración, nos lleva al laberinto de significados que se crean con y en la estructuración de la identidad simbólica del sujeto y de la colectividad, estableciendo una suerte de universos simbólicos que se superponen los unos a los otros.

En este sentido, el patrimonio geográfico de la migración, desde su arista cultural y de yuxtaposiciones, nos permite entenderlas como elementos de anclajes simbólicos y significativos que les otorgan su encuentro con la tradición y la modernidad, con base en Di Meo (1996, p. 93):

El universo simbólico (ideologías territoriales, valores patrimoniales, memoria colectiva, sentimientos identitarios

en particular) de las estructuras cognitivas del sujeto social encuentran un campo de referencias sólidas sobre las estructuras objetivas del espacio geográfico. Estas aportan los argumentos identitarios, de innumerables marcas susceptibles de revitalizar la memoria colectiva por las sociedades que las producen.

En este sentido, la dimensión simbólica del espacio, o del patrimonio geográfico y cultural, estarán dados respecto a la construcción e identificación territorial ligada a la visión del mundo de cualquier grupo o individuo, permitiendo observar las estructuras hechas por el sujeto sobre el territorio como una forma de reconocimiento, identificación y pertenencia. Ante lo anterior, nuestro discurso y posicionamiento nos lleva a mostrar a los espacios heterotópico de la migración, en los espacios de representación.

Figura 3. Representación heterotópica de la migración mexicana en Chicago.



Fuente: Archivo personal. Miriam Reyes Tovar. Mayo, 2015.

En el caso particular de la migración, los espacios de representación tuvieron que sobrevivir clandestinamente en un principio, para luego ser asimilados por los espacios de representación y finalmente tolerados y encapsulados en lugares determinados por la representación, tal como puede apreciarse en la figura 3, donde la espacialización de la mexicanidad ha sido sobrepuesta al espacio

norteamericano, convirtiéndose así, en un espacio de representación que fue integrado y principalmente, tolerado como espacio representado de la diferencia étnica y racial.

No obstante, la tolerancia vía integración, es cambiante y muestra la fragilidad en términos legales de los migrantes, aunque también, evidencia la fortaleza de una comunidad que ha logrado abrir espacios de legitimidad y permanencia. Con base en esta idea, podemos afirmar que la creación de los espacios de representación, o lo que hemos tratado de dilucidar como espacios heterotópico, ha sido posible en un país donde la dualidad integración – disociación permite la existencia del encapsulamiento de espacios de representación en una amalgama de espacios representados como una unidad nacional.

5. Conclusión

Observar al patrimonio como una forma en la que se conjunta un tiempo pasado con un presente y cuyo marco de acción es el territorio, es conferirle un valor patrimonial al territorio (Di Méo, 1996); donde la dupla patrimonio y territorio establecen la aparición de un espacio común, un espacio en el cual los sujetos se reconocen y se crean, estableciendo una “transferencia de sacralidad de lo social a lo espacial” (Di Méo, 1996).

La yuxtaposición de espacios que la migración origina, en alusión a Lefebvre (1983), es trascendental, principalmente para entender las transformaciones que a nivel territorial sucede, y sobretodo en tratar de visibilizar, los cambios que se producen en el imaginario global de lo qué es una sociedad.

En el caso de la migración, los espacios heterotópicos que pueden producirse por el contacto con lo diferente, el recuerdo de lo dejado y el sueño de lo que puede encontrarse o materializarse, establecen como menciona Harvey (2017) relaciones potencialmente transformadoras con los demás espacios. El problema, prosiguiendo con Harvey, radica en encontrar formas de hacer realidad sus potencialidades efímeras (Harvey, 2017, p. 187).

La importancia de retomar una reflexión hacia el pensamiento de Foucault y Lefebvre en las particularidades territoriales que tiene la migración, postulamos, se encuentra en hacer notar cómo el patrimonio territorial hace alusión a un encuentro que permita observar las diferencias, pero también las nuevas creaciones. Nos invita a observar cómo el patrimonio identitario de la migración, desde una acotación heterotópica, puede revertir la idea de Foucault respecto a la forma en la cual, “el emplazamiento sustituye al entendimiento que, a su

vez, reemplazaba la localización” (Foucault, 1967), si bien, la localización puede ser lejana y cercana, la vivencialidad y las diversas formas de expresarlo, pueden establecer un valor espacial del patrimonio geográfico de la movilidad.

6. Referências bibliográficas

- Alonso, M. G. (2014). Los territorios de los otros: memoria y heterotopía. *Cuicuilco*, 21(61), pp. 333-352. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592014000300015
- Batalla, G. B. (1991). *Pensar nuestra cultura. Ensayos*. México: Editorial Patria.
- Claval, P. (1999). Los fundamentos actuales de la geografía cultural. *Documents d'Análisi Geogràfica*, 34, pp. 25 - 40. Recuperado de: <http://age.ieg.csic.es/hispengeo/documentos/clavalcultural.pdf>
- Di Méo, G. (1996). *Les territoires du quotidien*. Paris: L'Harmattan.
- Foucault, M. (1967). *De los espacios otros*. Conferencia dictada en el Cercle des études architecturales. Recuperado de: <http://yoochel.org/wp-content/uploads/2011/03/foucault-de-los-espacios-otros.pdf>
- Gendreau M., & Giménez, G. (2002). La migración internacional desde una perspectiva sociocultural: estudio en comunidades tradicionales del centro de México. *Migraciones Internacionales*, 1 (2), pp. 147-180. Recuperado de <http://www.scielo.org.mx/pdf/migra/v1n2/v1n2a6.pdf>
- Guérin-Pace, F. (2003). Vers une typologie des territoires urbains de proximité. *L'Espace Géographique*, 4 (32), pp. 333-344. doi: 10.3917/eg.324.0333
- Guérin-Pace, F. (2006). Sentiment d'appartenance et territoires identitaires. *L'Espace Géographique*, 4 (35), pp. 298-308. doi: 10.3917/eg.354.0298
- Guérin-Pace, F. & Guermond Y. (2006). Identité rapport au territoire. *L'Espace Géographique*, 4 (35), 289-290. doi: 10.3917/eg.354.0289
- Harvey, D. (2017). *El cosmopolitismo y las geografías de la libertad*. España: Ediciones Akal.
- Hiernaux, D. (2008). De los imaginarios a las prácticas urbanas: construyendo la ciudad de mañana. *Iztapalapa - Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, (64-65), pp. 17-38. Recuperado de <http://132.248.9.34/bevila/Iztapalapa/2008/vol29/no64-65/1.pdf>
- Kant, E. (1984). *Crítica de la razón pura*. Madrid: Alfaguara.
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. España: Capitán Swiny.
- Lefebvre, H. (1983). *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Lestegás, F. R. (2006). La estrategia socioespacial de las heterotopías: ¿el poder organiza espacios de exclusión o de fijación?. *Xeografía, Revista de Xeografía, Territorio e Medio Ambiente*, 6, pp. 171-179.
- Lévy J. & Lussault, M. (2007). *Logique de l'Espace, esprit des lieux: Géographies à Cerisy*. Paris: Belin.
- Mazurek, H. (2009). Migraciones y dinámicas territoriales. In C. Salazar (Ed.), *Migraciones contemporáneas: contribución al debate* (pp. 11-33). Bolivia: Edit. CIDES-UMSA
- Ortega, M. J. Q. (2007). Migración, arraigo y apropiación del espacio en la recomposición de identidades socioterritoriales. *Cultura y representaciones sociales. Un espacio para el diálogo interdisciplinario*, 2 (3), pp. 35-67. Recuperado de <http://www.journals.una.mx/index.php/crs/article/view/16252>
- Morales, J. E. P. (2014). El gobierno urbano: indagaciones alrededor de las heterotopías innovadoras. Caso Medellín. *Cuaderno de vivienda y urbanismo*, 7 (13), pp. 116-125. Recuperado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cvyu/article/view/8753/8072>
- Rose, G. (1999). Performing Spaces. In J. Allen, J., D. Massey & P. Sarre (Eds.), *Human geography today* (pp. 247-259). Cambridge, UK: Polity Press.
- Said, W. E. (2008). *Orientalismo*. España: Random House Mondadori.
- Soja, E., Benach, N. & Albet, A. (2010). *Edward W. Soja. La perspectiva postmoderna de un geógrafo radical*. Barcelona: Icaria.
- Swain, T. N. (2001). *¿Qué es el lesbianismo?*. São Paulo: Brasiliense.

Usos y apropiaciones del patrimonio urbano VS identidad perdida o conservada

Mabel Teresa Chaos Yeras¹

Resumen: En la configuración de una ciudad influyen diversos factores como el medio geográfico, la población y el marco histórico específico. Unido a ello, se establecen relaciones funcionales y se produce un proceso de apropiación y usos del espacio urbano. Ello ayuda a reforzar la imagen de la ciudad que refleja su propia historia, valor, carácter y personalidad. De allí que la identidad cultural no exista sin la memoria, sin la capacidad de reconocer el pasado, sin elementos o referentes que le son propios y que permiten construir el futuro. Las prácticas contemporáneas en determinadas áreas geográficas hacen coincidir el espacio físico, social y turístico, donde se generan grandes tensiones entre la memoria y el olvido, entre la identidad perdida o conservada. Sin embargo, las soluciones son posibles siempre que se alcance el equilibrio entre, la satisfacción de las necesidades del presente y la preservación de la significación cultural del patrimonio.

Palabras-clave: identidad cultural, turismo urbano; conservación del patrimonio

Usos e apropriações de patrimônio urbano VS identidade perdida ou conservada

Resumo: Apresenta-se uma série de questões e reflexões do autor acerca da dinâmica das formas urbanas em Havana, com ênfase nas incidências socio-espaciais do triunfo da Revolução em janeiro de 1959, regido pelas peculiaridades do modelo socialista de assimilação socio-espacial, situação que permaneceu ao menos desde o ponto de vista teórico imóvel até a década noventa do século passado com o começo de uma profunda e perdurável crise econômica. O modelo peculiar cubano para sair da crise apresenta matrizes no seu impacto sobre a estrutura socio-espacial e as formas urbanas na cidade, incluindo a aposta ao desenvolvimento do turismo internacional, um grande desafio dada a sua incidência na criação de realidades paralelas a restauração e aparição de novas e diversas formas urbanas e a reativação das memórias urbanas.

Palavras-chave: identidade cultural; turismo urbano; conservação do patrimônio

Uses and appropriations of urban heritage VS lost or conserved identity

Abstract: In the configuration of a city there are various influencing factors such as the geographic environment, the population and the specific historical framework. Together with this, functional relationships are established and a process of appropriation and use of the urban spaces is produced. This helps to reinforce the image of the city that reflects its own history, value, character and personality. Hence, cultural identity does not exist without memory, without the ability to recognize the past, without elements or referents that are its own and that allow building the future. Contemporary practices in certain geographical areas make the physical, social and tourist space coincide, where great tensions are created between memory and forgetting, between lost or preserved identity. However, solutions are possible as long as the balance is reached between satisfying the needs of the present and preserving the cultural significance of heritage.

Keywords: cultural identity; urban tourism; heritage conservation

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹Doctora por la Universidad de Sevilla, España (2005), título homologado a Doctora en Ciencias Técnicas en Cuba, y Profesora Titular de la Universidad de Camagüey, Cuba. Email: mabeltchaos@yahoo.com.mx.

1. Introducción

El estudio de la problemática urbana debe considerar una perspectiva de análisis que evite reducir la arquitectura a símbolos carentes de contenido, de forma que la historia pueda ser mucho más cierta para los hombres. Se reconoce que no importa el espacio ni el tiempo, porque la arquitectura tiene un contenido ideológico y la historia puede leerse en la piedra. De esta forma el proceso de configuración de una ciudad se basa en las relaciones funcionales principales, en las que influye el medio geográfico, la población y el marco histórico específico que abarca factores sociales, económicos, políticos e ideológico culturales (Yeras, 2005). A ello se añade que los usos del espacio urbano ayudan a reforzar la imagen de una ciudad, así esta queda establecida a través de los símbolos concretos y las acciones simbólicas que son reconocidos por sus habitantes.

Como plantea Stevens (1998) hay una base social en el proceso de creación de una ciudad en el que influye el entorno social y las estructuras donde se reconoce. Mediante ese proceso de creación los hombres “inscriben” sus obras en las piedras de la ciudad, y aunque ello puede parecer sólo una acción simbólica, se está ante un proceso material y social. En este sentido, Stevens ha planteado que en el proceso de creación de la sociedad se producen los símbolos que permiten mantener el orden social vigente y que estos símbolos forman parte importante de la cultura material que a su vez crea, legítima y reproduce la estructura social. El proceso de creación de la sociedad otorga a la arquitectura una alta carga ideológica, como consecuencia de ello los vínculos entre la arquitectura y la ideología cambian según el contexto espacio-temporal.

El derecho a la ciudad se debatió por años en la distribución del espacio físico según las exigencias de cada momento, en la fragmentación del espacio para dar paso al intercambio y finalmente en la capacidad técnica y científica de la producción del espacio social para satisfacer todas las necesidades, funciones y objetivos sociales. No caben dudas que las creaciones que se materializan en el espacio urbano, en los momentos histórico concretos de la vida del hombre, hoy han alcanzado una connotación global, que pone en peligro la diversidad cultural y la esencia misma de la cultura (Moya & Brito, 2001).

Unido a lo anterior, la creciente internacionalización de los procesos económicos y tecnológicos, induce a la uniformidad, la imitación y la destrucción de las culturas nacionales. Este fenómeno se expresa en las ciudades con la

importación de modelos urbanos y arquitectónicos, la introducción de tecnologías no apropiadas al contexto local, la pérdida del espacio urbano y la destrucción del patrimonio heredado que se concentra mayoritariamente en los centros históricos de las ciudades. Como se ha planteado Yeras (2016, p. 64):

La arquitectura de este tiempo se ha apartado de sus raíces olvidando aspectos tan sensibles como la adaptación al medio, el régimen de brisas, la trayectoria solar y los materiales y técnicas locales; todo lo cual se traduce en ocasiones en un problema más, el encarecimiento de las obras por costos de importación, consumo de energías no renovables y otros muy relacionados con el ciclo de vida de los edificios. La tecnología mal entendida que ha deslumbrado al mundo es en gran medida la responsable del olvido de nuestros orígenes. Se ha obviado la relación del hombre con la naturaleza, se ha creado una enorme confusión como resultado de la gran cantidad de materiales y sistemas constructivos, industrializados, de tal forma que lamentablemente la edificación ahora no identifica al hombre con su medio.

El inicio del siglo XXI marcado por la especulación y los criterios comerciales han creado una arquitectura anónima de gran uniformidad constructiva, carente de elementos capaces de ambientar y hacer más agradable la vida, de tal forma que se han destruido los hábitos de vecindad y comunicación espontánea entre los hombres, con lo que también se ha afectado significativamente el orden social. Muchas construcciones contemporáneas aíslan al hombre de su medio, no solo natural sino social, afectando las prácticas cotidianas de intercambio y generando barreras que se ven reflejadas ya no solo en la estructura física de las ciudades, sino también en la estructura de la sociedad.

En este sentido, ha sido reconocido que el nivel de autorrealización de un individuo a lo largo de su vida depende críticamente de la calidad del entorno en que se desenvuelve (Boisier, 1999); se establece así, una relación entre medio físico y desarrollo humano personal, que está condicionado por la satisfacción de sus necesidades materiales y espirituales expresadas en estilos de vida asumidos desde la posición que ocupa el individuo en la sociedad. Es aquí donde se reconocen como idóneos los estilos de vida que favorecen al hombre desde su satisfacción espiritual y no sólo desde cuánto posee en la escala material (Castro, 2001); o sea una calidad de vida sustentada en la cultura. Ello es una condición indispensable para la viabilidad a largo plazo de los sistemas económicos, cuyos beneficios pueden contribuir al mejoramiento de la habitabilidad de los núcleos urbanos, es decir, a la existencia de equipamientos básicos, acceso fácil a los servicios públicos y otras actividades, regulaciones en el uso de suelo,

recuperación de las centralidades, entornos urbanos seguros y saludables, disminución de la violencia, gobernabilidad, participación y gestión (Rueda & Naredo, 1996).

Las ciudades poseen su propia historia, valor, carácter y personalidad, al decir de Chateloin (2009), constituyen un gran laboratorio cultural, son la evidencia de la evolución de los complejos arquitectónicos y urbanos y de cómo se determinan en ellos los procesos socioculturales y técnicos que las crean, conservan y transforman, de allí que las áreas urbanas históricas resulten elementos fundamentales de la identidad e importantes piezas del patrimonio cultural. La identidad cultural no existe sin la memoria, sin la capacidad de reconocer el pasado, sin elementos simbólicos o referentes que le son propios y que ayudan a construir el futuro. La identidad al decir de Eduardo Galeano (1975, p. 57) es “como una mariposa que huye (...) la identidad es cambiante, contradictoria; la identidad fija solo sirve para llenar de objetos los museos...”, de allí su carácter dialéctico.

Sin embargo, la globalización neoliberal está fungiendo como elemento aniquilador de las identidades desde el punto de vista cultural. La identidad cultural se basa en una norma de pertenencia, consciente, fundada sobre posiciones simbólicas socialmente construidas, de acuerdo a una cultura particular, con determinados atributos como patrones de vida, religión, lenguaje, etcétera (Pupo, 2007). En general, el concepto de identidad es multidimensional ya que está relacionado con diversas direcciones de análisis de la realidad social, material, estructural y espiritual.

García y Baeza (2004, p. 46), plantean que la identidad cultural debe ser asumida como: “una forma consciente de expresar las concepciones a través del tiempo y es por eso que se concibe como una configuración fenomenológica de los sujetos y grupos humanos en su devenir, es autoconciencia, el mundo de significados y sentidos, proyectos o propuestas, condiciones y situación real de estos con su proyecto en el andamiaje total del espacio sociocultural y la fuerza social que representa. Es el resultado de la configuración y reconfiguración del espacio sin exclusión”.

De allí que pueda afirmarse que la identidad sólo es posible y puede manifestarse a partir del patrimonio cultural, que existe de antemano y su existencia es independiente de su reconocimiento o valoración. El patrimonio cultural refleja la vida de la comunidad, su historia e identidad. Su preservación ayuda a reconstruir comunidades desmembradas, a restablecer su identidad, a crear un vínculo con su pasado y a crear un vínculo entre el pasado, el presente y el

futuro. El patrimonio y la identidad cultural no son elementos estáticos, sino entidades sujetas a permanentes cambios, están condicionadas por factores externos y por la continua retroalimentación entre ambos.

Desde esta perspectiva, el concepto de identidad cultural hace referencia a hechos culturales y de conciencia; debe ser declarada a partir de su expresión de la vida cotidiana del pueblo y de sus expresiones más concretas: el lenguaje, las instituciones sociales, la cultura popular, el arte, la literatura y la arquitectura las cuales cambian en función del tiempo, el momento histórico y las interpretaciones que coexisten en el marco de las relaciones inter generacionales. El patrimonio cultural cuenta como uno de sus elementos fundamentales con el patrimonio arquitectónico, irremplazable expresión de la riqueza y diversidad de cultura de un pueblo.

Cada comunidad o grupo implicado en la conservación de su patrimonio, es responsable de su gestión, es por ello que las estrategias encaminadas hacia este fin, deben considerar una adecuación respetuosa para nuevos usos, como puede ser el turístico. Sin embargo la relación patrimonio y turismo puede implicar valoraciones encontradas, por lo que es necesario evitar los efectos negativos que puede producir la contaminación, la congestión del tráfico o la banalización social, económica y cultural de la comunidad de acogida, entre otras (Brandis & Del Rio, 1998). En la última década turismo e identidad cultural, son conceptos que se han manejado con intensidad. El turismo aparece como un medio efectivo para la promoción social del patrimonio. El crecimiento mundial del turismo, incide considerablemente en el ámbito de la cultura y el patrimonio, fundamentalmente a nivel urbano. La puesta en valor de los sitios urbanos en función del turismo, vendría a conformar una de sus modalidades el turismo urbano, segmento turístico con una de las mayores tasas de crecimiento en el barómetro mundial (Yeras & Sónora, 2013).

La gestión del patrimonio es el conjunto de medidas que emanan de una planificación para garantizar la conservación y el uso público de los bienes patrimoniales, de allí la necesidad de encontrar los usos más adecuados. En otras palabras según afirma Van Hooff (2006) en el mundo actual, una gestión novedosa del patrimonio, de la diversidad cultural y de la creatividad de las sociedades, puede convertirse en verdadero generador de desarrollo humano, social y económico y en uno de los insumos más sustentables para la cultura y el patrimonio.

En este sentido adquiere importancia vital la

preservación de la memoria de los pueblos, pese a que en la actualidad se quiera desde el poder, a partir de determinados intereses políticos y económicos, ver la otra cara de la memoria, el olvido. La conservación del patrimonio arquitectónico no tiene sentido si sus valores no son asumidos por la comunidad que es la responsable de su custodia y es la depositaria del mismo (Cárdenas, 1998) pues una ciudad necesita de su memoria para permanecer en el tiempo y salvarse.

2. Espacio social: de lo geográfico, a lo urbano

La concepción social del espacio lleva implícito un cambio en el entendimiento del medio natural. Según Varcácel (2000, p. 547) "se trata de entender el espacio no como una especie de contenedor sino como el resultado del proceso de transformación de la naturaleza por el trabajo social, y que esa naturaleza actual no es sino el espacio heredado de generaciones y generaciones que ejercieron ese proceso de transformación durante siglos y milenios". Lo relativo al medio geográfico tiene sus antecedentes en la escuela francesa y más tarde también en la española, donde las investigaciones históricas contaron entre sus líneas de análisis con una vertiente geohistórica. Esto no ha sido casual, "toda sociedad concreta se asienta en un espacio físico determinado que ofrece la naturaleza" (Moro, 1985, p. 207). El medio geográfico es la base de la existencia material del hombre, y este, lo ha utilizado a lo largo de cada una de las fases de desarrollo por las que ha transitado. De lo anterior resulta el papel del hombre como transformador de ese medio, en busca de mejores condiciones para su existencia.

Al analizar la estructura espacial de cualquier ciudad puede verse reflejado, como plantea Luís Racionero (1986), primeramente un proceso de selección espacial, atendiendo a las actividades predominantes; y en segundo lugar, uno de selección temporal, donde los factores histórico-económicos, favorecen su crecimiento o estancamiento. Muntañola (2000) reconoce que las tres dimensiones de la arquitectura: proyecto (mente), construcción (arquitectura, ciudad) y uso (sociedad, historia, cultura) son campos de investigación importantísimos, y el núcleo de la investigación arquitectónica es justamente la forma en que el proyecto, el construir y el uso social se relacionan entre sí.

Algunos autores como Bourdieu (1993, como citado en Habas & Santamaría, 2001), han

manejado las relaciones entre las estructuras del espacio físico –urbano– y las del espacio social. Para él, el espacio físico funciona como simbolización espontánea del espacio social. En una sociedad jerárquica, enfatiza, no hay espacio que no esté jerarquizado y, por tanto, que no exprese las jerarquías sociales. En el espacio físico aparecen inscritas las estructuras del espacio social y esa es la razón fundamental por la que se convierten en los lugares donde se organiza y se ejerce el poder de forma sutil o enmascarada a través de los espacios arquitectónicos y urbanos. Es lo que Bourdieu ha dado en llamar "efectos de lugar". Ello permite analizar la construcción de la ciudad como una estructura espacial, morfológica que no puede ser reducida a un simple esquema formal-funcional, pues ella es el producto de un entorno social. Según Bourdieu, la relación del hombre con el espacio no es solamente visual-perceptual, ni estética, ni semiológica, aunque en la práctica el hombre se apropie de signos urbanos, sino que también a través de su uso, de sus actividades, el hombre es capaz de cualificarlo, socializarlo.

La antropología urbana permite un sistémico e integral entendimiento de la ciudad y de las comunidades en general, pues va más allá de una simple descripción de los comportamientos que se dan en ella. Permite reconstruir la lógica de sus pobladores desde ellos mismos, registrando costumbres, concepciones y la interpretación que estos hacen de sus propios actos y su vida; asimismo, las soluciones que los habitantes de la urbe dan o pueden dar a los problemas que esta les impone. La misma tiene dos dimensiones operativas: la dimensión diacrónica y la sincrónica contemporánea (Couceiro, 2009). La dimensión sincrónica contemporánea permite el estudio de tres componentes fundamentales: la dinámica poblacional comunitaria actual; la problemática de identidad en las comunidades y los espacios urbanos. Para Henri Lefebvre (1972), lo urbano no se limita a la morfología urbana; sino que se trata de algo mucho más complejo que es la manera de vivir una sociedad a partir de la base económica, social y cultural. Dicho en otras palabras el espacio social urbano es sede de prácticas sociales y culturales que propician la interacción de los individuos.

Se puede decir que el hombre se desenvuelve siempre en un medio que generalmente ha sido conformado artificialmente por él y, en consecuencia, existe una relación entre el hombre y el espacio que éste crea. En este sentido resulta vital lo que Guanche (1999) ha llamado cultura material y espiritual de los hombres para definir sus valores e intereses, sus aspiraciones

y necesidades, sus tradiciones y hábitos y sus modos y formas de vida; los que indudablemente repercuten en la estructura física. Por último, cuando se hace referencia al marco histórico específico se considera que los factores económicos condicionan el impulso, el estancamiento o el decaimiento de los asentamientos; de allí la importancia que el poder económico tiene en dicho análisis, mientras que los restantes actúan como reguladores de los recursos económicos. En tal sentido, el marco histórico concreto actúa sobre la estructura física de las ciudades y, por tanto, estas están condicionadas, forman parte y a la vez reflejan dicho marco histórico.

La historia ha demostrado que las relaciones que se dan en un espacio originan una forma determinada y concreta. Es por ello que en la morfología urbana intervienen diversos factores socio-urbanísticos como las características históricas y geográficas, las relaciones establecidas entre centro y periferia, la valorización y desvalorización simbólica del sitio por los hombres que lo habitan y las imágenes de las que se apropian. En este sentido es válido utilizar como método la reinterpretación de la estructura de la ciudad, pues ello permite comprobar la llamada eficacia socializadora de la morfología urbana.

La ciudad y su arquitectura están sometidas a un uso dinámico, donde muchas veces con el transcurso del tiempo, la ciudad debe ser capaz de asimilar los cambios que impone la sociedad en continuo desarrollo. En este sentido, la arquitectura no debe ser considerada como un objeto, sino como la materialización de una relación social, pues su historia no es la historia de los edificios, sino la de las aspiraciones y los vínculos entre los hombres que la hicieron posible (Zacarías, 2009).

3. Un acercamiento conceptual a la identidad

La ciudad, se ha constituido históricamente como un archivo cultural en el que se guardan presencialmente las sucesivas operaciones significativas que determinaban su realidad espacial y formal. La existencia de la arquitectura ha estado siempre acompañada por la del hombre, evidenciando su marcado carácter social, es por ello que constituye un factor esencial como reflejo y síntesis de la identidad de los pueblos y su devenir histórico.

Si bien reviste importancia la presencia del componente social en el tema de la identidad, se

hace preciso destacar la significación del entorno físico, ya que es lo primero que se percibe en cada ambiente y depende de la significación de este, que los entes sociales logren un sentido de pertenencia para con él. Por ello, se considera la identidad cultural a partir de entender la producción de respuestas del sujeto social, “como heredero y transmisor, actor y autor de su cultura, que este realiza en un contexto geohistórico dado (García, 2002, p. 109).

La arquitectura vista como fenómeno complejo exige la necesidad de profundizar en el análisis de los problemas sociales y del comportamiento sociocultural que influye en el uso del espacio urbano y arquitectónico de forma que valore el papel cultural de la arquitectura ya que constituye una realidad histórica y no puede aislarse de los grandes acontecimientos de una época, ni del progreso técnico, ni de la vida cultural. Ella no sólo comprende las huellas de la historia sino también los procesos evolutivos de cada núcleo. Esto permite entender la identidad cultural como concepto dialéctico que se enriquece con las aportaciones de los hombres en cada momento histórico y que no concluye ni siquiera con la muerte, pues contrario a lo que se piensa, la identidad es lo que queda, lo que da vida y significado a las prácticas, los sucesos, las costumbres, en fin lo que se trasmite como algo inacabado.

Los aportes de la Doctora Eliana Cárdenas (1998) a las dimensiones de la identidad cultural son un referente obligado. En la *dimensión sociopolítica y geográfica* se otorga importancia al espacio físico con su historia vinculada a un paisaje que interactúa con el hombre. El asentamiento geográfico definitivo de una ciudad está condicionado por múltiples factores que influyen en la forma resultante que la define. Las características geográficas del paisaje condicionarán el desarrollo de una ciudad y definirán rasgos morfotológicos que son apreciables en los núcleos urbanos y unido a ello otros factores como los ya mencionados, influyen y determinan en la formación y consolidación de un asentamiento.

La *dimensión socioeconómica* reconoce el valor de la arquitectura y los espacios urbanos como reflejo de la estructura social. En este sentido se puede afirmar que desde la concepción de una ciudad, se generan espacios de mayor o menor jerarquía. La significación de estos espacios no sólo se distingue a nivel urbano, sino además por la arquitectura que los compone. La identidad considera además una *dimensión sicosocial* que abarca las maneras de pensar y de actuar de los diferentes

grupos sociales; así como los procesos de percepción que conforman los imaginarios colectivos que desempeñan un papel esencial en la construcción, reafirmación y difusión de los valores identitarios. El factor social constituye el componente principal en el aseguramiento de la memoria colectiva y la identidad cultural de los pueblos.

Finalmente debe considerarse la *dimensión antropológico-cultural* con las diferentes influencias culturales que definen las prácticas culturales y la *dimensión estético-formal* que condiciona los criterios para valorar los objetos culturales, los modos de usarlos, representarlos y asignarle valores significativos. La continuidad formal y la reinterpretación de valores auténticos, constituyen los verdaderos aportes de la arquitectura contemporánea.

Las representaciones sociales tienen de base un fondo cultural acumulado por la sociedad, que forman la identidad que “es la expresión (o conjunto de expresiones) de los valores esenciales reconocidos por una comunidad. Estos pueden referirse a la historia y las vivencias comunes, resultado de las interrelaciones múltiples de carácter dialéctico entre las costumbres, las tradiciones y las transformaciones generadas de acuerdo con los cambios en las formas de vida en cada etapa histórica” (Alfonso, 2014, p. 27).

Para Horacio Gnemmi (1997, p. 183) “El conocer antecede el conservar, en tal sentido a la búsqueda del conocimiento se le puede considerar como la primera respuesta de una actitud de conservación. En el caso específico de la conservación del patrimonio arquitectónico, conocer implica investigar, indagar para que de dicha búsqueda nazca el conocimiento que luego reclame de la conservación respuestas concretas”. Los centros históricos son los sitios donde se puede realizar la apropiación de una imagen llena de recuerdos y significados, ya que ella “representa la memoria colectiva de la ciudad construida sobre esos elementos paisajísticos heredados” (Camallonga, 2013, p. 118). Los cambios producidos en los espacios urbanos a través de los siglos y producto de la modificación de las formas de vida, de la cultura, las transformaciones productivas y económicas, provocan una serie de modificaciones, algunas veces drásticas, en los centros históricos. Como plantea Delgado (2015, p. 9), “el patrimonio urbano que no se hace consciente en el imaginario, no se encuentra protegido, es un patrimonio invisible, un patrimonio en riesgo”.

Mucho se ha discutido en el ámbito académico sobre la necesaria relación entre el

turismo y las ciudades patrimoniales, así como sobre los aspectos positivos y negativos derivados de ella, pero se coincide en que:

Si bien es cierto que en el binomio turismo-ciudad el primero apunta casi siempre hacia la distorsión y/o cambio de la segunda, pensamos que una adecuada planificación y dirección del turismo urbano o "de ciudad" (entendido éste como aquel que presenta a la ciudad en toda su magnitud como principal producto turístico) puede contribuir a estimular la protección de las ciudades históricas, la arquitectura tradicional, los monumentos y otras manifestaciones, lo que consolida valores culturales en la conciencia de los pueblos y fortalece el orgullo nacional. Visto de esta forma, el turismo se convertiría en el instrumento idóneo para revalorizar culturas y horadar en sus particularidades, logrando que sean conocidas por la humanidad. (Gómez, 2002, p. 127).

4. Turismo urbano, usos y apropiaciones del patrimonio

La preocupación científico-social por el desarrollo equilibrado de la actividad turística no es nueva, pero adolece de las mismas carencias que el tratamiento del turismo en su dimensión más global, es decir, la escasa atención y preocupación desde el ámbito de la investigación, hasta fechas relativamente recientes. Numerosos investigadores han abordado desde los más diversos enfoques la problemática del turismo en los centros históricos. La aproximación al estado de las investigaciones precedentes pone de manifiesto, ante todo, la existencia de un bagaje de experiencias en cuanto a técnicas e instrumentos para la planificación y gestión del turismo, pero la necesidad del desarrollo turístico obliga a la elaboración de metodologías o procedimientos integradores, con un alcance más amplio.

Si bien el turismo para el área geográfica del Caribe ha priorizado los destinos de sol y playa por la riqueza inigualable de sus atractivos naturales, no es menos cierto que muchas de sus ciudades poseen también un valioso patrimonio urbano-arquitectónico. De allí que las zonas de altos valores patrimoniales de una ciudad entendidas como núcleos monumentales en las que puede desarrollarse el turismo urbano sostenible, concentran la esencia de la identidad de un sitio, pues perduran en sus espacios valores simbólicos, arquitectónicos y urbanos (Yeras, 2015). Las enormes expectativas puestas en el turismo como factor de desarrollo, obligan a plantear con rigor los fundamentos de una planificación y gestión, en primer lugar, acorde con los recursos culturales, pues la conservación y preservación de estos

constituye un proceso complejo y singular que requiere de un adecuado manejo desde una óptica multidisciplinaria y metodológica y en segundo lugar porque son esos mismos recursos la garantía de futuro del sector cuando se trata de sitios patrimoniales y de su competitividad en el escenario internacional.

Es por ello que entender el término patrimonio y su relación con el turismo, es necesario a los efectos del desarrollo integral de las ciudades. A partir de la segunda mitad del siglo XX se produce el “boom” turístico internacional y los gobiernos empiezan a considerar el turismo como un sector estratégico para su política económica. En la actualidad el fenómeno turístico mueve millones de personas en el mundo y tiene repercusiones de muy diversa índole. El turismo adquiere en ese nuevo escenario un protagonismo total, al que se suma la prioridad dada, por parte de muchos territorios, que lo ven como elemento de dinamización económica y social. Aparejado a este fenómeno surge la necesidad de adaptarse a las nuevas condiciones de competencia entre los destinos, así como a los rápidos y profundos cambios de las motivaciones, preferencias y hábitos de los consumidores y por último al marco institucional y tecnológico que debe sustentarlo.

El crecimiento competitivo de los destinos turísticos debe basarse en los principios de especialización y diferenciación a través de procesos de planificación estratégica que se adapten a la fase de desarrollo en la que se encuentre cada destino, pues las necesidades son distintas según se trate de destinos emergentes, en crecimiento o maduros. Es aquí donde juega un papel esencial el determinar aquello que los distingue y los diferencia de la competencia, lo que se traduce en buscar las ventajas comparativas del destino.

A partir de la década de 1990 se han propuesto diferentes modelos teóricos para el análisis de la competitividad de los destinos turísticos, la que en el caso de los núcleos monumentales pasa inevitablemente por la preservación de la identidad cultural del destino. No es un secreto para nadie que muchos países han optado por desarrollarse como destinos turísticos, en ello ha incidido el avance en las tecnologías de la información y la comunicación que acorta distancias entre territorios, así como las nuevas motivaciones de los turistas para viajar, que tienden a alejarse del turismo tradicional en beneficio de un turismo basado en el descubrimiento de nuevas experiencias, lo cual ha provocado que se eleve el número de destinos turísticos (Flores & Barroso, 2009).

El término destino turístico ha sido abordado ampliamente en la literatura científica sobre el tema, a juicio de la autora el concepto más completo es el dado por Valls (1998, p. 4) que lo define como un

espacio geográfico determinado, con rasgos propios de clima, raíces, infraestructuras y servicios, y con cierta capacidad administrativa para desarrollar instrumentos comunes de planificación, que adquiere centralidad atrayendo a turistas mediante productos perfectamente estructurados y adaptados a las satisfacciones buscadas, gracias a la puesta en valor y ordenación de los atractivos disponibles, dotado de una marca y que se comercializa teniendo en cuenta su carácter integral.

En este sentido cualquier plan estratégico de largo plazo debe tener como objetivos el mantenimiento armónico del equilibrio dinámico hombre-territorio y la revalorización del emplazamiento basado en las raíces propias que mejoren la calidad de la experiencia turística.

La interrelación turismo-patrimonio está fundamentada en que no es posible diseñar ni realizar una cultura para el turismo, tampoco es posible desarrollar o consolidar el mismo sin que esté presente la cultura nacional y local como parte misma del atractivo turístico. Algunos estudiosos del tema del turismo urbano, Köster y Serrano (2005, p. 2), plantean que "no cabe ninguna duda que el turismo urbano es un fenómeno emergente que está reconfigurando en los últimos años los flujos turísticos (...). La ciudad deviene así en un producto atractivo y se configura como elemento determinante en la configuración de la demanda turística".

En los centros históricos y zonas con valor patrimonial, influyen hoy en día situaciones complejas derivadas de la manera de usar el espacio. Aplicar categorías de intervención en los bienes patrimoniales con el fin de dotarlos de funciones contemporáneas es una alternativa posible y viable. El reuso/reciclaje/refuncionalización es la acción que se ejerce un edificio y/o conjunto urbano implicando un cambio de uso en su función original, pero rescatando los valores que se conserven. Como plantea Alfonso (2014, p. 36) los cambios de uso durante la rehabilitación están asociados entre otras razones a las nuevas funciones que han generado los estilos de vida contemporáneos, pero “debe tenerse en cuenta la vocación funcional del bien inmueble, de modo que la nueva función que se le asigne sea compatible con las características físicas del edificio y del contexto, y favorezca los procesos de conservación de sus valores culturales”.

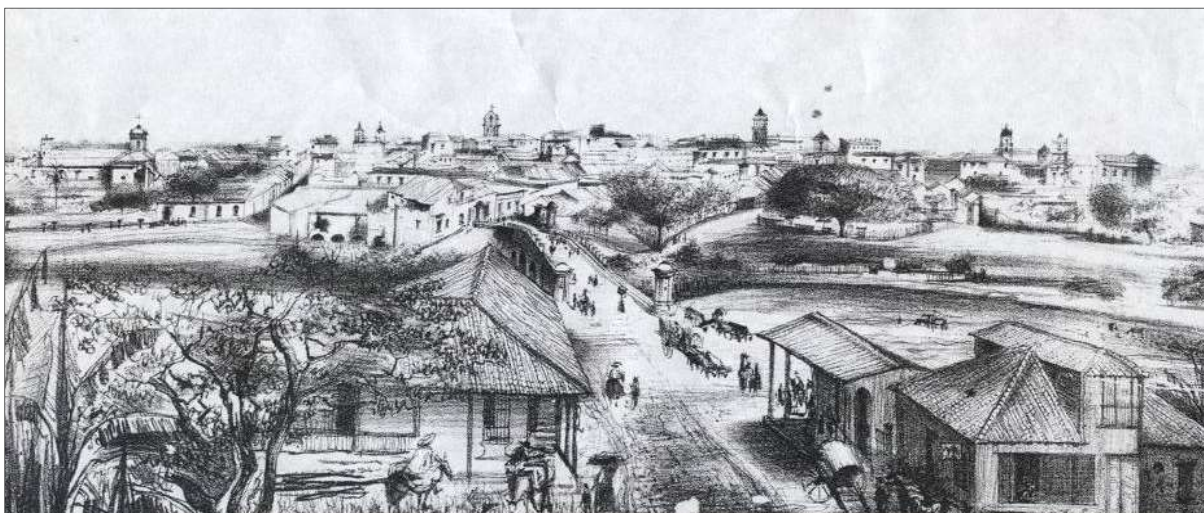
El nuevo uso no implica desconocer la tipología, la vocación e imagen primarias, por tanto deben preservarse no solo los valores que contiene el bien sino igualmente su esencia cultural. La participación ciudadana es aquí fundamental para generar procesos de identidad y apropiación, reafirmando así valores locales, que son a su vez de gran importancia para la percepción y apropiación del patrimonio urbanístico, cultural y ambiental y para generar un desarrollo sostenible acorde con las características propias. Cuando se selecciona un bien patrimonial “el mensaje es el punto inicial para determinar la individualidad y, más allá, la originalidad, para que la instalación tenga su propia identidad, con el fin de que sea recordada por quien la visita y se condicione

determinado prestigio” (Rigol & Rojas, 2012, p. 540).

5. Camagüey, pasado presente y futuro: Retos en la permanencia de su memoria

Camagüey, ciudad única por su origen, transformación e historia, es el resultado de 500 años de desarrollo que han dejado huellas en su estructura física (Figuras 1 y 2).

Figura 1. Grabado del Siglo XVIII



Fuente: Yeras, M. T. C. (2005). *Lenguaje de poderes en la estructura física de Santa María del Puerto del Príncipe. Siglos XVI-XVIII*. Disertación doctoral no publicada. Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, España.

Figura 2. Vista aérea de la ciudad de Camagüey



Fuente: Fondo fotográfico del Centro de Estudios de Conservación y Desarrollo de las Construcciones (CECODEC). Universidad de Camagüey.

Etapas de fuertes cambios estructurales provocaron procesos de densificación de la trama existente, mientras que las etapas de auge económico generaron grandes expansiones urbanas. En su centro geométrico se localiza la ciudad tradicional, espacio de altos valores arquitectónicos, urbanos, culturales y patrimoniales que la población reconoce como su espacio de interacción social. Como resultado de éste proceso, en el que se construye también la imagen de la ciudad simbólica, se obtiene un trazado que respeta en su punto central, o sea, la plaza mayor, lo establecido como modelo para las nuevas fundaciones, y rompe con ello en la configuración del resto de la trama urbana que resulta un tejido irregular en el que si bien no está presente la linealidad de sus calles y manzanas, subyace un trazado que da respuesta a las relaciones funcionales principales.

Según el Manual para Inventarios de Bienes Culturales Muebles del Ministerio de Cultura de Colombia (2005, p. 37) “en el mismo instante en que se fija la atención sobre una expresión de la cultura, hay valoración.” Camagüey es ciudad de iglesias, tinajones, leyendas y tradiciones; no hay dudas de sus elementos identitarios. Basta mencionar el trazado urbano, con su sistema de calles y callejones, que desembocan en plazas y plazuelas, en las que se encuentran casi siempre iglesias como hitos singulares de carácter monumental que sirven para orientarse en su irregular trama. El marcado ambiente vecinal de los barrios que hasta hoy

prevalece en su centro histórico, la homogeneidad en la arquitectura de conjuntos tan significativos como los del Carmen y San Juan de Dios, así como la armónica expresión que logran los más variados estilos eclécticos y coloniales en una imagen urbana cautivadora, constituyen elementos excepcionales que le han conferido a Camagüey su condición de Patrimonio Cultural de la Humanidad, amparado en los criterios IV y V (UNESCO, 2008): por ser ejemplo excepcional de un conjunto arquitectónico que ilustra un período histórico significativo y por constituir un ejemplo excepcional de un hábitat humano tradicional, representativo de una cultura y de su interacción con el medio ambiente, respectivamente (Figuras 3 y 4).

La construcción simbólica de la ciudad permite considerar en una primera Etapa de Formación (1528-1692) una estructura que respondió a las condiciones del medio físico, a las relaciones funcionales principales y a los intereses de las clases con recursos económicos. Ello originó la regularidad y simplicidad del espacio principal convertido en centro de poder y la “arbitrariedad” en el resto de la trama al alejarse de dicho núcleo que, tanto a nivel urbano como arquitectónico, fue consecuencia espacial y formalmente del repertorio habitacional. Esto se manifestó a nivel urbano, por la falta de normativas en la concesión de solares para particulares dando como resultado la irregularidad de los lotes y manzanas y a nivel arquitectónico, por la expresión formal de las viviendas de los vecinos principales quienes expresaron en ellas su poderío económico.

Figuras 3 y 4. Plaza del Carmen, Camagüey (Izquierda). Casa del altillo en la Plaza de San Juan de Dios, Camagüey



Fuente: Fondo fotográfico del Centro de Estudios de Conservación y Desarrollo de las Construcciones (CECODEC). Universidad de Camagüey.

La segunda etapa de Desarrollo y Consolidación (1693-1800) marcada por el crecimiento poblacional y el auge económico de los principales vecinos fruto del contrabando y del fomento de sus haciendas; dio como resultado la estabilidad y el crecimiento del núcleo urbano, que no dejó de expresar, a nivel arquitectónico y urbano, la importancia del repertorio habitacional, pero que a ello se sumó la jerarquía del poder civil y religioso, manifestándose en las edificaciones que respondieron a esos fines.

La morfología urbana de la ciudad posee como tipología un modelo irregular. Se produjo un crecimiento por extensión marcado por la ubicación de las edificaciones del repertorio religioso y un reforzamiento de la centralidad de la ciudad. Ello fue posible por la presencia de los símbolos de poder como la iglesia, el cabildo y las viviendas de la élite principieña y de las acciones simbólicas, o sea, de los usos del espacio central para fiestas, procesiones, desfiles militares y demás actividades que garantizaron que los grupos sociales defendieran este espacio como "su" espacio vital.

Su ubicación mediterránea y en la confluencia de dos ríos, le permitió contar con fuentes de abasto de agua y terrenos fértiles y llanos que propiciaron su desarrollo económico, lo que estuvo respaldado por un crecimiento poblacional desde fines del XVII y durante el XVIII. El proceso de síntesis que se produce entre las características del hábitat, las costumbres y otros elementos de la cultura material y espiritual de pobladores autóctonos y conquistadores, fueron determinando su configuración espacial urbana y arquitectónica que aun puede verse reflejada en nuestros días, pero no basta que un sitio patrimonial sea oficialmente reconocido como tal, sino que debe garantizar su protección futura y mecanismos que le permitan una adecuada adaptación ante los cambios socioeconómicos que acaecen en las ciudades patrimoniales.

Ante esta realidad la conservación del patrimonio debe partir del reconocimiento de sus valores que constituyen legado del pasado, del sentido de pertenencia sobre el mismo y del sentimiento de responsabilidad de protegerlo por la sociedad. El actual e inevitable desarrollo plantea nuevos desafíos a las ciudades, incluidas las patrimoniales y trae aparejado consecuencias que estamos lejos de comprender y de enfrentar. La concentración poblacional con la problemática añadida del tratamiento de las aguas, la eliminación de desechos, la propia escala de las urbanizaciones, la contaminación atmosférica por el flujo vehicular, o simplemente la contaminación sonora, la sobrecarga y excesiva explotación de los terrenos,

el mal manejo de las fuentes de energía renovables y no renovables; por solo mencionar algunos ejemplos, tienden a su vez a crear efectos irreversibles que afectan inevitablemente a nuestras ciudades y a su patrimonio cultural y lo ubican en el límite de su capacidad de sustentación. A ello se suma la dualidad de funciones como centro de ciudad y el compartir su uso de suelo con poblaciones diversas derivado de la coexistencia del espacio físico, urbano y turístico.

La explotación de los recursos naturales y la afectación al medio ambiente reportan en muchas ocasiones, no sólo su deterioro sino también su pérdida, sin posibilidad de restauración o reposición. Esto es particularmente nocivo en lo que concierne al patrimonio, tanto natural como cultural, pues es la base para el desarrollo y representa la historia de la vida y de la humanidad. Concientizar en la población, que quiere decir que las personas realicen un proceso de aprendizaje que las comprometa de forma integral, en el pensar, en el sentir y en el hacer, sobre la necesidad de minimizar los impactos negativos al medio ambiente; es una necesidad impostergable de la humanidad, no hacerlo compromete la vida del hombre.

6. Conclusiones

El espacio urbano aparece conformado por los hechos físicos o, lo que es igual, la arquitectura; pero las ciudades son en esencia un producto humano condicionado por factores económicos y sociales que van determinando su configuración y en la que también influyen un conjunto de circunstancias que las hacen únicas y de su tiempo. A su vez la arquitectura le otorga a la ciudad la capacidad de transmitir significados a partir de los usos y apropiaciones de sus espacios por el hombre, lo cual es decisivo para la conservación o pérdida de sus identidades. La conservación debe asegurar que el patrimonio de los pueblos forme parte de la historia viva de la ciudad y que pueda ser accesible a las generaciones presentes y futuras.

7. Referencias bibliográficas

- Alfonso, A. (2014). *Conservación del patrimonio cultural inmueble. Temas introductorios*. La Habana, Cuba: Editorial UH. Universitaria Félix Varela.
- Boisier, S. (1999). *Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial*. Santiago de Chile: Editorial de la ONU.

- Brandis, D. & Del Río, I. (1998). *La dialéctica turismo y medio ambiente de las ciudades históricas: una propuesta interpretativa*. *Ería*, 47, pp. 229 - 240. Recuperado de <http://www.unioviado.es/reunido/index.php/RCG/article/viewFile/1288/1207>
- Camallonga, J. S. (2013). Centros históricos: Análisis y perspectivas desde la Geografía. *GeoGraphos*, 4 (37), pp. 117-139. doi: [10.14198/GEOGRA2013.4.37](https://doi.org/10.14198/GEOGRA2013.4.37)
- Castro, F. (2001). Masificación de la cultura contra cultura de masas. [Palabras en el Consejo Nacional de la Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba], La Habana, Cuba.
- Cárdenas, E. (1998). *Problemas de teoría de la arquitectura*. Universidad de Guanajuato, México: Editorial Universitaria.
- Colectivo de Autores (2011). Manual para Inventarios de Bienes Culturales Muebles del Ministerio de Cultura de Colombia. Quito: Ediecuatorial.
- Chateloin, F. (2009). *El patrimonio Cultural Urbano y el criterio de Centro Histórico. Caso de estudio: Ciudad de la Habana*. Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría. Facultad de Arquitectura. La Habana, Cuba: [s.n].
- Delgado, A. J. A. (2015). *La situación del patrimonio urbano en la periferia de la gran ciudad: patrimonio oficial versus patrimonio identitario. El caso de Carabanchel Alto (Madrid)*. Recuperado de https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/79072/47BCN_Antequera_Antonio.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Flores, D. & Barroso, M. (2009). *Análisis de la competencia en la actividad turística*. Oviedo: Septem ediciones.
- García, M. (2002). *Identidad cultural e investigación*. Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana "Juan Marinello". La Habana: [s.n].
- García, M. & Baeza C. (2004). *Modelo Teórico para la Identidad Cultural*. Librería Santa Fé. Argentina. Recuperado de <http://www.lsf.com.ar/libros/01/modelo-teorico-para-la-identidad-cultural/>
- Galeano, E. (1975). *Las venas abiertas de América Latina*. La Habana, Cuba: Editorial Ciencias Sociales.
- Gómez, O. (2002). *Turismo y ciudad: una perspectiva sociológica*. Universidad de Oriente, Santiago de Cuba: [s.n].
- Gnemmi, H. (1997). Puntos de Vista sobre la conservación del patrimonio arquitectónico y urbano. In E. ENDECOR (Ed.). Córdoba, Argentina: Editorial de textos universitarios.
- Guanche, J. (1999). *España en la savia de Cuba*. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales.
- Guerrero, R. M. (2012). Premisas y aportes de la teoría de las representaciones sociales a los estudios sociológicos. Recuperado de <http://www.fes-web.org/uploads/files/modules/congress/10/grupos-trabajo/ponencias/845.pdf>
- Habas, J. & Santamaría, E. (2001). Sobre espacio, distancia y hospitalidad. *Revista Iberoamericana Astrágalo*, 18, pp. 15-31.
- Köster, P. R. & Serrano, M. F. (2005). Una aproximación al turismo urbano. El valor de la ciudad empaquetada en el caso de Valencia. Recuperado de http://burgosciedad21.org/adftp/Una_aproximaci%C3%B3n_al_turismo_urbano._El_valor_de_la_ciudad_empaquetada_en_el_caso_de_Valencia.pdf
- Lefebvre, H. (1972). *Espacio y política: El derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones Península.
- Moro, A. P. (1985). *Metodología de la investigación histórica*. La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación.
- Moya, N. & Brito, J. M. (2001). Masividad de la cultura vs cultura de masas: a propósito de una estrategia cultural. *Cuba Socialista*, (20), pp. 36-45.
- Muntañola, J. (2000). *Sobre la búsqueda del núcleo de la investigación en arquitectura*. España. Recuperado de www.arquitectonics.com.
- Pupo, R. (2007). *El ensayo como búsqueda y creación (Hacia una aprehensión compleja)* (Monografía). Universidad Popular de la Chontalpa, Tabasco, México.
- Racionero, L. (1986). *Sistema de ciudades y ordenación del territorio*. Madrid: Alianza Editorial.
- Rigol, I. & Rojas, Á. (2012). *Conservación patrimonial: teoría y crítica*. La Habana, Cuba: UH Editorial.
- Rodríguez, A. C. (2009). *Hacia una antropología urbana en Cuba*. La Habana, Cuba: Fundación Fernando Ortiz.
- Rueda, S. & Naredo, J. M. (1996). La ciudad sostenible: Resumen y conclusiones. In *Primer catálogo español de buenas prácticas*. Madrid: Centro de Publicaciones Secretaría General Técnica. Ministerio de Obras Públicas, Transporte y Medio Ambiente.
- Stevens, G. (1998). *The Favoured circle: the social foundations of architectural distinctions*. Cambridge: Mits Press.
- UNESCO (2008). *Inscripción del Centro Histórico de*

- Camagiüey (C1270), Cuba, en la Lista del Patrimonio Mundial.* (WHC/74210.1/NS/mgl/176). Paris: UNESCO.
- Valls, J. F. (1998). Cambio de concepto en la gestión turística del municipio. *Estudios de Gestión Turística*. 7, pp. 3-7.
- Van Hooff, H. (2006) Director de la Oficina de la UNESCO en La Habana y de la Oficina Regional de Cultura, comentarios con motivo de evaluar el Modelo de Gestión Integral de La Habana Vieja.
- Valcárcel, J. O., (2000). *Los horizontes de la Geografía. Teoría de la Geografía*. Barcelona: Editorial Ariel S.A.
- Yeras, M. T. C. (2005). *Lenguaje de poderes en la estructura física de Santa María del Puerto del Príncipe. Siglos XVI-XVIII* (Tesis Doctoral). Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, España.
- Yeras, M. T. C. (2015). La identidad cultural en el centro de la gestión turística de los núcleos monumentales. In Gómez, L. & Niglio (Eds.), O., *Conservación de centros históricos en Cuba* (pp. 657- 675). Roma: Editorial edA Esempidi Architettura, Aracne Editrice.
- Yeras, M. T. C. (2016). La arquitectura vernácula como importante manifestación de la cultura. *Arquitecturas del Sur*. 47 (33), pp. 62-73.
- Yeras, M. T. C. & Sónora, B. (2013). *Procedimiento para la promoción turística de las ciudades patrimonio de la humanidad*. In III Congreso Iberoamericano y XI Jornada de Técnicas de Reparación y Conservación del Patrimonio. La Plata, Argentina: Laboratorio de Entrenamiento Multidisciplinario para la Investigación Tecnológica (LEMIT). Recuperado de <http://digital.cic.gba.gob.ar/handle/123456789/333>
- Zacarías, P. (2009). La restauración arquitectónica: aproximación a la teoría. In VV. AA., *Entornos sustentables. Investigaciones de posgrado*. Xalapa: Editorial de la Universidad Veracruzana, pp. 91-98.

Uma leitura do patrimônio goiano: perspectivas escalares e metodológicas

Luana Nunes Martins de Lima¹

Resumo: O artigo sintetiza as perspectivas escalares e metodológicas que direcionaram a tese intitulada “Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o “esquecimento” e a *resistência*”. Além de pesquisa bibliográfica, histórica e documental, a base empírica ocorreu em trabalhos de campo em três cidades goianas, no Centro-Oeste brasileiro. A primeira análise escalar diz respeito à modernização do território goiano, que conduziu ao abandono muitas localidades do patrimônio, mediante a distância econômica e sociocultural em relação às centralidades em desenvolvimento. A segunda escala refere-se ao *lugar*, onde são identificadas as memórias individuais e coletivas associadas a objetos, manifestações culturais, tradições, saberes e localidades nestas cidades. A análise nessas diferentes perspectivas mostraram uma dinâmica própria de *resistência* do patrimônio goiano, que ainda que não permaneça na materialidade, ou não se inclua nos projetos de patrimonialização nacionais, se mantém como valores, práticas e memórias.

Palavras-chave: Patrimônio, Goiás, Escala de Análise, Lugar

Una lectura del patrimonio goiano: perspectivas escalares y metodológicas

Resumen: El artículo sintetiza las perspectivas escalares y metodológicas que dirigieron la tesis titulada "Lugar y memoria: el patrimonio goiano entre el "olvido" y la *resistencia*". Además de la investigación bibliográfica, histórica y documental, la base empírica ocurrió en trabajos de campo en tres ciudades goianas, en el Centro-Oeste brasileño. La primera análisis escalar se refiere a la modernización del territorio goiano, que condujo al abandono muchas localidades del patrimonio, debido a la distancia económica y sociocultural en relación a las centralidades en desarrollo. La segunda escala se refiere al *lugar*, donde se identifican las memorias individuales y colectivas asociadas a objetos, manifestaciones culturales, tradiciones, saberes y localidades en estas ciudades. El análisis en estas diferentes perspectivas mostró una dinámica propia de *resistencia* del patrimonio de Goiás, que aunque no se mantiene en la materia, o no se incluye en los proyectos de patrimonialización nacionales, se mantiene como valores, prácticas y memorias.

Palabras-clave: Patrimonio, Goiás, Escala de Análisis, Lugar

A reading of the heritage of Goiás: scalar and methodological perspectives

Abstract: The article summarizes the scalar and methodological perspectives that guided the thesis entitled "Place and memory: the heritage of Goiás between "forgetfulness" and *resistance*". Besides bibliographical, historical and documentary research, the empirical basis was carried out in fieldwork in three cities of Goiás, in the Center-West of Brazil. The first scalar analysis concerns the modernization of the Goiás's territory, which led to the abandonment of many localities of the heritage, through the economic and sociocultural distance from the centralities in development. The second scale refers to the *place*, where individual and collective memories associated with objects, cultural manifestations, traditions and localities are identified in these cities. The analysis in these different perspectives showed a dynamic of *resistance* of the heritage of Goiás, which although not maintained in the materiality, or is not included in national patrimonial projects, is maintained as values, practices and memories.

Keywords: Heritage, Goiás, Analysis Scale, Place

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) e docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Email: prof.luanunes@gmail.com

1. Introdução

Este artigo sintetiza as perspectivas escalares e metodológicas que direcionaram a pesquisa desenvolvida na tese intitulada “Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o “esquecimento” e a *resistência*” (Lima, 2017). O campo de análise teve como foco as categorias *lugar* e memória e a base empírica ocorreu de forma localizada e aprofundada em três cidades goianas, no Centro-Oeste brasileiro, onde a ocupação e o povoamento deram-se pela mineração: Pilar de Goiás (situada na região do Vale do São Patrício, microrregião de Ceres, no Centro Goiano), Crixás (situada na microrregião de São Miguel do Araguaia, Noroeste Goiano) e Porangatu (Norte Goiano). Partimos do contexto de “esquecimento” em que o patrimônio cultural de muitas cidades em Goiás se insere, como fruto de processos históricos que o marginalizaram.

A compreensão da condição do patrimônio em Goiás, metodologicamente, exige uma percepção que aglutine a história de ocupação, povoamento, “esquecimento” e reestruturação econômica às apreensões e sensibilidades inerentes ao próprio conteúdo do patrimônio hoje – o que pode atender a posições metodológicas díspares, porém, que não são excludentes na análise proposta. Ao contrário, se complementam.

A totalidade envolve uma complexidade de relações sociais que compreendem o espaço como produto histórico de uma sociedade, que também é histórica. Não se pode negar a importância de uma análise multiescalar que situe este patrimônio em um contexto mais abrangente dentro da história e do espaço. Mesmo assim, o patrimônio só pode ser efetivamente dimensionado, considerando as próprias escolhas da população que o detém – nos referimos à construção seletiva da memória social, o que implica em valer-nos das subjetividades inerentes às singularidades locais. Em síntese, a materialidade histórica e a perspectiva existencial devem estar aliadas para a compreensão da trajetória e da situação do patrimônio das cidades goianas.

A dimensão da memória e do patrimônio tem assumido maior espaço no pensamento geográfico das últimas décadas. Embora nossas leituras apontem que, majoritariamente, os estudos sobre o patrimônio pela Geografia brasileira dão foco à análise da (re)incorporação do mesmo à economia política das cidades e às lógicas da economia global. Tais estudos são muito relevantes para compreensão da modalidade do patrimônio como produto cultural e estético que estimulou a refuncionalização turística e o planejamento urbano de muitas cidades (Luchiari, 2005; Paes, 2012). Em

Goiás, essa modalidade foi bastante explorada em estudos de caso nas cidades de Pirenópolis e Cidade de Goiás.

Estudos sobre as políticas culturais que envolvem a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais, bem como os programas e o papel do Estado e da UNESCO na inscrição de bens na lista de patrimônio já foram bem contemplados na obra de alguns autores, tais como Gonçalves (1996), Fonseca (1997), Chuva (2009, 2012), Lima (2009), Costa e Scarlato (2012), Costa (2015), Paes (2015), Luchiari (2006) e outros. São autores que se dedicaram a uma análise do patrimônio institucionalizado; enquanto nossa proposta esteve direcionada a uma abordagem sobre bens não institucionalizados ou parcialmente institucionalizados, o que vai ao encontro de *patrimônio-territorial* sustentada por Costa (2016). Portanto, o objetivo da pesquisa não foi retomar o fio evolutivo dessas políticas, senão contextualizá-las, de modo a obter o máximo de informações para a configuração de sua influência e significância no tratamento do patrimônio em Goiás.

Vale ressaltar que, para esta investigação, a perspectiva do patrimônio foi marcada pelos lugares efetivos e afetivos da memória, no lugar vivido em sua completude. Isso significa que a memória social abarca a cidade em todas as suas dimensões e não restringe o patrimônio ao que é material e institucionalizado, considerando o que conclui Jodelet (2002, p. 31):

[...] a questão da memória se torna pertinente, uma vez que esta, unindo de forma dialética o passado, o presente e o futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, respeitando um presente que encontra sua fundamentação no passado. Esse objetivo vale, especialmente, para o estudo do modo como os indivíduos e grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles – aqui, na cidade.

Em seus estudos, Costa (2015; 2016; 2017) propõe metodologias que, na senda da dialética e do existencialismo, interpreta o *movimento universal* de consagração do patrimônio promovido dentro da relação Estado-mercado, e como esse processo recai em particularidades locais e ressignificação de lugares, trazendo o *sujeito situado* e em *situação espacial* para o debate, em diálogo de métodos. Valendo-se dessa abertura à reflexão geográfica e de métodos sobre o patrimônio, captado pelo movimento da história, aventamos um caminho cuja proposta, desta vez, foi realizar um jogo escalar que contemple as generalidades de um contexto histórico determinante para Goiás e seus

núcleos de povoamento, passando por suas particularidades, a fim de nos deter no “*lugar*”, e aí retratar o patrimônio e a memória a partir das singularidades de algumas cidades do patrimônio goiano.

A pesquisa, inicialmente, marcou os nexos entre a ocupação, o desenvolvimento e o “progresso” de Goiás, numa leitura de seu patrimônio; partiu para uma reflexão mais geral sobre o fenômeno da *resistência*ⁱ, mostrando o sentido e os limites que esta ideia tem para os objetos de pesquisa; buscou identificar o patrimônio que resiste, trazendo à discussão o resultado do trabalho empírico para, enfim, amarrá-lo aos fios teóricos desenrolados desde o princípio.

A primeira análise escalar da pesquisa diz respeito à modernização do território goiano, que conduziu ao abandono muitas localidades do patrimônio, isso mediante a distância, sobretudo econômica, mas também sociocultural, que tais localidades em relação às centralidades em desenvolvimento. O patrimônio goiano é entendido em seu processo, a fim de revelar a essência do que abordamos como “*esquecimento*”. Um olhar dialético busca apreender as formas resultantes desse “esquecimento” a partir das forças contraditórias que as moldaram. Nessa decomposição do processo, encontramos vários pares dialéticos em unidade integrando uma só dinâmica: 1) decadência / reestruturação econômica; 2) atraso / progresso; 3) estagnação / modernização; 4) valorização patrimonial / seletividade do patrimônio. No movimento da história de Goiás, no contexto nacional, estas contradições apresentaram uma lógica essencialmente mercantil e ideológica.

A subjetividade vai ao encontro desse olhar na medida em que há o reconhecimento de que, embora como dado imediato, os sujeitos e suas idiossincrasias fazem parte desse “todo” estruturado, moldado por estas forças. Portanto, suas concepções e consciência de *ser-no-mundo*ⁱⁱ são elementos chave para compreendermos, situacionalmente, a condição do patrimônio em Goiás, algo que buscamos pela apreensão da memória.

Por isso, a segunda escala refere-se ao *lugar* nas cidades que consideramos detentoras de um patrimônio vivo e vivido no cotidiano, onde são identificadas as *resistências*. Tendo em vista que essas *resistências* nem sempre estejam no plano do material, tal escala requereu um esforço de abstração que identificasse a intuiçãoⁱⁱⁱ em movimento. Isso significa que a investigação sobre o que é o patrimônio que resiste está condicionada à compreensão do “mundo” em que este

patrimônio se insere. Fundamentamo-nos na ideia de que o ser é consagrado ao sentido, sendo, portanto, o sujeito entrelaçado ao mundo; e o corpo é o sujeito da percepção, pois é o que percebe, é o que sente, é uma unidade perceptiva viva, e não a consciência concebida separadamente da experiência vivida (Merleau-Ponty, 1999). A leitura do patrimônio, dessa forma, passa pelo crivo da percepção dos sujeitos da pesquisa. Nesse caso, a memória apreendida pelo relato dos sujeitos da pesquisa é a força interpretativa do sentido do patrimônio do *lugar*.

2. A primeira escala de análise: o patrimônio goiano no contexto de sua ocupação, desenvolvimento e reestruturação político-econômica

A análise do espaço urbano oferece uma riqueza de abordagens. Embora tratemos de um elemento específico desse espaço, a saber, o patrimônio em sua expressão singular em determinadas cidades, o estudo lançará mão do arranjo espacial que se reproduz em uma totalidade geográfica. Essa totalidade contextualiza as singularidades locais do patrimônio, de maneira que é possível, por meio da história do desenvolvimento de Goiás, identificar as possíveis causas de suas formas e conteúdos.

Nesse sentido, em primeira instância, a perspectiva dialética permite interpretar os usos e apropriações estabelecidos nas cidades coloniais barrocas,

ao considerarmos que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, ou seja, a conformação vigente da cidade colonial é a expressão singular da universalidade impressa por essa classe. O patrimônio urbano está situado em um tempo aparential, em uma vida material e imaterial, no passado e no presente, com perspectivas de um futuro, isto é, de um devenir universal-particular (Costa, 2015, p. 52).

Marcos históricos da dinâmica social, política, econômica e cultural de Goiás, tais como o apogeu e a crise das atividades auríferas, a migração e a permanência da população que se voltava para outras atividades econômicas, as políticas incentivadoras da reocupação do Centro-Oeste brasileiro e as ideias desenvolvimentistas, são explicativos para situar o patrimônio goiano.

Por exemplo, Guimarães (2012, p. 66) explica que “as análises sobre a província [de Goiás] privilegiam o passado, ficando a história presa no mito da existência de um período áureo, e

toda a discussão sobre os problemas do presente volta-se para aquele período justificador de todos os problemas existentes no presente”. Nesse sentido, uma crítica alinhada com a combinação entre as escalas geográficas do acontecer histórico também favorecem o entendimento dessa condição das cidades goianas. Ou seja, para o desvendamento desta suposta condição de esquecimento que propomos tratar, faz-se necessário uma análise histórica como caminho para pensar a dialética entre o antigo e o atual, a estagnação e o desenvolvimento, o atraso e o progresso. Mas a leitura do patrimônio que propomos não se encerra aí.

O percurso para a análise do patrimônio em Goiás e sua condição passam, inevitavelmente, pelos “caminhos do ouro”. A raiz histórica da urbanização do sertão goiano nasceu no estatuto colonial, que, na busca pelo ouro e por pedras preciosas, estendeu-se de Minas Gerais, na bacia do Parnaíba, até o vale do Araguaia-Tocantins, onde se situavam as que foram chamadas “Minas Goyazes”.

Apesar do estado de Goiás ser constituído, em grande medida, por cidades relativamente recentes, fundadas ou emancipadas no século XX, há muitas cujas datas de fundação remetem aos primórdios dessa ocupação, a maioria pelas atividades da mineração, tais como Santo Antônio do Descoberto (1722), Crixás (1726), Goiás (1726), Pirenópolis (1727), Guarinos (1729), Santa Cruz de Goiás (1730), Corumbá de Goiás (1731), Traíras (1735, hoje na categoria de povoado), Catalão (1736), Cavalcante (1740), São Francisco de Goiás (1740), Pilar de Goiás (1741), Mara Rosa (1742 - antigo povoado de Amaro Leite), Porangatu (entre 1744 e 1754, como Arraial do Descoberto), Iporá (1748 - antigo Arraial de Pilões), Niquelândia (1755, antigo povoado de São José do Tocantins), Luziânia, (1759, antigo povoado de Santa Luzia), Formosa (1760), Teresina de Goiás (meados do séc. XVIII), Monte Alegre de Goiás (1769), Mossâmedes (1774), Silvânia (1774 - antigo Arraial de Bonfim), Jaraguá (1785), São Domingos (antigo Arraial Velho - fins do séc. XVIII), para não mencionar as que hoje compõem o estado do Tocantins. Algumas destas, por seu posicionamento geográfico ou político, foram inseridas em novas atividades que alavancaram o desenvolvimento econômico e a modernização de seu território (CHAUL, 2010), sobretudo no contexto da Marcha para o Oeste. Outras, por sua vez, refletem uma situação de relativo abandono e estagnação populacional por não terem se inserido nos eixos de desenvolvimento, fato somado à negligência em relação à parte considerável do patrimônio material ainda existente.

Partindo desta origem, o espaço goiano foi entendido, por parte da produção científica da historiografia regional, com base em três fases que nos permitem propor uma síntese. A **primeira fase** inicia-se com a ocupação para exploração aurífera, a partir de 1722. As minas dos Goyazes, como foi denominada a região governada por Bartolomeu Bueno, era considerada parte da capitania de São Paulo. A década de 1750 foi o apogeu dessa atividade no estado, vindo depois disso o seu declínio. A mineração ainda resistiu até o início do século XIX, mas as décadas que se seguiram após 1750 são conhecidas pela ideia da “decadência”.

A produção de ouro, que poderia viabilizar novas composições artísticas e urbanísticas de produção na região, ou era remetida para Portugal sob a forma de quintos, ou era contrabandeada, restando pouco para os próprios núcleos urbanos que se formavam. A opulência artística do barroco goiano era restrita e relegada ao segundo plano.

Além disso, há uma ideia de “senso do provisório”, que é uma característica do período colonial. As plantas originais dos edifícios oficiais, como a Câmara e Cadeia, Igrejas e Palácio vinham diretamente de Portugal. Contudo, estas plantas eram simplificadas ante a falta de recursos e profissionais, de forma que muitos elementos decorativos inerentes ao barroco eram suprimidos (Coelho, 1996).

Ao visitar grande parte das antigas povoações de Goiás, Etzel (1974) encontrou, sobretudo em igrejas setecentistas, manifestações de uma arte barroca criada por um conglomerado populacional, cujas características se ajustam perfeitamente à expressão artística da época. Em cada uma dessas localidades Etzel (1974, p. 187) analisou os resíduos do ciclo do ouro que representa, segundo suas próprias palavras, “um barroco peculiar às condições próprias deste sertão longínquo”, cuja descrição “permitirá reconstituir, na fantasia de cada um de nós, o que foi o fausto goiano do século XVIII”. Segue-se uma visão generalizada das observações:

Observando-se o exterior das construções do século XVIII no Estado de Goiás, logo se destaca a pobreza em ademanos barrocos. Via de regra, as igrejas são simples, lisas, sem maiores preocupações arquitetônicas, muito de acordo com as características de época já assinaladas. Esta constatação reforça nossa opinião sobre a pobreza dos recursos não oficiais, únicos que então existiam para a assistência aos devotos nas suas construções religiosas. É no interior dos templos que se evidencia um apuro maior no afã de enaltecer a glória de Deus. Na pobreza do meio aurífero

todas as igrejas, sem exceção, têm apenas os altares de construção barroca ou posterior neoclássica. Não encontramos igrejas com riqueza de talha cobrindo suas paredes laterais ou emoldurando quadros a óleo, como se pode observar em certas igrejas mineiras ou nas portentosas construções religiosas da orla marítima. [...] Goiás, pobre, cingiu-se aos altares, que contêm em sua simplicidade despreziosa elementos de construção inegavelmente barroca, indicando uma aplicação, ainda que modesta, das técnicas em uso no século XVIII (Etzel, 1974, p. 186-7).

Na literatura revisada, é notório o vínculo indissociável entre a tipologia do barroco encontrada nas cidades da mineração e a imagem de atraso, decadência e isolamento apreendida pela historiografia de Goiás, construída sobre as bases de relatos de viajantes, sobretudo no período pós-mineratório. Um olhar, de certa forma, embotado pela realidade europeia.

A vida econômica estruturava todas as outras dimensões da vida, por isso, qualquer mudança na base da economia gerava um enorme desgaste, levando aos períodos marcados na memória como a “decadência”. Sabe-se que não houve “uma decadência”, talvez tenham ocorrido várias decadências em momentos distintos nas cidades, de forma que “algumas, inclusive, desapareciam do mapa, outras, reintegravam-se nos aportes vindouros” (Chaveiro, 2004, p. 99).

A instauração da República, nesse sentido, tem relação direta com o desenvolvimento de muitas cidades brasileiras em detrimento da inércia de outras. Goiás abria-se para os ideários da “modernidade”, nas palavras de Chaul (2010), ideia que sobrepujou a dita e difundida “decadência”. Isso justifica o tratamento dado às cidades que não corresponderam às ideias de modernização difundidas, sobretudo, a partir da Segunda República no Brasil.

A **segunda fase** diz respeito à construção da Estrada de Ferro, marcando a chegada da modernização do estado. No fim do Império e início da República, o avanço da malha ferroviária paulista rumo às regiões centrais do Brasil, significou a melhora das condições precárias da produção provincial por meio da extensão dos trilhos das ferrovias paulistas ou mineiras. Nesse mesmo período ocorre a construção da nova capital, Goiânia, juntamente com políticas incentivadoras de ocupação da região.

No plano nacional, a República já representou uma primeira fase desse ideário, por meio de alterações políticas e sociais. Em Goiás, políticos e ideólogos buscaram a todo custo inserir a região no pretendido projeto de nação, cujo

objetivo era garantir a unidade e identidade nacionais. A tradição foi subestimada, o passado histórico foi negado e uma ruptura completa foi proposta: a modernização como sinônimo de progresso. Esse consistia no projeto brasileiro de modernidade.

O abandono de áreas exploradas por determinadas atividades econômicas é questão sumária para uma sondagem da trajetória do patrimônio material construído no século XVIII. É evidente que, apesar do projeto político econômico dedicar-se ao desenvolvimento pelas vias da integração do território nacional, no qual Goiás exerceria um papel fundamental de intercâmbio, tal projeto ao mesmo tempo teve um caráter segregacionista. As primeiras décadas do século XIX foram determinantes para que muitos povoamentos ao norte do estado sucumbissem, e outros, ao sul, tentassem romper como passado colonial do estado.

Os temas “ordem e progresso” foram seguidos pela égide da racionalização do espaço e do aniquilamento da visão de mundo sertaneja predominante em Goiás, tida como desprovida de cálculo e planejamento.

De acordo com Chaveiro (2004, p. 112-113), a solução seria forjar um pensamento crítico intencionado a modificar a rota do “isolamento”. A isso, posteriormente, convencionou-se denominar “integração”. Segundo o autor, a unidade sertão-litoral possibilitaria ao país a integração mercantil, a descoberta e exploração de territórios, bem como a modernização necessária para vencer o “atraso” e o “isolamento”.

A **terceira fase** refere-se à expansão da fronteira agrícola e a evolução da ocupação e uso do espaço do estado em substituição ao modelo da Fazenda Goiana^{iv}, que se estende até o momento atual. Nessa fase, o movimento que induziu a modernização das cidades brasileiras, legando à Goiânia o título de capital moderna do sertão, e o desdobramento de ações políticas em Goiás foram simultâneos ao movimento inicial que formulou as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro. Obedecendo à especificidade do caso brasileiro em relação à invenção do “patrimônio nacional”, a trajetória do patrimônio em Goiás estava contextualmente imersa na relação dicotômica e dialética entre “conservação do passado” e “modernização do presente”, mas fora marcada substancialmente pela segunda. Exatamente por isso, várias contradições recorrentes em todo o processo de patrimonialização no Brasil retardaram o reconhecimento do patrimônio cultural de muitas cidades e, de forma geral, impossibilitaram a conservação de seus bens, gerando um “esquecimento” sobre o mesmo.

Oliveira (2010) defende a existência de originalidade e excepcionalidade na arquitetura colonial goiana, pois em sua produção houve uma interpretação e vivência das circunstâncias do lugar que, embora produzisse ambientes construídos semelhantes a outros, se diferenciou por expressar uma experiência própria. Entretanto, poucos bens que corresponderam a essa tipologia de “versão popular” foram inventariados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com dois únicos exemplares tombados em São Paulo.

Aliás, essa discussão ainda estava muito restrita a algumas regiões do país. Em Goiás, não se evidenciou algum tipo de apelo à conservação nos discursos políticos. Ao contrário, as cidades cresciam à sombra do anseio pela modernização, e sua população e representantes políticos não só reproduziam contumazmente a ideia do progresso e da integração nacional como salvação, como rejeitava qualquer possibilidade de restauro – algo que confirmamos em diversos arquivos de correspondências trocados entre a Superintendência Regional do SPHAN e as prefeituras locais dos municípios pesquisados.

As práticas de preservação que se iniciaram na década de 1930, quando se deu a institucionalização patrimonial no Brasil, fizeram com que muitas cidades do Brasil sertanejo assistissem, marginalizadas, a consagração das cidades históricas mineiras e do barroco como centralidade artística da estética e do pensamento. Goiás seguiu o caminho da modernização do território, desprezando suas reminiscências coloniais no espaço urbano.

Além disso, um outro aspecto a ser destacado sobre esta seletividade do patrimônio, é apresentado por Pelegrini (2006, p. 73):

No caso brasileiro, os especialistas tiveram que enfrentar alguns outros agravantes. A complexidade da proteção de um extenso e diverso acervo de bens, somado a dispersão desse patrimônio cultural em tão vasto território implicou em ações pontuais, por vezes, restritas a promulgação de leis e decretos específicos que ocasionaram desequilíbrios regionais e sociais. Tais dificuldades, justificadas pelos entraves financeiros e pelas grandes distâncias a serem vencidas, na verdade, dissimularam escolhas expressas em projetos políticos historicamente constituídos, nos quais se explicitou os bens dignos de perenidade e aqueles condenados a destruição.

Nesse processo de modernização empreendido em Goiás, talvez o ponto mais problemático em relação ao processo de

patrimonialização que começara a ocorrer quase simultaneamente na escala da nação, foi que, como corroborou Bertrand (2006, p. 66) “processou-se em tais condições, que arrasou, aniquilou por inteiro a noção de continuidade na história goiana. E não só de continuidade: provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido com a velhice de dois séculos pregressos de história”.

Em síntese, a concepção materialista histórica e dialética nessa primeira análise escalar se mostrou necessária à compreensão do patrimônio goiano por este se manifestar, simultaneamente, como um reflexo e como uma condição social, e pelo reconhecimento da dimensão histórica na relação entre este patrimônio e a imagem que se projetou do mesmo. A história de fundação de muitas cidades goianas e a sua atual situação em termos de representatividade histórica e patrimonial são muito semelhantes e estão inseridas em um contexto muito próximo. Daí a importância de encontrarmos estes elos enredados, tanto pela relação entre lugares, quanto pelo tempo.

Entretanto, concordamos com Ortiz (2012, p. 135) ao resguardar a memória nesse processo, defendendo que “a memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano”. Enquanto na memória nacional se instaurava a ordem de uma ideologia que se impunha a todos os grupos, a memória goiana manifestava-se ritualmente e tinha como pontos de apoio as diversas tradições cultivadas por grupos sociais restritos (mas não isolados) e predominantemente rurais.

3. A segunda escala de análise: a memória no/do lugar das cidades goianas

A pesquisa exigiu-nos também um olhar para o patrimônio como fenômeno em si mesmo, já anunciando uma atitude muito mais descritiva e interpretativa da experiência, do que explicativa e causal, no movimento histórico. O patrimônio é vivido e sentido em cada lugar como experiência única. A memória [que transita entre o individual e o coletivo] é o elemento fundamental da análise dessa dimensão do patrimônio, e ela não resulta do entrecruzamento de múltiplas causalidades, mas do retorno ao mundo anterior ao conhecimento.

Nesse sentido, a fenomenologia emerge como um canal para entender o mundo anterior à reflexão sobre ele, “uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra

maneira senão a partir de sua ‘facticidade’ ” (Merleau-Ponty, 1999, p.1).

A primazia ao mundo da percepção é, posteriormente, recobrada nos estudos sobre a memória. Se a percepção do espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do *ser-no-mundo*, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva, como reiterou Bosi (1992, p. 146): “As lembranças se apóiam nas pedras da cidade”. Henri Bergson dialoga nesse sentido, se ancorando na consciência perceptiva do próprio corpo, e desenvolve uma fenomenologia da lembrança, começando a indagação pela autoanálise:

O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado? Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada em mim está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo. O sentimento difuso da própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito (Bergson, 1999, p. 44).

Dito de outra forma, “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo” (Bergson, 1999, p.29). A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, concomitantemente, interfere no processo “atual” das representações.

Uma retomada às questões centrais que nortearam a pesquisa reafirma a importância dos fenômenos da consciência: Quais são os elementos nas cidades investigadas que denotam a *resistência* do patrimônio ante ao processo de “esquecimento” a que elas foram submetidas? Que memórias se associam a este patrimônio e como fortalecem o sentido de *lugar*?

Do ponto de vista metodológico, essa análise se volta para a forma como o sujeito se situa perante o fenômeno, ou seja, para a própria experiência e vivência com o patrimônio. Enfim, “não substituí o próprio mundo pela significação do mundo” (Merleau-Ponty, 1999, p.9). As formas de *resistência* do patrimônio nessas cidades independem de quaisquer significações a elas atribuídas, e revelam a consciência do mundo dos sujeitos legada por suas próprias experiências.

O conceito de *lugar* como reflexão geográfica não é gratuito. Entre os temas principais dos filósofos fenomenologistas está a relação ontológica ser-lugar, na qual aprofundam o sentido de *lugar*, vinculado de várias formas à paisagem e ao território, enquanto essência da experiência geográfica (*ser-no-mundo*) (Marandola, 2014). É inegável que existe algo na disposição espacial que “torna inteligível nossa posição no mundo, nossa

relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência” (Bosi, 1994, p. 451).

Esses sentidos foram identificados em trabalhos de campo e interpretados como elementos da patrimonialidade^v. Assim, apesar desse patrimônio ter significativa parte de sua base material destruída ou estar em deterioração/esquecimento, há uma dimensão do patrimônio representada em cada sujeito, expressa em suas narrativas sobre as festas do *lugar*, sobre suas casas de morada (moradas da infância, fazendas, etc.), sobre as ruas por onde transitam no cotidiano e que guardam um sentido especial para cada um, sobre os variados monumentos de referência na cidade (sinos, chafarizes, poço, praças), entre outros. Estes elementos foram descritos e interpretados nas cidades estabelecidas como recorte, não como objetos pensados, mas como fenômenos que dão sentido ao mundo presente; como aquilo que fundamenta a vivência dos moradores com seu patrimônio; e, por meio de suas articulações com as identidades, nutre a memória que se tem do *lugar* onde se vive.

No processo de levantamento descritivo dos dados observados em trabalhos de campo, bem como no trato das entrevistas semiestruturadas e narrativas, encontramos uma “unidade de valor” da consciência percebida na “ruralidade” como essência do *lugar*. Essa unidade manifestou-se na repetição dos sentidos atribuídos às festas, aos modos de fazer, aos saberes, aos locais, às relações sociais, aos objetos, aos símbolos, entre outros.

Cientes dessa necessidade de conceber a espacialidade do patrimônio e da memória e de que as relações sociais que as envolvem se materializam no espaço e ganham significações em sua dimensionalidade vivida, é que recorreremos ao uso conceitual do “*lugar*” para fundamentar inclusive a própria a ideia de *resistência*.

No “*lugar*”, enquanto “mundo-vivido” (Buttimer, 1982), é que emergem os sentidos de pertencimentos, de familiaridades, de segurança, de costume, de lembrança do passado. Tais sentidos adquirem maior expressão quando as materialidades do *lugar*, em sua permanência (ou ausência), tornam-se parte das vivências e significações atribuídas por seus habitantes.

Para Tuan (2013), o “*lugar-mundo-vivido*” possui o movimento do cotidiano e da história, mas é visto, sobretudo como “pausa”, evidenciando a construção da familiaridade pelo encontro das experiências em comum. A relação simbólica com o *lugar*, com os espaços da cidade,

associa-se a sentimentos de segurança, de estabilidade, de acolhimento, de costume, de conforto e da sensação de ser algo conhecido pelas pessoas.

Nesse percurso, encontramos uma “unidade de valor” da consciência. Esta foi percebida na “ruralidade”, como essência dos antigos moradores dos *lugares*, e que agora chega aos novos moradores. Essa “unidade de valor” enlaça os vários elementos abarcados na pesquisa:

- Nas festas: como produção simbólica, não institucional e sim, comunitária. No caso específico Festa do Divino Espírito Santo, realizada em muitas cidades goianas, trata-se de uma herança do período colonial minerador que adentrou a consolidação da agropecuária e persistiu no contexto da urbanização e modernização das cidades. Os cânticos das mais variadas folias, que passando de geração a geração sem sequer serem manuscritos (pois eram práticas de pessoas iletradas), permanecem na memória dos mais velhos e são objeto de aprendizado dos mais novos.
- No apego às tradições e aos locais: o que pode ser explicado pelas memórias contidas em objetos, práticas e *lugares* que circundam o universo rural e estão relacionadas, muitas vezes, à vida pregressa dos sujeitos nesse universo. Por exemplo, nos objetos antigos herdados das famílias, como presépios e lapinhas, que carregam com eles preciosas lembranças e orientam uma prática de preservação afetiva.
- Nos modos de fazer e de sentir, que alinhavam, no fundo de um tecido coletivo, a profundidade de seus saberes: saberes de roça e de sertão. Por exemplo, na culinária, em torno da qual se constitui discursos identitários sob a prerrogativa de que muitos pratos sejam próprios daquele *lugar*, trazidos pelos escravos ou pelos primeiros habitantes.

Em síntese, o patrimônio que resiste nas cidades goianas é a afirmação do patrimônio negado historicamente. A dialética se revela aí. A patrimonialidade é a negação do “esquecimento” do patrimônio goiano, evidenciando que não existe um “esquecimento” total, pois o mesmo foi afirmado ininterruptamente nas tradições, valores, ruralidades, práticas seculares que resistiram sem registro, sem tombo e sem visibilidade.

4. Considerações Finais

As duas escalas apresentadas na pesquisa são dialéticas, pois entendemos que a *resistência* do patrimônio goiano, que é local, comunitária ou mesmo familiar, se retroalimenta ante a ameaça de modernização, desenvolvimento e transformação socioespacial, investindo-se de força em nome de uma continuidade histórica. O patrimônio resiste à modernização, mas ele próprio se insere na modernidade, sem a qual não seria possível resistir.

Mais do que uma análise restrita ao que restou do patrimônio histórico material na paisagem e das ações de preservação institucional, buscamos evidenciar as relações sociais de uso dos patrimônios culturais para compreender a forma como sua apropriação por parte das populações locais constituem-se *resistências* às supostas ameaças ao patrimônio, a saber: a modernização do território, o uso mercadológico, ou ainda, a negligência política.

Quando se sujeita a memória coletiva ao patrimônio institucionalizado, assume-se o risco de deslocar para outra dimensão os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos objetos patrimoniais, que não é o a da vivência e o da experiência.

Como bem pontuou Paes (2012, p. 320), uma análise geográfica e crítica sobre o patrimônio nas cidades históricas deve descentralizar “as teorias ligadas ao restauro, ou às formas, e põe em evidência as relações sociais de uso destes patrimônios culturais, de modo a revelar a apropriação e a reprodução do lugar, em permanente resposta, domínio ou resistência às verticalidades a ele impostas”. Afinal, a patrimonialização oferece o sentido de continuidade da história pela preservação e reprodução social do passado, mas “é no presente que a trama da vida é tecida, permanentemente, com os objetos, as ações e os sentidos da realidade socioespacial” (Paes, 2012, p. 320).

Assim, evidenciamos uma dinâmica própria de *resistência* do patrimônio de Goiás em muitas de suas cidades. Ainda que não permaneça na materialidade, ou não se inclua nos projetos de patrimonialização nacionais, esse patrimônio se mantém no vivido: valores, práticas simbólicas, lembranças e vivência cotidiana, podendo mesmo ser locais, pequenas e até familiares. A *resistência* do patrimônio se manifesta não pelo viés da patrimonialização, mas sim, da patrimonialidade.

Expressões variadas são encontradas nestas cidades, negando a ideia de “esquecimento”, ou de “decadência”, e se constituindo o próprio combustível de continuidade do *lugar*, da memória, e por que não dizer, do patrimônio. Afinal, “história é para todos, o patrimônio é apenas para

nós mesmos” (Lowenthal, 1996, p. 128).

Notas

ⁱConsideramos a *resistência* como a própria memória, que estabelece o elo entre o passado e o presente, gerando sentidos de patrimonialidade pelo *lugar*, ainda que não este seja reconhecido institucionalmente. A *resistência* do patrimônio escapa às práticas-discursivas de preservação, por ora existentes, se manifestando não pelo viés da patrimonialização, mas sim, da patrimonialidade, que se expressa pelo sentido de *lugar*.

ⁱⁱEntre os temas principais dos filósofos fenomenologistas está a relação ontológica ser-lugar, na qual aprofundam o sentido de lugar, vinculado de várias formas à paisagem e ao território, enquanto essência da experiência geográfica (ser-no-mundo) (Marandola, 2014).

ⁱⁱⁱSobre a intuição, referimo-nos aos vários modos de consciência sobre algo. Para a fenomenologia, não importa se algo existe ou não, ou como existe no mundo, mas a maneira pela qual o conhecimento do mundo ocorre como intuição, o ato pelo qual a pessoa apreende imediatamente o conhecimento de algo (*ser-no-mundo*).

^{iv}Entendemos a Fazenda Goiana como “a organização espacial que particulariza a estrutura socioeconômica de Goiás entre o final do século XVIII e início do XX, num ordenamento estrutural marcado pela auto-sustentabilidade e diversidade produtiva, pelo patriarcalismo, pelo tempo lento, pela troca simples, pelo coronelismo, pelo cristianismo, pelo latifúndio, pela subordinação dos núcleos urbanos ao rural, dentre outros” (Borges, 2011). Essa condição revela uma dinâmica apresentada nas teses de Estevam (2008) que afirma que a pecuária é a essência da civilização caipira e do mundo sertanejo, e de Teixeira (2008, p. 3): “por aqui a roça e o boi são mais que símbolos emblemáticos, porque, mais que em outras regiões do Brasil, foi no campo que as coisas funcionaram”.

^vTermo cunhado por Poulot (2009), entendido como reconhecimento, apropriação e valoração do bem pelos sujeitos que o vivenciam e o representam. Poulot (2009) diferencia a patrimonialidade do fenômeno de patrimonialização, designando a primeira como “a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo” (2009, p. 28).

5. Referências bibliográficas

- Bergson, H. (1999). *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo-SP: Martins Fontes.
- Bertrand, P. (2006). A memória consútil e a modernidade. *Revista UFG*, VIII (1), pp. 62

- 67. Recuperado de <http://www.proec.ufg.br/up/694/o/memoria.pdf>
- Borges, J. C. P. (2011, 10 de dezembro). A fazenda goiana: matriz espacial do território e do mundo sertanejo em Goiás. *Territorial*. Recuperado de <http://www.cadernoterritorial.com/news/a-fazenda-goiana-matriz-espacial-do-territorio-e-do-mundo-sertanejo-em-goias-julio-cesar-pereira-borges>
- Bosi, E. (1992). Memória da cidade: lembranças paulistanas. In M. C. P. Cunha (Org.), *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* (pp. 145-149). São Paulo-SP: Departamento do Patrimônio Histórico/ SMC/ Prefeitura do Município de São Paulo.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo, SP: Companhia das letras.
- Buttimer, A. Apreendendo o dinamismo do Mundo Vivido. In A. Christofletti (Org.), *Perspectivas da Geografia* (pp. 165 – 93). São Paulo, SP: Difel.
- Chaul, N. F. (2010). *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, GO: Ed. UFG.
- Chaveiro, E. F. (2004). A Urbanização do Sertão Goiano e a Criação de Goiânia. In H. Gomes (Org.), *O Espaço Goiano: abordagens geográficas* (pp. 93-144). Goiânia, GO: AGB.
- Chuva, M. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Chuva, M. (2012). Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In M. Chuva & A. G. R. Nogueira (Orgs.), *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*, (pp. 67 – 74). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: FAPERJ.
- Coelho, G. N. (1996). *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia, GO: Ed. UCG.
- Costa, E. B. (2015). *Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade-urbana – totalidade-mundo*. São Paulo, SP: Humanitas, FAPESP.
- Costa, E. B. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In *Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica* (pp. 1-30, v. 1). Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio territorial na América Latina: notas teórico-metodológicas. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26 (2). Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/>

- [0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf](#)
- Costa, E. B. & Scarlato, F. C. Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In E. B. Costa, L. B. Brusadin & M. C. Pires (Orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*, (pp.103 – 136). São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Etzel, E. (1974). *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Fonseca, M. C. L. (1997). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ: IPHAN.
- Guimarães, R. (2012). *A região norte e a historiografia: insulamento e decadência como categorias explicativas da história da província e do estado de Goiás*. In *Anais do Simpósio Internacional de História Pública* (pp. 60 – 71). São Paulo, SP: RBHP.
- Jodelet, D. (2009). A cidade e a memória. In V. Del Rio, C. Rose & P. A. Rheingantz (Orgs.), *Projeto do Lugar: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo*, (p. 31 - 43). Rio de Janeiro, RJ: Contracapa.
- Lima, L. N. M. (2017). *Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o “esquecimento” e a resistência* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília-DF.
- Lima, M. F., Filho (2009). Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia* (USP), 52 (2), pp. 605 – 632. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27320/29092>
- Lowenthal, D. (1996). *Possessed by the past: the heritage crusade and the spoils of History*. Nova York: The Free Press.
- Luchiari, M. T. D. P. (2005). A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, (17), pp. 95 - 105. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/59395281/Reinvencao-do-patrimonio-Maria-Tereza>
- Luchiari, M. T. D. P. (2006). Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia (Rio Claro)*, 31 (1), pp. 47 - 60. Recuperado de <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1339/2042>
- Marandola, E. J., Jr. (2014). Sobre ontologias. In E. J. Marandola Jr., W. Holzer & L. Oliveira (Orgs), *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*, (pp. III – XVII). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Oliveira, A. M. V. (2010). *Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia, GO: Ed. UFG.
- Ortiz, R. (2012). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Paes, M. T. D. (2012). Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. *Geografia (Rio Claro)*, 37 (2), pp. 319-334. Recuperado de <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/7695/5758>
- Paes, M. T. D. (2015). As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. *GEOgraphia*, 17 (33), pp. 41 – 68. Recuperado de <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/786/525>
- Pelegrini, S. C. A. (2006). O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetória do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*, 2 (2), pp. 54-77. Recuperado de <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445>
- Poulot, D. (2009). *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Teixeira, A., Neto. (2008). *Pequena história da agropecuária goiana (o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi!)*. Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás.
- Tuan, Y. F. (2013). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina, PR: Edel.

El tranvía de San José: un fantasma de la memoria histórica urbana y del patrimonio de Costa Rica

Isabel Avendaño-Flores¹

Resumen: El artículo trata de dar una visión del tranvía de la ciudad de San José, como parte del patrimonio cultural costarricense, desde la perspectiva de la Geografía Histórica basado en fuentes secundarias, la revisión exhaustiva de periódicos e información del Archivo Nacional de Costa Rica. A partir de ahí se repasan algunos elementos asociados a este medio de transporte que forma parte del patrimonio cultural (inmaterial) del San José de finales del siglo XIX hasta mediados del siglo XX. Si bien el tranvía alude al pasado, y reconociendo la imposibilidad de recrear ese pasado sin alterarlo, su estudio permite re-pensar la ciudad de San José no solo hacia el futuro sino los cambios que se pueden dar sobre el paisaje, las costumbres, la sociedad y la cultura.

Palabras clave: Tranvía; medio de transporte colectivo urbano; patrimonio; cultura

O bonde de San José: um fantasma da memória histórica urbana e do patrimônio de Costa Rica

Resumo: O artigo trata de dar uma visão do bonde da cidade de São José, como parte do patrimônio cultural, desde a perspectiva da Geografia Histórica baseada em fontes secundárias, a revisão de periódicos e informações exaustivas do Arquivo Nacional da Costa Rica. Estudam-se alguns elementos associados a este meio de transporte que forma parte do patrimônio cultural (imaterial) de San José do século XIX até a metade do século XX. Embora o bonde aluda ao passado, e reconhecendo a impossibilidade de recriar esse passado sem ser alterado, seu estudo permite repensar a cidade de San José não só para o futuro, mas as mudanças na paisagem, nos costumes, na sociedade e na cultura.

Palavras-chave: Bonde; meio de transporte coletivo urbano; patrimônio; cultura

The San José tram: a ghost of urban historical memory and of Costa Rica heritage

Abstract: This article tries to give a vision of the tram of the city of San Jose, as part of the Costa Rican cultural heritage, from the perspective of Historical Geography based on secondary sources, the exhaustive review of newspapers and information of the National Archive of Costa Rica. From there, we review some elements associated with this means of transport that is part of the cultural heritage (immaterial), of San Jose from the late nineteenth century to mid-twentieth century. Although the tram alludes to the past and recognizes the impossibility of recreating that past without altering it, its study allows us to rethink the city of San José not only towards the future, but also the changes that can be made to the landscape, customs, society and local culture.

Keywords: Tram; urban collective transport; heritage; culture

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹ Doutora y docente de la Escuela de Geografía, Universidad de Costa Rica. Email: isabel.avendano@ucr.ac.cr.

1. Introducción

El tranvía eléctrico de San José fue el primer medio de transporte urbano colectivo de Costa Rica. Trasladó mercancías de poco peso y tamaño, pero primordialmente, movilizó viajeros en una época en que las vías de comunicación eran escasas y de mala calidad. A partir de ese momento el tranvía fue sinónimo de progreso, desarrollo, bienestar y expresión de la visión de mundo del San José de fines del siglo XIX y mediados del siglo XX. Como un espejo, traslució las necesidades, el sentir, el carácter socioeconómico e histórico de un pueblo. De igual forma que en otras partes del mundo, el tranvía fue un vehículo amarillo que atravesó con sus rieles a San José y parte de sus alrededores. Hoy día, un falso histórico es la única señal de su existencia; esta réplica se localiza en “Pueblo Antiguo” en el Parque Nacional de Diversiones (Uruca, San José) bajo un contexto de esparcimiento, ocio y recreación.

El tranvía surcó por los puntos cardinales de San José, integró el sistema urbano josefino y propició los primeros procesos de conurbación; sin embargo, su evocación va más allá de haber sido un medio de desplazamiento para convertirse en un espejo de un San José ordenado, con un damero definido, planeado mediante el consenso que generó un arraigado sentido de pertenencia tanto para el ser josefino como para los trabajadores en sus diferentes funciones.

Estas páginas tratan de dar una visión del tranvía de la ciudad de San José, parte del patrimonio cultural costarricense, desde la perspectiva de la Geografía Histórica basado en fuentes secundarias, la revisión exhaustiva de periódicos en la Biblioteca Nacional e información obtenida del Archivo Nacional de Costa Rica. Debido a las abundantes alusiones al tranvía, pero a su vez, a las escasas fuentes dedicadas a este medio de comunicación urbano, este texto reflexiona lo sucedido con el tranvía y se suma a estudios previos como Avendaño-Flores (1991) y Avendaño-Flores (2003).

A partir de ahí se revisan algunos elementos asociados a este medio de transporte que forma parte del patrimonio cultural (inmaterial), del San José de finales del siglo XIX hasta mediados del siglo XX. Si bien el tranvía alude al pasado y reconociendo la imposibilidad de recrear ese pasado sin alterarlo, su estudio permite re-pensar la ciudad de San José no solo hacia el futuro, sino los cambios que se pueden dar sobre el paisaje, las costumbres, la sociedad y la cultura. Se asumen los tipos particulares de patrimonio de la UNESCO: natural, cultural, material, inmaterial o mueble. El caso que interesa, patrimonio cultural,

está formado por los bienes culturales que la historia le ha legado a una nación y por aquellos que en el presente se crean y a los que la sociedad les otorga una especial importancia histórica, científica, simbólica o estética y se divide en dos tipos, tangible e intangible. Es la herencia recibida de los antepasados, y que viene a ser el testimonio de su existencia, de su visión de mundo, de sus formas de vida y de su manera de ser, y es también el legado que se deja a las generaciones futuras. El patrimonio tangible es la expresión de las culturas a través de grandes realizaciones materiales y se puede clasificar en mueble e inmueble. Estos elementos son fuente de cohesión social y referente para la creatividad urbana.

El artículo considera también la ruptura de un medio de transporte que fue eficiente y sucumbe ante la barbarie del transporte contaminante y la cultura individualista del automóvil. El tranvía queda derrotado como forma de transporte y espacio interactivo. Cien años después, no se puede rastrear físicamente, sin embargo no se pierden las esperanzas de frente a las crisis del transporte urbano, la posibilidad de reinventar este modo de comunicación de la ciudad y sobre todo, para lograr una mejor convivencia urbana.

2. San José da un vuelco... la modernización disminuye las barreras espaciales

La historia del tranvía obliga a visualizar la ciudad de San José. El trazado de la Ciudad, sus calles y edificios fueron el reflejo de la vida urbana, el espacio democrático de los pobladores que merece ser estudiado, recuperado y resignificado como derecho de todos sus habitantes. Pero también, porque el pasado determina nuestro futuro. Sin memoria histórica estamos condenados a vivir un eterno presente, la repetición constante del mismo sufrimiento, como Prometeo encadenado (García Bilbao, 2010, como citado en Emmerich, 2011, p. 2).

Las contrataciones de obra nos remiten a los problemas que debió afrontar la empresa representada por Minor C. Keith Meiggs más allá del significado de su presencia en Costa Rica, y que ha sido objeto de múltiples investigaciones. En este caso en particular, en medio de indecisiones, desconfianzas y con múltiples peticiones de los distintos actores para su concesión: permisos, estudios, y discusiones entre la Municipalidad de San José, la Secretaría de Fomento y la Presidencia de la República, éste presentó el proyecto con las mejores “utilidades” para la municipalidad de San José y así, se inicia la instalación del tranvía en el

año 1885. Catorce años después, el 9 de abril de 1899, atraviesa por primera vez, las calles capitalinas de San José hasta su cierre el 1 de agosto de 1950, cuando hizo su último recorrido para pasar a formar parte del pasado, para salirnos de nuevo hoy al encuentro, en ese “salto de tigre” al que alude Walter Benjamin en su texto sobre el concepto de historia.

Una vez otorgado el proyecto, con empréstitos extranjeros, la “*The Electric Light and Corporation*” de Londres concretó una de las obras de mayor trascendencia para Costa Rica. El período del implante tranviario coincidió con el auge urbano y la prosperidad poblacional de la ciudad de San José. Para el año 1892, el número de gentes que habitaban el cantón San José casi alcanzó las 20.000 personas. El distrito Hospital concentraba la mayoría de los ciudadanos (31%) y le seguía muy de cerca Catedral. Más tarde, el censo de 1927 da cuenta de que la ciudad estaba habitada por más de 50.000 personas; donde poblacionalmente se consolidaba Hospital, puesto que su peso había aumentado al 37%. Le secundaba Catedral con el 30%. A escala cantonal, la ciudad conglomeraba el 82% de la población del cantón primero.

El tranvía eléctrico de San José, como los de otras partes en el mundo, era un vagón amarillo de dimensiones variables y con dos puertas laterales –la trasera y la delantera-. Corría sobre rieles que al final de cada línea se devolvía sin dar vuelta; las dos personas que estaban a cargo del vagón eran las que cambiaban de posición. El vehículo poseía una campana exterior cuyo sonido avisaba y alertaba de su presencia a los caminantes o a los viajeros de las carretas, coches o escasas bicicletas. Al frente había un foco para iluminar en la noche. Fijadas a las paredes laterales, había dos bancas de madera que permitían a las personas estar frente a frente, separadas por una distancia de un metro y medio. Entre las bancas, existía un espacio en el que, agarradas del techo, colgaban dos varillas horizontales con varias correas de cuero para que los viajeros de pie se sostuvieran del vaivén que el vehículo producía mientras hacía su recorrido. Una topografía ondulada como la que posee San José, obligada a que en algunos tramos había que sostenerse con firmeza.

En el año 1886, el inglés Hastings gana la licitación para construir la línea en la ciudad de Cartago. En 1888 se inaugura la primera línea de trenes interurbano de Costa Rica. Estos vagones eran operados por una pequeña locomotora de vapor, sin embargo, solo sobrevive 10 años porque no resistió la competencia del transporte de motor. Diez años después, el 27 de marzo de 1896 se otorga una franquicia para construir un tranvía eléctrico en San José, fue otorgada a un comerciante de café francés llamado Amón

Fasileau Duplantier. El contrato fue transferido al año siguiente al industrial de Nueva York, Minor Cooper Keith, quien había construido la línea de ferrocarril de vapor desde Limón, y luego a la *Costa Rica Electric Light & Traction Co.*, organizada en Londres en 1898. CREL & T compró cuatro tranvías eléctricos de Jackson & Sharp Co. en Wilmington, Delaware, EE. UU. En 1898 (órdenes J & S 1036-39), los cuatro automóviles, numerados del 1 al 4, llegaron a San José ese año y abrieron el tranvía eléctrico de San José el 9 de abril de 1899 (<http://www.tramz.com/cr/cr.html>).

Para 1925, la puesta en marcha de los 21 carros que para ese momento recorrían San José, estaba a cargo de aproximadamente 160 empleados. La cultura jerarquizante que caracterizó los proyectos de capital extranjero sobre todo en las explotaciones bananeras, se expresó también en la estructura administrativa. En la cúspide de la empresa estaba el Apoderado, la Administración incluyendo la Superintendencia, hasta llegar a los talleres. Los vehículos estaban a cargo del motorista, quien manejaba de pie la máquina y en la parte de “atrás”, se localizaba el conductor, recibiendo los tiquetes de los pasajeros que subían. Asimismo, daba instrucciones y avisaba al motorista con toques de campana cuando debía detenerse o continuar la marcha; marcaba en el “registro” la entrada de los pasajeros; ayudaba a subir y bajar a los usuarios y velaba por resolver situaciones anómalas durante el recorrido. Además, colocaba el “trole” por medio de una cuerda cuando se soltaba del cable conductor de corriente eléctrica que movía el tranvía. Ambos, motorista y conductor vestían traje entero, camisa blanca y un tipo de gorra militar con el escudo de Costa Rica en plateado. Referencias para 1925, indican que se transportaban alrededor de 8.500 personas por mes (Peña, 1999).

La red tranviaria se extendió por un total de 14.326 m (Fotografía 1). El primer tendido de la línea puesto en funcionamiento y de los últimos en clausurar, cubría la distancia desde la Estación del Atlántico a la boca de la Sabana (1899-1950). Un segundo, partía de este ramal, seguía hacia el sur por calle 20. Con gran movimiento el 1 y 2 de noviembre, denominado “Cementerios”, estuvo en circulación por casi una década, de 1900-1908. El tercer ramal anexó el poblado de San Pedro del Mojón (1901-1950) a San José.

Con la idea de enlazar las dos estaciones del ferrocarril, que servía de medio de transporte de personas y de mercadería, y el tranvía por excelencia urbano, desde 1908 se contó con una cuarta línea. Desde la Avenida Central se dirigía por la calle Central hasta desembocar en la Estación del Pacífico; así, recorrió las calles por tres décadas, desde 1908 a 1939.

Hacia 1909, se cubría el noreste de San José. El tranvía hacia Guadalupe corría por más de 4,5 km de distancia, transformó cuanto tocaba a su paso. Para que los estudiantes del liceo de Costa Rica y del hoy, Ministerio de Obras Públicas y Transportes (otrota, Ministerio de Fomento) pudieran viajar sin inconvenientes o ir a las festividades de fin de año a Plaza González Víquez, se construyó en 1922, el último ramal; relativamente pronto, cayó en desuso (1937). Finalmente, referencias secundarias escritas dan cuenta de la línea tranviaria rumbo a Rincón de Cubillos, hoy Barrio México. Sin embargo, se desconocen las fechas de inauguración y clausura y aparentemente, iba por la calle 20 y terminaba donde hoy se ubica el Liceo de San José, antes, el rastro o matadero de ganado para proveer a la Ciudad.

Figura 1. Paseo Colón

(Avenida Central de la ciudad de San José, sin fecha).



Fuente: Archivo fotográfico del Archivo Nacional de Costa Rica.

El año de 1881, vio funcionar al primer tranvía eléctrico en Berlín y en América Latina, en 1890 en México. Un año antes, el nueve de abril de 1899, los josefinos escucharon por primera vez el sonido de la campanilla del tranvía. Se anunciaba un nuevo servicio de transporte público, pero también, una capital que se ponía a la altura de las más modernas del mundo. Para ese año, Costa Rica era el décimo tercer país de América Latina, en poseer uno. No obstante, la tecnología tranviaria y la ferroviaria impactaron sobremanera la sociedad costarricense. Repercutió en casi todos los ámbitos: social, cultural y político. Para los poblados a los que llegó, generó importantes beneficios económicos que se reflejaron en un mejor nivel y calidad de vida.

Representó el vehículo por excelencia del proyecto liberal, concebido para lograr la integración de los habitantes dentro y alrededor de San José (Figura 2). Y, en este sentido, simbolizó el medio de expresión “del proceso civilizatorio” (Ribero, 1968), como parte de un proceso socio

cultural que incidió en todo el desarrollo de la sociedad costarricense de manera progresiva hacia una sociedad moderna, propugnada los grupos políticos liberales frente a los grupos oligárquicos cafetaleros, con quienes disputaban el poder político. En todo caso, significaba un logro de beneficios materiales inmediatos para el sector burgués, que veía en la actividad comercial e industrial un gran potencial. Parafraseando los diálogos en torno al tranvía en las actas de la Municipalidad de San José, sería parte de la infraestructura que permitiría “solventar los permanentes problemas de un comercio expedito con los mercados de ultramar”; acrecentaría el comercio interno y el intercambio de bienes y personas; sería concebida como una obra de interés público tal y como lo declaró el entonces presidente de la República, Bernardo Soto (1886-1890).

Figura 2. Ciudad de San José, calle 0.

A la derecha, la Catedral Metropolitana, 1919.

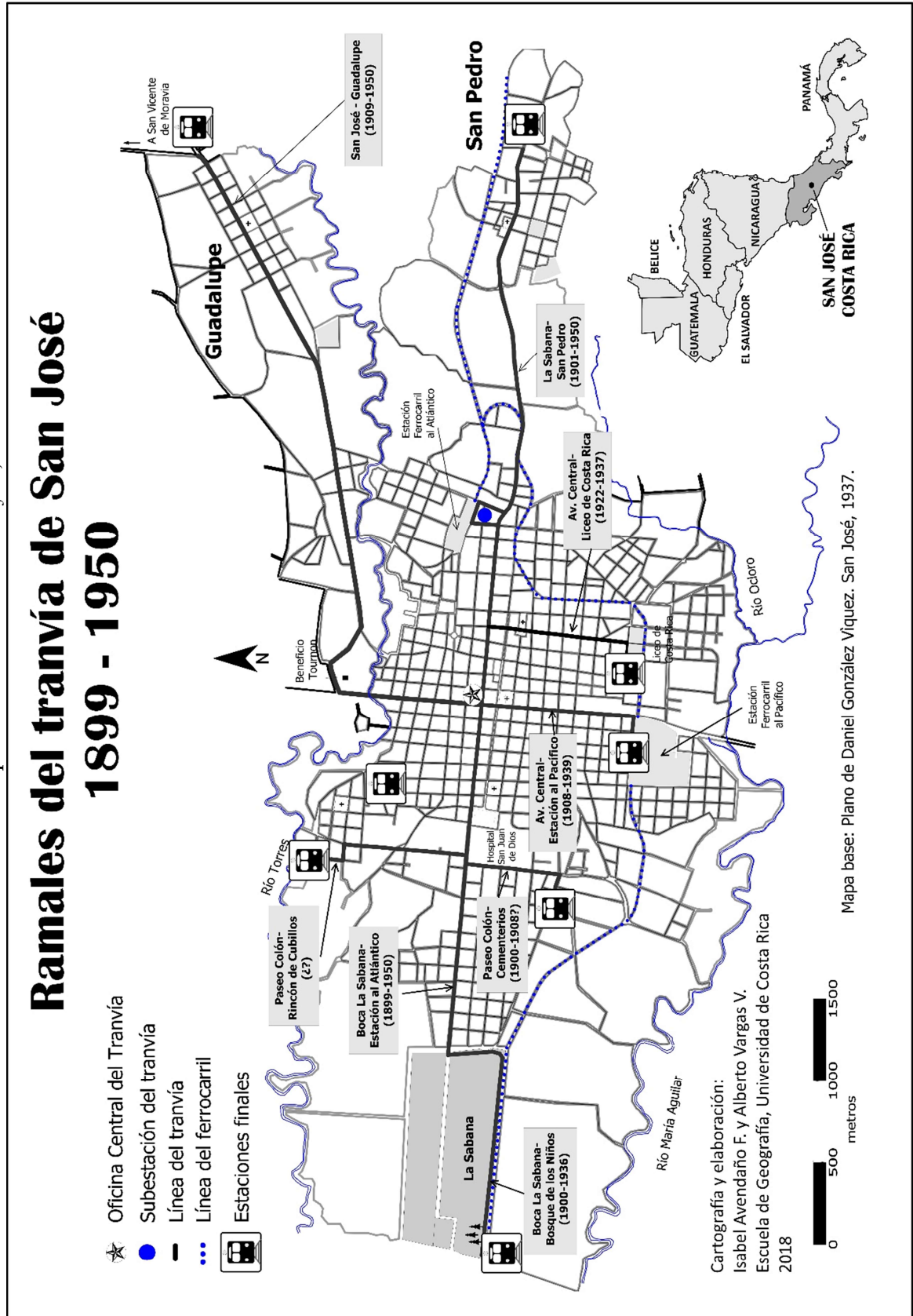


Fuente: Banco Nacional de Costa Rica (1972). *Álbum fotográfico de San José*. Costa Rica.

El tranvía eléctrico fue parte de un contexto modernizador del espacio costarricense. En las actas municipales se evidencian las diferencias entre concesionarios y receptores. En esta fuente consta la abundante cantidad de peticiones para instalar el alumbrado y la cañería, construir caños, recolectar la basura, regular el ganado o los perros callejeros, ampliar, macadamizar o abrir nuevas calles, y, construir instalaciones recreativas, entre otras solicitudes.

En ese período M. Keith se va consolidando como el máximo accionista de la empresa. Así, el “rey Keith”, el “rey del Banano” y su familia eran los poseedores, entre otras empresas, de la “The Costa Rica Electric Light and Traction” (conocida como Compañía del Tranvía), la Compañía Nacional de Electricidad, la Compañía de Teléfonos y la Compañía Nacional Hidroeléctrica o Electriciona.

Mapa 1. Ramales del tranvía de San José, 1899-1950



Imposible menospreciar, sus acciones en el ferrocarril o las 8.800 hectáreas denunciadas para explotación de oro en Abangares o, las extensas propiedades que tuvo derecho a poseer por la infraestructura que concretaba. Logra cristalizar un proyecto, con un combustible innovador para la época como fue la electricidad.

3. Un medio articulador del espacio urbano y constructor de signos e imágenes

La incorporación de la electricidad al equipamiento urbano, reviste particular importancia porque permitió la modernización de los servicios públicos y privados, y las innovaciones tecnológicas que cubrían casi todos los campos del quehacer social, económico, cultural y político. Y poco a poco se van construyendo los mecanismos de control para transmitir significados que reproducen su poder, tales como el telégrafo, el teléfono y el tranvía. El cronista costarricense Francisco María Núñez escribió en 1941:

[...] porque la luz abuyenta hasta las cosas malas... Después del toque de ánimas casi nadie se atrevía a transitar por las callejas, por temor al Cadejos, la Llorona, la Segua.... pero en las poblaciones mayores había que celar el orden y para eso precisaba iluminar las calles céntricas, por lo menos [...]. (Núñez, 1941, como citado en Zeledón, 1994, p. 61).

A finales del siglo XIX, la Ciudad lucía una arquitectura típicamente colonial. El viajero que llegaba podía observar una construcción baja en altura, con un máximo de dos niveles, predominantemente casas de adobe y de calles empedradas. Las construcciones más antiguas eran de madera, techo de paja y paredes de adobe, que con el tiempo serían paulatinamente sustituidas por el bahareque y el uso del ladrillo. Este último material, se utilizó, sobre todo, en los edificios públicos. Naturalmente que destacan en la ciudad importantes edificios de carácter gubernamental y religioso, así como establecimientos de enseñanza, que constituyen la “obra mayor que el nuevo siglo hereda como patrimonio notable de la República y que no siempre sabrá conservar” (Bustamante, 1996), pero que aún hoy son ejes de la historia de Costa Rica y la presencia del tranvía en la ciudad de San José. Esa incapacidad de la que habla Bustamante en su texto, es importante para entender, también, la huella que dejó M. Keith en Costa Rica. También permite ubicar el inicio de un giro histórico, relacionado con el capital extranjero y la concentración, además de capitales, de territorio de las producciones de la United Fruit

Company en la región. “Articular históricamente el pasado no significa conocerlo como verdaderamente ha sido... significa apoderarse de un recuerdo tal como éste relampaguea en un instante de peligro” (Benjamin, 1999, 45).

Para esta época, la ciudad iniciaba un proceso de equipamiento urbano sin precedentes, al tenor del crecimiento poblacional, crecían las ciudades del Valle Central. La ciudad de San José en particular, multiplicaba su actividad y modificaba su paisaje. La preferencia del mercado mundial por los países productores de materias primas estimuló el cambio de las grandes ciudades, repercutiendo particularmente sobre aquellas capitales y puertos que concentraban y orientaban la producción de mayor demanda en el mercado internacional.

Los edificios como objetos sociales (Markus, 1987) transmiten significados para la sociedad relacionados con las asimetrías del poder. La Ciudad llegó a fin de siglo acusando cambios importantes en su estructura física, política y social, como resultado del desarrollo de la economía agro exportadora del país, así como, de la asunción de nuevas funciones por parte del estado costarricense. En 1889, la Municipalidad acordó la realización del primer plano oficial de la Ciudad, el que con lujo de detalles daba cuenta de cada casa, solar y dueño. Esta preocupación es fundamental y demuestra el deseo de conocer el territorio que se administraba. Hasta esa fecha lo que se tenían eran bocetos, dibujos realizados por viajeros u ocasionalmente, hechos con fines didácticos.

Dos funciones más pueden agregarse al tranvía, en dos ámbitos de escala diferentes. Surgió como un medio articulador interno de la capital. Asimismo, fomentó y consolidó a San José como la cabecera económica, industrial, financiera y poblacional del país. En este sentido, este proyecto de los liberales costarricenses, constituyó un apoyo ideológico efectivo para convocar al colectivo de pobladores de San José y alrededores, en torno a una imagen de ciudad y de pertenencia.

San José dio el paso de un poblado para convertirse en “ciudad”. En donde, en cada negociación entre las empresas y el gobierno siempre se tocó el tema del embellecimiento y engrandecimiento de la ciudad, así como, su necesidad y conveniencia pública (ANCR, Serie Gobernación, 4437, p. 12). Por supuesto, los medios de comunicación masivos (radio y escritos), jugaron una función respetable como formadores de opinión pública apoyando y desautorizando ideas y acciones. Para conglomerados pequeños como Guadalupe y San Pedro, el encadenamiento de dos poblados “aislados” significaba que la mancha urbana había crecido y que, desde ese momento, formaban parte de una comunidad

mayor. Obviamente, a lo interno de San José también unía vecindarios y propiciaba la formación de otros. De forma tal que signos e imágenes se construyeron en la ciudad merced del tranvía. San José crecía, se modernizaba, generaba arraigo y sentido de pertenencia bajo un sistema racionalizado y automatizado de producción masiva y de consumo de bienes materiales (Harvey, 1998).

Los cuatro puntos del llamado casco antiguo de la Capital quedaron integrados. Los efectos espaciales se encaminaron hacia una mancha urbana que empezaba a empequeñecerse, pero también, a dinamizarse. El tranvía entrelazó lugares y creó la Ciudad a través de las actividades y los movimientos pendulares. El entramado de las sendas dio forma al territorio, imprimiendo una fisonomía espacial que se mantiene aún y articulando ejes de máximo ajetreo —ya solo esto, denota lo ciudadano. El tranvía marcó e inscribió el paisaje, de tal forma que oficializó un territorio diseñado por las instituciones, mucho antes de que el ciudadano, lo concibiera a su manera.

Durante el tiempo de trámites, se prohibió que el recorrido pasara por la avenida central y la avenida quinta, pero, ante la objeción de los comerciantes, la ruta se estableció por la avenida Central. La quinta se dejó como espacio público. En un inicio, Keith propuso doble vía, pero fue objetado por lo oneroso y porque, el cumbre de las máquinas aparejado al material de las viviendas socavaba el terreno, por tanto, se optó por una sola vía con bahías de cambio (switchs), que permitían que un tranvía esperara mientras el otro pasaba. Quizás, de haberse seguido la propuesta original de Keith, el tranvía hubiera pervivido unos años más, ya que uno de los criterios del desmantelamiento y eliminación de la línea tranviaria era su conversión a un medio obsoleto, lento y obstaculizador del libre y creciente tránsito vehicular. La espera en estas bahías para que el tranvía en sentido contrario pasara, molestaba a los usuarios pues perdían hasta 20 minutos.

San José se diferenciaba respecto a otras ciudades a lo interno de Costa Rica, definiéndose o tomando posición como la capital, como el nudo, el corazón del país, los más avanzados, los mejores. Por supuesto, al principio hubo resistencia y negación a lo desconocido. Las personas seguían desplazándose por los medios convencionales —carreta, a caballo o a pie— por miedo a la máquina pero también por economía, pues la novedad traía consigo un costo. El historiador, Steven Palmer argumenta que, con el ferrocarril, el país transitaba a su etapa adulta. Cabe perfectamente, la analogía de la ciudad y el tranvía. La Capital entraba a una nueva fase de crecimiento pues el tranvía fue un poderoso instrumento nacionalista como también,

capitalista y, de reproducción de la riqueza económica y cultural.

4. Integración social, sentido de pertenencia y distinción social: “el centro sujeta”

El tranvía es una manera de contar la historia. La transformación social que generó el tranvía, se plasmó en varios niveles escalares: nacional, empresarial, regional y local. Un sinnúmero de ejemplos materializa esta transformación y uno de ellos, se ve en los rituales en que hombres y mujeres de todas las edades se involucraban desde la primera llegada de los carros a las diferentes localidades. Era un gran acontecimiento. A “Guadalupe”, decía la banderola, y en un día de octubre de intensa radiación solar, llegaron dos vagones sonando la campanilla. Viajaba el entonces presidente Cleto González Víquez, con su comitiva, la banda militar e invitados y, le rodeaban curiosos llegados de Coronado, Sabanilla, Moravia y varias partes del cantón Goicoechea.

Cuando el tranvía llegó por primera vez a Mojón (hoy San Pedro de Montes de Oca), el pueblo festejó con un “turno”. Ese domingo de agosto de 1901, a pleno medio día y con el acompañamiento de la banda militar, el expresidente Iglesias aprovechó visitar a los mojoneses, como se les solía llamar, habida cuentas, las marcas de la distinción social se concretaban en un ambiente por la adquisición de signos de prestigio; donde hecho e imaginación se estaban fusionando inevitablemente (Harvey, 1998). Se cuenta que:

Durante todo el día, especialmente después de las once, el movimiento de pasajeros en la nueva línea eléctrica fue extraordinariamente grande. Los carros que traficaban eran insuficientes para llevar aquel número de turistas de modo que cada cual se acomodaba ó se colgaba del carro como Dios o sus vecinos le permitían. No hubo, felizmente, la menor desgracia que lamentar. El servicio de los carros fue esmerado, aunque el número resultó escaso por la circunstancia indicada.

Todo el día, a pesar del agua, hubo entusiasmo en el pueblo. A veces traduciase ese entusiasmo en ligeros altercados, los que terminaban sin pasar á cosa mayor, merced a la oportuna intervención de los amigos. Ha sido, pues, más que satisfactoria, muy buena la inauguración del tranvía eléctrico al importante pueblo de San Pedro, que significa para éste una gran mejora, lo mismo que para San José. [sic]. (La República, 1901).

El sentido de pertenencia, está ligado al grupo de personas que trabajaba con el tranvía. El

tranvía fue instrumento de distinción social y espacial, demarcación de la condición social, y por ende, territorial. Según las referencias escritas y orales, cualquier puesto con ligamen tranviario era prestigioso. Había un reglamento, que su puesta en práctica, generaba un “sentido de pertenecer”, el cual normaba el servicio de cada máquina, con su respectiva jerarquía de mando y responsabilidades.

La comunidad josefina irradiaba aires del ser “ciudadino del país”, como oposición a lo rural, con capacidad de diferenciar socialmente la ciudad. Este sentimiento ha sido categorizado por algunos autores con el término de “nacionalismo urbano”; sin negar las formas individuales y colectivas de la vida en la ciudad conllevando entre otros, al fomento y dinamización de las actividades comerciales y financieras.

Esos puntos de encuentros y desencuentros en que se convirtieron las estaciones finales, pronto adquirieron tal dinamismo que, en el caso de “La Estación” en Guadalupe, se le ha clasificado como el centro de mayor actividad comercial del distrito y posiblemente, del cantón. En otras palabras, resulta interesante recalcar que la intensa actividad e intercambio económico no se daba en el centro -cabecera del cantón, con cierta jerarquía político-administrativa y uno de los más poblados de los alrededores del San José de antes del decenio de 1950-, sino en las paradas finales del tranvía.

Carnicerías, zapaterías, salones de billar, barberías, panaderías y jabonerías, entre otros se encontraban en La Estación, así como, caballerizas donde las personas se cambiaban de ropa y se podían bañar. Una lectura de esta cotidianidad puede verse simbólicamente, como un despojarse del ligamen campo y vestirse de ciudad, o viceversa.

En la parada final cerca de la Plaza González Víquez, comenta Castro que allí se iniciaba una larga fila de carretas rumbo a Desamparados, unas con leña, frijoles, maíz y dulce entre otros, que habían procedido de Desamparados, Aserrí, San Miguel, Higuito, Tarbaca y del valle de Los Santos y que a su retorno llevaban productos diversos. Al lado donde hoy se encuentra la ferretería El Pipiolo, existía una caballeriza que también aparcaba coches; con volantas y cuadras para los caballos y al fondo podía encontrarse el yunque y la fragua. Servicio que era ocupado por los viajeros que venían a San José. El centro de suministros se formó alrededor de Los Mercaditos además de que existían otros establecimientos comerciales aledaños que proveían verduras, frutas, carnes, tortillas, granos (Castro, 1998).

5. El tranvía forja una imagen distintiva de la Ciudad con “gente adecuada”

Sin duda alguna, el tranvía sirvió de canal de comunicación e intercambio personal pero también, fue un medio para el ejercicio del control y la dominación social. La conformación de la ciudad junto con estos desarrollos son estructuras simbólicas que forman parte de un discurso ideológico que legitima un estilo de vida y un tipo de sociedad en particular, representan una visión de mundo particular y por tanto un tipo de sociedad, socializó e inculcó creencias, sistemas de valores y formas de comportamiento. El uso del uniforme por parte de los funcionarios a cargo de la máquina es un ejemplo que da parte, del sistema de valores y de comportamiento inculcado y heredado del “trolley”. La vestidura de los trabajadores en los vehículos –quepis, camisa blanca, corbata, pantalón kakis, el sello plateado de Costa Rica-, advierte que la impronta extranjera se hacía notar; con ello, favorecía un “ser distinto a otro (s)”.

Otro ejemplo notable en la producción de lugares, fue la puesta en práctica del reglamento de higiene dentro de los carros; también, de una u otra forma fue la búsqueda de un “ser” con unos y frente a otros. En el reglamento oficial de 1905, se estipulaba que los conductores y motoristas debían ser personas de buenas maneras, mayores de 21 años, y tratar a los pasajeros con cortesía, así como, prestar auxilio a los ancianos y mujeres. Los objetos que se encontraran abandonados en los carros se depositaban en la Oficina Central y al parecer, este punto del reglamento se practicó, dada la cantidad de referencias orales al respecto.

Por su parte, los carros debían tener el más escrupuloso estado de aseo, se prohibía proferir palabras indecorosas o molestar a los demás; así como, discusiones en voz alta de cualquier género. El espacio del cuerpo, siguiendo las palabras de Foucault, se mostraba el estado social que se quería marcar; es allí donde se ejercieron las fuerzas de la represión, la socialización, la disciplina y el castigo pues tampoco se permitía el fumado y dado lo usual del mascado de tabaco, se prohibía escupir en el interior del vagón salvo en las “escupideras” de porcelana, para tal acción. Lamentablemente la buena práctica se perdió, pero también, era prohibido arrojar basuras. Del mismo modo, llevar bultos molestos para los demás o que impidieran el uso de los asientos y cargar con sustancias explosivas, inflamables o mal olientes. Debían usar otro medio de transporte que no fuera el tranvía tanto las personas ebrias, desaseadas o enfermas cuyo aspecto causara desagrado o recelo, como los perros u otros animales que ocasionaran daño o mala impresión. El desacato a cualquiera de estas normas implicaba la búsqueda de otro transporte, o

bien, caminar. Había que subir con zapatos, en un país de gente, en su mayoría, descalza. Parafraseando a Foucault (1999), el tranvía fue un espacio de represión organizada.

Una posición crítica, desmitificaría el romanticismo de una ciudad tranquila y organizada. La cultura jerarquizante que se fue desarrollando definió las contradicciones de la sociedad en la primera mitad del siglo XX, que, según palabras de Renato Ortiz (1998), el territorio es un conjunto de planos atravesados por procesos sociales diferenciados. Además, nos expresa que hay historias particulares, realidades que no se articulan necesariamente con otras historias aun cuando están inmersas en el mismo territorio nacional. Hay una aparente desconexión entre las partes que lo componen. La modernidad-mundo se caracteriza por eso, ser simultáneamente, una tendencia de conjunción y de disyunción de territorios. Se vuelca hacia dos direcciones: lo singular y la diversidad. Esta sensación de bifurcación de sentidos ha llevado a imaginarlos como vectores antagónicos, pero, sincrónicamente, son partes de un mismo fenómeno. En esta línea, Ortiz advierte de la necesidad de evitar la ingenuidad de que un territorio como el de la ciudad no esté estructurado a partir de determinadas relaciones de poder o líneas de fuerza con peso y legitimidades distintas.

6. Mutaciones en el ritmo trastocan el territorio

Del mismo modo en que cambió lo espacial del San José de finales del siglo XIX, también la vivencia temporal varió. El uso del tranvía se convirtió en una tradición que consolidó la concepción del tiempo como un recurso limitado, con valor y escaso. El vehículo acortaba el ritmo de desplazamiento dentro y alrededores de la Ciudad, agilizaba la vida y disciplinaba al usuario en virtud de los horarios de ida y vuelta. Algunos de los conductores y maquinistas argumentan que los itinerarios eran sumamente estrictos, expresando con esto una forma de actuar de una administración que estaba liderada por europeos y estadounidenses.

Desde 1905, se estableció en el Reglamento que, al terminar las bocacalles, los carros se detendrían para subir o bajar pasajeros. En consonancia con la cultura costarricense, el modelo importado se reterritorializó. El lugar de ingresar o descender del tranvía se convirtió en una práctica informal a merced de una acción más libre, espontánea y que seguía las necesidades de los usuarios de un San José, que el mismo tranvía contribuía a empequeñecer.

Francisco Amighetti fue uno de los pocos

autores que hicieron descripciones de un San José de esos tiempos. Aunque breves, las alusiones de un “nosotros” frente a lo “otro” permiten una reconstrucción de aquel medio de transporte. Así, se expresa de Buenos Aires y San José en 1931 y entrelíneas argumenta:

En algunas esquinas el tránsito alcanzaba proporciones de sonora catástrofe con sus tranvías desbocados. En Costa Rica eran pequeños e iban chirriando hacia el poniente [los tranvías], en mi ciudad rodeada de montañas... Cuando San José era una capital de sesenta mil habitantes, bastaba llamar desde lejos para detener el tranvía, y aún los trenes, sin que mediaran por eso accidentes ferroviarios... En aquel puerto a orillas del río, las mujeres que tomaban el ómnibus corrían y se empujaban, hombres o mujeres. Todos eran enemigos en aquel momento. (Amighetti, 1993, p. 39).

Inevitablemente, un medio de transporte innovador con el sistema tranviario permitió ser utilizado para la diversión y el entretenimiento para usuarios y funcionarios. Cuenta doña Dulce (Comunicación personal, marzo 2003) que ella vivía en Tierra Blanca de Cartago, estando en la escuela hacia 1949, a la maestra se le ocurrió traer a sus alumnos a San José para que conocieran el “Parque Bolívar” y el balneario Los Juncuales. En ese momento conoció al famoso tranvía; un recuerdo entrañable nos cuenta. De tal manera, solo el hecho de subir e interactuar con aquella máquina representante de la modernidad y la modernización, constituía para muchas personas, un acontecimiento inolvidable. Nos dice Harvey (1998, p. 25), ser “modernos es estar en un medio que promete aventura, poder, goce, crecimiento, transformación de nosotros mismos y el mundo. Y, al mismo tiempo, que amenaza destruir lo que tenemos, todo lo que sabemos, todo lo que somos”.

El periodista Fernández de La República, escribió en 1978, que su excursión preferida era a la pequeña población de Guadalupe. Una de las razones del encanto por viajar a ese lugar era el tranvía. También, recuerda el motorista Cayetano Porras (Peña, 1999, p. 75) que rumbo a Guadalupe, se localizaba la finca y el beneficio Tournon: “... en aquel tiempo ellos tenían un estanque muy grande donde habitaban patos, carracos y había una vegetación muy linda, creo que era un lugar muy atractivo para las personas que por ahí viajaban...”. (La República, 1978).

Los medios y experiencias modernos atraviesan todas las fronteras geográficas y étnicas, de clase y nacionalidad, religiosas e ideológicas expresa Harvey (1998). El tranvía modificó el lenguaje cotidiano, algunos términos sufrieron transculturación: troleo, encarrilarse, descarrilarse; expresiones como: “como caldo de riel”; “la dejó el

tren”; “más larga que miada en tren” o “echar carbón”, son solo algunas de las expresiones de herencia de la tecnología ferrocarrilera y con ella, tranviaria. Dice Silva (1998) que una forma de apropiarse del territorio o de los objetos, es nombrar y renombrar, es un característico ejercicio existencial-lingüístico: aquello que vivo lo nombro; sutiles y fecundas estrategias del lenguaje.

Dado que el tranvía y la electricidad van de la mano, permitió que la gente adquiriera otros servicios complementarios, los cuales en definitiva facilitaban el desarrollo de los lugares por donde corría este medio. Tal es el caso de lámparas incandescentes y de arco, cocinas, calentadores, planchas y aparatos para cine y para rayos “X” (Núñez, 1924, p. 116).

7. Una obra de lucro para los “extranjeros”

Tanto el tranvía como el ferrocarril fueron obras con creciente control extranjero y no todas sus huellas se borran en el objeto. Por una parte, influyó el origen del capital, que en forma de empréstitos y acciones se manipuló y hasta burló al Estado costarricense. La cabeza de la administración, siempre es mencionada en las actas municipales con gran reverencia, no así con otros grupos de extranjeros. Y por otra parte, había una organización jerárquica sumamente rígida, propia de ciudades administrativas de enclave, que hace patente la conformación de estratos verticales inaccesible, incluso, para algún costarricense no importa su estrato social. De una u otra forma, la empresa fomentó una percepción hacia los migrantes que se ha perpetuado y en la cual, se diferencia entre el ser extranjero y ser inmigrante. Los estadounidenses, ingleses, alemanes o españoles eran los extranjeros ubicados en la cúspide de la pirámide social, constituían la mano de obra especializada, difundían los conocimientos más innovadores, irremplazables puesto que constituían los maestros de los costarricenses. Va conformando un paralelismo con la cultura del ser costarricense, con escenarios de dominación claramente identificables en la ciudad y más evidente en la primera mitad del siglo XX en los enclaves bananeros.

Trabajar y residir a Costa Rica debía considerar incentivos llamativos –lucrativos-. En las actas municipales, se discutían los salarios de los trabajadores de la Compañía que ganaban salarios “escandalosos”, solamente comparables con los de los altos funcionarios gubernamentales. Aún para los extranjeros que venían como mecánicos, los salarios eran superiores a los de un costarricense en las mismas condiciones.

Dentro de los beneficios a un grupo social estuvo vigente el lucro de los extranjeros. La concesión de la red tranviaria permitía el “tanteo” – lo que económicamente era poco rentable caía en desuso-; pero también la concesión de pajas de agua e instalación de las plantas de fuerza para la generación motriz en los ríos Tiribí y María Aguilar; declarar libre de derechos fiscales la entrada de materiales para la construcción, mantenimiento y conservación del tranvía como máquinas, muebles, semovientes, etc.; expropiar todo aquel lugar que los empresarios quisieran y que consideraran indispensables. Aunque no tuvo frutos, Keith luchó para que se le pagara en moneda de oro –moneda imaginaria decían los regidores municipales, a la cual se le quería aplicar devaluación y cambio a libras esterlinas-.

El carácter monopolístico se acrecentó hasta permear el corazón del país. Las innumerables peticiones y exigencias confirman la lógica capitalista y transnacional. Tampoco fue tan fácil la instalación. Seguridad, desconfianza o control estatal en cada concesión fue, según puño y letra de Minor Keith dirigiéndose al Ministro de Gobernación, una odisea. El fragmento siguiente es una fotografía de la historia construida desde los vencedores (Benjamin, 1999), marcada por un modelo de desarrollo exógeno, a saber:

[...] Presenté á la Municipalidad el plano y trazado del tranvía y le pedí autorización para empezar los trabajos de la vía; pero aquella Corporación [la Municipalidad de San José], con fútiles pretextos, demoró y demora aún sin resolución.

Tengo en el país casi todos los materiales del tranvía... se activan los trabajos de instalación de los aparatos eléctricos y no se han terminado en su mayor parte, debido á las dificultades que ha puesto la Municipalidad.

Después de haber gastado más de cuarenta mil pesos en alistar el material del tranvía justo es que yo me resista á pasar por la decisión inconsulta de la Municipalidad [...]. (ANCR, Serie Gobernación, 1891, p. 2).

8. Un patrimonio nulo en la memoria histórica josefina

Argumenta Sandoval (1997) que las prácticas cotidianas, aquellas del día tras día en nuestro pasar por la vida, nos parecen tan obvias, pero tan obvias, que nunca nos cuestionamos por ellas. El medio de transporte tranviario fue una forma casi imperceptible que pasó al plano de lo ‘natural’ porque si se hace una revisión de la literatura costarricense de la primera mitad del siglo XX, es fácil percatarse de las escasas alusiones al tranvía. Nadie se dedica a estudiar el impacto o los efectos económicos, sociales o culturales implícitos

y explícitos.

En las obras de Joaquín García Monge en “El Moto” como para Carmen Lyra, el tranvía era un ruido a la distancia; siempre en segundo plano; para Luisa González en “A ras del suelo” fue ese medio que la llevó con sus enaguas amarillas a su primer día de clase como maestra. Carlos Luis Fallas y Fabián Dobles se dedicaron al campesino y de la pobreza. El fabuloso Magón que cuenta agradables historias de ese San José con tranvía, si acaso lo menciona alguna vez. De alguna forma estas obras reflejan que el tranvía fue parte de la rutina cotidiana; no era tema de discusión ni de atención. Constituyó una vivencia del día a día, una aprehensión diaria para una importante cantidad de personas y se esperaba que hubiese sido el fundamento desde el cual surge el sentido, pero dado que el proceso es poco nítido queda claro que no todos los actos repetitivos se transforman en sentido ni son socialmente procesados.

Los pintores costarricenses de las primeras décadas del siglo XX, se inspiraron en el universo rural, en ese rural idílico que persiste en la actualidad. La casa de adobes y su techo de teja fue uno de los componentes esenciales y recurrentes en las obras de arte. Tanto en la pintura como en la literatura, tal parece, que hubo un despojo de los elementos considerados “modernos”, aquellos que en las zonas rurales representaban el avance, el progreso o la distinción. La preocupación por recuperar una edad de oro perdida, destaca en los lienzos, así como, escapar del universo urbano que les desagradaba por la creciente visualización de la pobreza, agravada por la crisis de 1930 (Molina, 2002). Quizás aquí exista una razón del por qué el tranvía nunca ocupó un lugar central en la cultura urbana escrita ni en la obra artística. Este borroso tratamiento o segundo plano ha impedido que futuras generaciones conocieran una forma más del *modus vivendi* cotidiano, de los intercambios personales, de la impronta en el territorio y de la vida del día a día tanto de ese medio de transporte como del otrora, San José.

La vida vehicular llegó para quedarse, transformando la cultura en general desde las formas de lenguaje cotidiano hasta las formas salvajes de comportamiento en las carreteras. Presiones e intereses de quienes abanderaban la ola expansiva de la flota vehicular fueron borrando al tranvía hasta su desaparición dentro del imaginario. La única máquina existente, que, dicho sea de paso, no es original sino una reconstrucción o rompecabezas, se localiza en el Parque de Diversiones en el distrito Uruca, cantón San José.

Ciertamente, la máquina se mantiene en buen estado. Sin embargo, como su nombre lo dice, el Parque de Diversiones es un lugar de entretenimiento, ocio y recreación. El vehículo bajo

techo, está rodeado de muchas opciones para las distracciones. Además, la localización dentro la mancha urbana josefina del Parque, impide la interacción cotidiana y de darse alguna curiosidad por parte de algún visitante, tendrá un carácter esporádico. Al tranvía se le ha sustraído su historia, legado y contexto; se le ha sido vaciado de contenido; del cómo y del por qué surgió. Su sentido intrínseco ha sido congelado; es un producto inerte que poco evoca en el observador en el caso de que una mirada le enfoque. Canclini (1989) se refiere a los monumentos de las ciudades como aquellos objetos que interactúan con el cambio. Pero con el tranvía, ni siquiera está inmerso en el proceso dinámico de la ciudad. Ha sido desterritorializado; literalmente enterrado. Hoy es un fantasma en el territorio nacional, inexistente en el medio “natural” que le vio nacer, crecer y desaparecer.

9. A manera de conclusión

De acuerdo con Harvey (1998), la modernidad no solo supone una violenta ruptura con alguna o con todas las condiciones históricas precedentes, sino que se caracteriza por un proceso interminable de rupturas y fragmentaciones internas. Para Ballesteros, funcionario de la empresa tranviaria (Minsky, 1991), durante mucho tiempo el tranvía contó con la preferencia de los usuarios, pese a que ya circulaban algunos autobuses como los “Los Plateados”, que eran más veloces y cobraban la misma tarifa. A tres meses del cierre del tranvía, en respuesta a un aumento de la tarifa de autobuses, los vecinos de San Pedro y Guadalupe solicitaron a las respectivas municipalidades el restablecimiento del servicio (La Prensa Libre, 1950). Sin embargo, nunca más fue restaurado. En este punto, podemos hablar que el medio pasó de una condición de modernidad a uno de la posmodernidad en donde lo efímero y el contrato temporario en todo, se convierte en el signo de la vida posmoderna (Harvey, 1998).

Bustamante (1996) argumenta que la compañía obtenía ganancias insuficientes por el rendimiento del medio de transporte. Por ello, negoció con el gobierno para cerrar el contrato. Dio al ICE la suma de 1.700.000 colones e implementos eléctricos por un valor aparentemente superior a los 300000 colones “... es uno de los pocos casos en que una compañía paga para dar fin a sus obligaciones; en todas partes es por lo general el gobierno el que indemniza... pero en Costa Rica hubo una excepción”.

La cultura vehicular bajo la máscara, también, del progreso y el bienestar provocó un desprecio hasta el punto de su eliminación (junto a

un servicio deteriorado). Faltó visión y conciencia crítica, no se trataba de cerrarse al mundo ni de excluir, pero sí tener la capacidad de tamizar aquellas cosas que nos vienen de una tecnología más avanzada. Faltó valorar la nueva geografía pública de la ciudad y lo positivo del tranvía, vehículo que poco a poco fue incorporándose a nuestra cultura popular rica en expresiones. Se impidió reinventar al tranvía como una nueva forma de espacio interactivo, de jugar con las posibilidades tecnológicas, de innovar y modernizar, sencillamente se desechó, en lugar de capitalizar esas formas tempranas de modernización material de la ciudad, ligados también a los espacios políticos republicanos y al sistema político liberal que predomina entre el último tercio del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX.

Ese patrimonio cultural, la afectividad, el intercambio de personas, la socialización y la convivencia social rotundamente, son irre recuperables. Mas, como patrimonio también ha sido olvidado. En cincuenta años de tránsito continuo, dejó rasgos en la cultura; evoca identificación en el espectador; por ello, hablamos de un patrimonio cultural que ha caído en el olvido pero que hay que rescatar en nuestras nuevas generaciones. Debemos interiorizar la idea de que el tranvía debe ser parte del acervo material con el que cuenta el país e incluso, debiera ser mencionado en el sistema educativo. Fue un medio que ayudó a configurar el sentido, el sentido del ser josefino. Un artefacto que encarnó experiencias y actividades, recuerdos de acontecimientos significativos de la vida y de la gente.

Aún se está a tiempo de despertar la curiosidad de todos sobre este patrimonio que como un fantasma recorre la ciudad y, aunque no calza en las definiciones de la UNESCO como Patrimonio mundial, los principios que ese organismo plantea de identificar, proteger, conservar y señalar, para los habitantes y los visitantes, por ser un elemento representativo de una época, es un bien que debe ser rescatado; esta propuesta plantea un reto intelectual, metodológico y político, para diferenciarlo en su especificidad, y lograr la materialización de estas pequeñas partes que sobreviven en el paisaje de lo que fue la ciudad. Su visibilización servirá como una herramienta para generar conciencia, para generar información y para comprender los valores que han contribuido a forjar la nacionalidad del costarricense.

10. Referencias bibliográficas

- Amighetti, F. (1993). *Obra literaria*. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica.
- Archivo Nacional de Costa Rica (ANCR) (1920). Serie Congreso, Serie Gobernación. San José.
- Avendaño-Flores, I. (1991). El tranvía y su Amighetti a la formación de la población de Guadalupe. *Revista Herencia*, 3 (1 y 2).
- Avendaño-Flores, I. (2003). Abordando el tranvía de San José: Un patrimonio cultural en olvido. *Revista Herencia*, 15 (2).
- Barzuna, G. (1989). *Caserón de teja: Ensayos sobre patrimonio y cultura popular en Costa Rica*. San José: Editorial Nueva Década.
- Benjamin, W. (1999). *Tesis sobre el concepto de la historia. Ensayos escogidos*. México: Ediciones Coyoacán.
- Bustamante G., T. (1996). *La ciudad de San José. Ensayo Histórico*. Municipalidad de San José. San José.
- Castro D., W. (1998). *Barrio Plaza Viquez*. In E. O. García & F. J. E. Solano. *Historias de mi barrio (el San José de ayer)*. San José: Editorial Costa Rica.
- Dirección General de Estadística y Censos (DGEC). 1892, 1927, 1950. *Censos de población*. San José.
- Emmerich, N. (2011). *La memoria histórica: derrota, resistencia y reconstrucción del pasado*. pp. 1-17. Recuperado de <http://www.izt.uam.mx/mydes/documentos/memoria%20historica.pdf>
- Fernández, M. (1978). *Excursión a Guadalupe*. La Prensa Libre. 9 noviembre, p.12.
- Foucault, M. (1999). *Estrategias de poder*. Paidós: Barcelona.
- Canclini, N. G. (1989). *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Editorial Grijalbo S.A.
- Harvey, D. (1998). *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Huertas, V. (1959). *A los 50 años de la inauguración del tranvía de Guadalupe*. La República. 11 octubre, p.2.
- La Prensa Libre (1993, 27 de junio). *Servicio de tranvías*. p. 6.
- La Prensa Libre (1978, 7 de diciembre). *Breve desarrollo histórico del cantón de Guadalupe* (sic). p.2.
- La Prensa Libre. (1950, 9 de noviembre), p.4.
- La República. (1991, 20 de agosto). *El tranvía a San Pedro. El señor presidente en el pueblo. La fiesta*. San José.
- Markus, T. (1987). *Buildings as classifying devices*.

- Environment and Planning* (Vol. 14). Scotland.
- Minsky, L. (1991). Recuerdos sobre rieles. *La Nación*, pp. 8c y 10c, abril.
- Molina, I. (2002). *Costarricense por dicha: Identidad nacional y cambio cultural en Costa Rica durante los siglos XIX y XX*. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica.
- Morrison, A. (2008, 2 de agosto). *The Trammways of Costa Rica Puntarenas, Cartago, San José, Guácimo*. Recuperado de <http://www.tramz.com/cr/cr.html>
- Municipalidad de San José. (1920). Contratos sobre tranvía, alumbrado, rentas y créditos, cañería y cloacas. San José: Imprenta Lehmann.
- Núñez M., F. M. (1924). *Iniciación y desarrollo de las vías de comunicación y empresas de transportes en Costa Rica*. San José: Imprenta Nacional.
- Ortiz, R. (1998). *Otro territorio*. Santafé de Bogotá: Convenio Anfrés Bello.
- Peña, O. S. (1999). *Viajando sobre los rieles en Costa Rica: El tranvía*. San José: Sandy.
- Silva, A. (1998). *Imaginarios urbanos. Cultura y comunicación urbana*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo Editores.
- UNESCO (2011). Conferencia General de la UNESCO: *Historic Urban Landscape was adopted on 10 November 2011*.
- Zeledón C., E. (1994). *Imágenes costarricenses. Crónicas de Francisco María Núñez, José J. Sánchez y José Antonio Zavaleta*. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica.

Patrimonialização e afirmação cultural no distrito de Olhos d'Água, Goiás, Brasil

Fernando Luiz Araújo Sobrinho¹

Edilene Américo Silva²

Resumo: Em 1960, o distrito de Olhos d'Água, no estado de Goiás (Brasil), perdeu a condição de Sede política para a recém-construída Alexânia, às margens da rodovia BR-060 de sua econômica e esvaziamento demográfico. Porém, a partir de 1974, por meio da Feira do Troca, Olhos d'Água conseguiu projetar-se como resistência cultural no contexto estadual. Tanto a Feira, que é considerada patrimônio imaterial local, quanto o povoado têm sido inseridos no turismo municipal e estadual por meio de um processo de patrimonialização resultante de lógicas locais de comércio, consumo e circulação que são produtos da nova dinâmica econômica global. A Feira, o sítio histórico, a produção artesanal e o modo de vida da comunidade são singularidades que atraem cada vez mais um número maior de visitantes. A pesquisa indicou que há um processo de turistificação em curso que coloca em discussão tanto a necessidade de fortalecimento local, quanto a de conservação do conjunto arquitetônico local.

Palavras-chave: Feira do Troca, Olhos d'Água, Patrimônio material e imaterial.

Patrimonialización y afirmación cultural en el distrito de Olhos d'Água, Goiás, Brasil

Resumen: En 1960, el distrito de Olhos d'Água, en el estado de Goiás (Brasil), perdió la condición de Sede política para la recién construida Alexânia, a los márgenes de la carretera BR 060 de su económica y vaciamiento demográfico. Sin embargo, a partir de 1974, por medio de la Feria del Cambio, Olhos d'Água consiguió proyectarse como resistencia cultural en el contexto estadual. Tanto la Feria, que es considerada patrimonio inmaterial local, cuanto el pueblo ha sido insertado en el turismo municipal y estatal por medio de un proceso de patrimonialización resultante de lógicas locales de comercio, consumo y circulación que son productos de la nueva dinámica económica global. La Feria, el sitio histórico, la producción artesanal y el modo de vida de la comunidad son singularidades que atraen cada vez más un número mayor de visitantes. La investigación indicó que hay un proceso de turistificación en curso que pone en discusión tanto la necesidad de fortalecimiento local, como la de conservación del conjunto arquitectónico local.

Palabras clave: Feria del Cambio, Olhos d'Água, Patrimonio material e inmaterial.

Patrimonialization and cultural affirmation in Olhos d'Água district, Goiás, Brazil

Abstract: In 1960, the district of Olhos d'Água, in the state of Goiás (Brazil), lost the status of Political Seat for the newly built Alexânia, on the BR 060 highway for its economic and demographic depletion. However, from 1974, through the Trade Fair, Olhos d'Água was able to project itself as a cultural resistance in the state context. Both the Fair, which is considered local intangible heritage, and the village have been inserted in the municipal and state tourism through a process of patrimonialization resulting from local logics of trade, consumption and circulation that are products of the new global economic dynamics. The Fair, historical site, craft production and the way of life of the community are singularities that attract more and more visitors. The research indicated that there is an ongoing process of tourism that puts in discussion both the need for local strengthening and the conservation of the local architectural complex.

Keywords: Feira do Troca, Olhos d'Água, heritage material and immaterial.

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEA, da Universidade de Brasília (UnB). Email: flasobrinho@gmail.com

²Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) e docente do Instituto Federal de Brasília/IFB. Email: edileneamerico@hotmail.com

1. Introdução

A noção de patrimônio cultural tem ganhado robustez, progressivamente, ao longo do século XX. Para Costa (2010), a partir da Segunda Grande Guerra, passou-se a valorizar essa noção em sua perspectiva de conjunto e o patrimônio histórico foi reconhecido como material e imaterial. E essa concretude ou representação advém da herança cultural das comunidades nas ações locais de interação com seu espaço de reprodução. Disso decorrem os sentidos, os “objetos e os fixos” (Santos, 2004) como algo que “identifica as pessoas com seu território” (Haesbaert, 2004) e na construção da própria história.

O presente estudo foi realizado no distrito de Olhos d'Água que está localizado no município de Alexânia, no estado de Goiás. Durante décadas, esse distrito sofreu poucas influências dos processos modernizadores, resultantes dos circuitos escalares oriundos da urbanidade entre Brasília e Goiânia – as duas cidades mais dinâmicas do Centro Oeste do país. Essas poucas influências podem ter relação com dois aspectos: a distância geográfica, 14 quilômetros da comunidade em relação a BR-060 – cujos fluxos dela resultante repercutem sobre a economia da Sede municipal, Alexânia; e também dos baixos investimentos públicos que pouco contribuíram para a inserção do distrito no circuito regional da economia goiana.

Por seu turno, esse “tempo lento” (Santos, 2004) que marca o cotidiano de Olhos d'Água foi essencial para a produção de um patrimônio cultural com significado irreplicável no contexto regional do estado. Os casarios, o sítio histórico, as comidas típicas, a Feira do Troca, a produção artesanal, as festas sagradas e profanas realizadas pelos moradores decorrem de um processo histórico de relação das pessoas com o seu lugar de vida. Em conjunto, esse patrimônio torna-se, na atualidade, essencial à comunidade em virtude da função social que desempenha. Para Costa (2010), a importância do patrimônio também reside no sentido de memória e na construção identitária local. E em Olhos d'Água, o resultado desses sentidos mediatiza a ação da comunidade influenciando na configuração estrutural do território em construção.

O presente estudo resulta de uma pesquisa qualitativa, cujos dados e informações foram obtidos por meio de levantamentos bibliográficos e de atividades de campo. Nessa etapa, além das observações *in loco*, procedeu-se com o registro fotográfico e a aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas. Realizou-se, ainda, um campo de imersão que teve o propósito de aproximar-se ainda mais da problemática em

estudo. E a estratégia de realizar o levantamento histórico do processo de ocupação, desde a origem, foi atingida por meio de estratégias indicadas em pesquisas etnográficas.

Investigou-se o fenômeno de patrimonialização de Olhos d'Água e como esse patrimônio material e imaterial contribui na afirmação cultural das famílias em seu lugar de vida. Essa comunidade, desde o evento que resultou na perda da Sede política em favor de Alexânia (em 1961), viveu momentos de desarticulação – econômica e política. Entretanto, a partir da realização de um projeto de arte e educação desenvolvido na escola local, os moradores identificaram que o resgate dos saberes tradicionais, reelaborados sob nova perspectiva, poderia conduzi-los a novo patamar de destaque no contexto tanto municipal quanto estadual.

Tal cenário estimulou a organização local em torno da produção artesanal e da valorização das festas, da feira, da culinária, dos casarios e do sítio histórico. Esses elementos constituem parte do patrimônio cultural que ratifica a identidade e memória das pessoas com seu lugar de vida. Entretanto, entre estas expressões culturais, procedeu-se com um recorte da Feira do Troca como aquela que melhor identifica a comunidade com seu lugar. Ela representa a superação e o protagonismo dos moradores na construção de sua história, no contexto municipal alexaniense.

O objetivo do presente estudo foi identificar as expressões culturais – materiais e imateriais –, resultantes do cotidiano da comunidade de Olhos d'Água que se tornaram patrimônio cultural local. Por meio das pesquisas aplicadas, identificou-se que, não obstante tantas outras representações culturais, a Feira do Troca foi escolhida – pelos moradores –, como o evento mais importante na condução da comunidade para a superação da condição de introspecção e desarticulação em que esteve mergulhada, entre os anos de 1961 até 1973. E com a realização da primeira Feira do Troca, em 1974, o distrito iniciou a sua projeção como resistência cultural regional.

Na atualidade, a comunidade identifica que o futuro de Alexânia passa, necessariamente, pela história cuja gênese se deu em Olhos d'Água. E voltar às origens conduz ao movimento de enxergar o lugar em que os sujeitos se reconhecem em sua própria história para reviver os elementos identitários sob um novo olhar e em outro tempo (Silva, 2016).

Entretanto, a turistificação da comunidade desperta a necessidade tanto de fortalecer o local quanto de preservar seu patrimônio cultural, pois a crescente mercantilização das expressões culturais tem envolvido o patrimônio cultural em uma lógica dialética de uma construção destrutiva conforme

discute Costa (2010) em suas reflexões. Nesse processo, os bens culturais têm seus sentidos metamorfoseados em prol da indústria cultural do turismo.

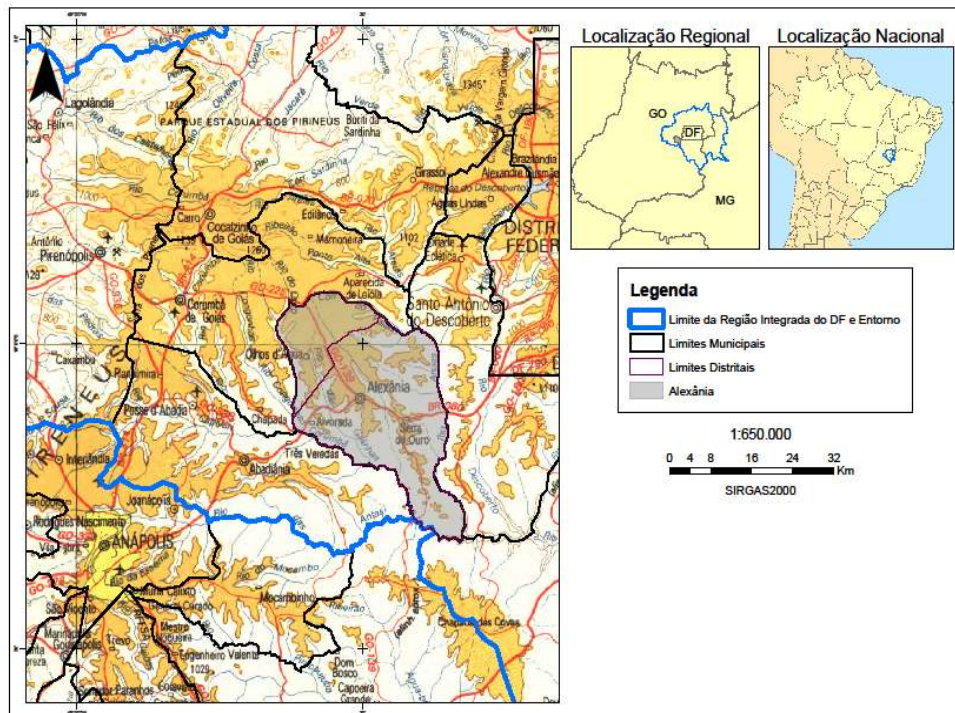
2. O município de Alexânia

Esse município goiano está situado na Região do Entorno do Distrito Federal. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), suas coordenadas geográficas são 16° 04' 12" de latitude sul e 48° 31' 12" de Longitude oeste, com área total de 847,89 quilômetros quadrados, conforme expressa a figura 1, que mostra a localização municipal. Informações desse órgão indicam que a população total deste município é de, aproximadamente, 26.135 mil moradores (IBGE, 2015).

nacional. No contexto municipal alexaniense, as principais repercussões da implantação daquele modal foram: a criação da cidade de Alexânia, na borda da rodovia, em 1961; o deslocamento do eixo de desenvolvimento municipal para essa nova cidade; e a perda da sede municipal de Olhos d'Água em favor de Alexânia.

Para a comunidade de Olhos d'Água, as consequências resultantes da perda da condição de Sede municipal repercutiram tanto na sua organização econômica quanto nos arranjos produtivos que sofreram rupturas levando à desarticulação produtiva desse distrito. Nos anos seguintes, teve-se o declínio e posterior estagnação que perdurou nos anos seguintes, até 1974, ano de rearticulação da comunidade, por meio da Feira do Troca.

Figura 1. Localização de Alexânia – Goiás.



Fonte:
IBGE, 2015.
Concepção:
SILVA, E.
A., 2015.

É estratégica a centralidade de Alexânia, Sede municipal, que está situada a 92,4 quilômetros da capital do estado e a 120,9 quilômetros de Brasília. Em virtude disso, o município beneficia-se dos fluxos urbanos gerados por essas duas importantes economias do Brasil central (Silva, 2017).

A gênese daquela cidade adveio da construção da rodovia BR-060 que corta, perpendicularmente, o território municipal. Por sua vez, a construção dessa rodovia resultou da edificação de Brasília, na década de 1950, como ação do Estado voltada à integração do território

Assim, a mudança da Sede municipal para Alexânia até hoje é lembrada e contada em tons de ressentimento pelos moradores mais velhos de Olhos d'Água. Tal realidade resultou em alguns prejuízos ao desenvolvimento socioeconômico atual da comunidade destacando-se: ausência completa de transporte público de passageiros, entre Olhos d'Água e Alexânia, para condução diária; poucos postos de trabalho e emprego à população economicamente ativa; ausência de capacitação de mão de obra; e migração intensa da população mais jovem para cidades vizinhas em busca de emprego e formação.

Os moradores locais entrevistados disseram que a falta de interesse do governo municipal em realizar investimentos voltados ao bem estar da comunidade tem sido recorrente nas diversas administrações. Informaram também, que há muito tempo aqueles moradores que têm interesse em estudar ou trabalhar precisam buscar essas condições fora da comunidade, através da migração pendular ou definitiva, quando se dirigem para as cidades de Brasília, Goiânia e Anápolis, que oferecem oportunidades de emprego e estudo.

3. O distrito de Olhos D'Água: origem e evolução

As discussões acima indicam que a origem do município de Alexânia se deu no distrito de Olhos d'Água, que dista 14 quilômetros daquela Sede, e cujo acesso ocorre por estrada pavimentada. Os primeiros registros da ocupação deste distrito datam do ciclo da mineração em território goiano – século XVIII, e, posteriormente, com as fazendas de gado e da agricultura. Já nos primeiros decênios do século XX, as famílias trabalhavam para três grandes fazendeiros locais em troca de moradia e um pouco de comida (Silva, 2017).

Desde então, passou a crescer o povoado de Santo Antônio de Olhos d'Água que, nessa época, pertencia ao atual município de Corumbá de Goiás. Assim, no período de 1910, teve-se o início do povoamento e, até fins da década de 1950, o núcleo consolidou-se como distrito a ser transformado em município e Sede, política e administrativa, no ano de 1958 (IBGE, 2010).

Na origem da ocupação, as famílias foram desenvolvendo um modo de vida próprio. Para manterem-se e alimentarem-se elas plantavam milho, feijão, arroz, mandioca, ervas aromáticas, algodão, fumo e mantinham pequenas criações. Organizavam seus arranjos produtivos locais que se tornaram autossuficientes às demandas dos moradores (Silva & Araújo Sobrinho, 2016).

Além disso, produziam, para seu uso utensílios – de madeira e barro - como panelas, potes e artigos de tecelagem. E o isolamento do povoado, associado a sua capacidade produtiva, contribuiu para que as pessoas criassem um modo de vida próprio. Tornaram-se autossuficientes na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade; fiavam e teciam as próprias roupas e faziam os utensílios de que necessitavam – gamelas, colheres de pau e cestas, além de construir suas próprias casas. O contato com outras comunidades se dava, esporadicamente, por intermédio de viajantes que traziam para trocar o que ali não era encontrado, ratificam os autores.

Destarte, a transformação de Olhos d'Água em município, em 1958, contribuiu ainda mais para sua consolidação territorial e tanto a agricultura quanto o artesanato foram as atividades propulsoras da economia local. Desde a origem, até meados da década de 1960, Olhos d'Água era autossuficiente em razão do “povo produzir tudo de que necessitava e só trazer de fora o sal, que vinha de Minas Gerais” (<http://olhodogoiias.blogspot.com.br/2009/02/primeira-casa.html>, recuperado em 15 de setembro, 2014).

Todavia, em 1961, esse processo foi interrompido pela transferência das funções administrativas para a nova Sede, Alexânia, que também representava o ideário municipal de modernidade. A sua localização estratégica na borda da nova BR-060 beneficiaria o desenvolvimento municipal pela frequência e intensidade dos fluxos resultantes da presença da rodovia que ligaria as duas cidades mais importantes do interior do Brasil - Brasília e Goiânia (Silva, 2016).

Resultou, então, que a perda da condição de Sede municipal trouxe prejuízos à organização produtiva local. Alguns moradores venderam suas propriedades, abandonaram as lavouras e se mudaram para a nova Sede onde passaram a comercializar ou realizar atividade econômica diversa.

Nesse cenário, os arranjos produtivos locais sofreram rupturas que levaram à desarticulação da economia local (Silva & Sobrinho, 2017). Assim, o desafio posto era desenvolver novas possibilidades econômicas que contribuíssem para reversão da estagnação econômica, social e política em que a comunidade passara a viver.

Entretanto, transcorreram-se alguns anos e foi apenas após 1973 que as famílias despertaram e reconheceram a necessidade de valorização da própria identidade por meio do resgate dos seus valores culturais, das crenças e da elaboração artesanal. Nessa perspectiva, ações foram empreendidas no desenvolvimento do projeto de Arte e Educação executado por meio de uma Escola localⁱⁱ.

Nesse contexto, teve-se a produção de cerâmicas e artesanatos em palha, em tecidos e em madeira; e a preparação e realização de festas gestadas no âmbito da própria comunidade. Nesses ajuntamentos e reuniões, entre moradores, a memória e o saber local eram materializados na preparação das danças, das músicas e dos alimentos. E todas as festas - religiosas e profanas - resultavam de um processo que tinha origem na produção agrícola e no cotidiano local, que possibilitavam o repasse dos conhecimentos às novas gerações.

Sobre os festejos Pelegrini (2009) afirma que as festas e as cantigas a elas associadas são sons que fazem aflorar sensibilidades que nos reportam para histórias de um tempo pretérito e, simultaneamente, presente nas redes de sociabilidades da comunidade. No caso de Olhos d'Água, os festejos são expressões entrecortadas por caminhos que dialogavam com os sentidos do lugar, que levam a comunidade a se reconhecer como parte essencial da nova conjuntura política municipal; não como ideário de modernidade, mas enquanto memória viva do município.

Segundo aquele autor, os artesãos também constituem patrimônio cultural local e conformam a memória viva de dada comunidade, ou seja, eles conjugam representações da memória social local. Por meio das entrevistas realizadas, percebeu-se que as peças artesanais traduzem o saber dos antepassados, seja através dos materiais usados - matéria prima e base da produção - ou por meio das cores, formas e padronagens que refletem também as crenças e valores tradicionais. E mesmo a inspiração para a produção dos artefatos resulta do cotidiano local.

minha produção; que me inspira” (Informação verbal, 2016).

O contexto assinalado indica que, na comunidade em estudo, em tempos pretéritos, o modo de vida das famílias era reflexo de sua relação com seu lugar de vivência. E no transcurso do tempo resultaram em elementos e expressões que se materializaram localmente nas festas religiosas, na culinária, nos artefatos e utensílios produzidos pelos primeiros moradores, cuja função e simbolismo foram compartilhados com seus descendentes. Essas referências identitárias foram essenciais e constituíram-se em elos que vincularam as gerações futuras aos seus marcos históricos ligados ao lugar. E nem mesmo a perda da Sede política e administrativa, em favor de Alexânia, foi capaz de apagar esses referenciais identitários. As pessoas encontraram na cultura o elo comum que fortaleceu e propiciou a retomada de sua história e a resistência comunitária no contexto municipal alexaniense.

Figura 2. Artesãos da Comunidade de Olhos d'Água.



Fonte: Correio Brasiliense (2015). **Legenda:** Da esquerda para a direita: Fatinha, Madalena e Lourenço.

Na figura 2, observam-se alguns dos principais artesãos de Olhos d'Água que fizeram parte, quando crianças, do projeto de arte e educação desenvolvido na escola local. Atualmente, são lideranças comunitárias e referências regionais na produção artesanal do município de Alexânia.

A artesã Fatinha relatou que em todos os eventos, estaduais ou internacionais que participa se apresenta como Fatinha de Olhos d'Água. Ela diz ser mais significativo para si. “Não sou Fatinha de Alexânia; sou a Fatinha de Olhos d'Água. Tudo começou aqui; Olhos d'Água veio antes de Alexânia e é esse lugar que permite a

4. Patrimônio Cultural: função social, identidade e memória em construção

Antes de adentrarmos na discussão sobre patrimônio cultural e patrimonialização em Olhos d'Água, convém apresentar uma rápida evolução da noção desse termo. Patrimônio cultural é um conceito mais recente que, no transcurso do tempo, tem evoluído, lenta e gradualmente, com o fim de abranger um sentido conceitual mais ampliado. De acordo com Costa (2010, p. 51), os significados atribuídos a essa materialidade, ao longo de um processo histórico, resultam da

necessidade de que o termo envolva “uma gama de objetos, ritos e significados que abarque a superposição de conceitos e práticas culturais envolvidas na trajetória de sua construção ao longo do tempo”.

Para Mohen (1999), a origem dessa noção partiu da ideia de monumento enquanto objeto isolado a ser contemplado e preservado, até a concepção mais recente, que cobre, de maneira complexa, diversos bens e tesouros do passado, materiais e imateriais. Assim a expressão patrimônio cultural, enquanto conjunto do que é transmitido consciente e inconscientemente pelos homens tem sua origem no século do iluminismo, adquirindo força jurídica durante o século XIX, enquanto patrimônios criados paralelamente à construção das nacionalidades de diversos países europeus.

Nessa perspectiva, Costa (2010, p. 38) trata da consagração do patrimônio mundial partindo do processo histórico de ampliação da noção de patrimônio e dos significados atribuídos a essa materialidade, ao longo do tempo, nas cidades, até se tornar uma “mercadoria mundial (des)localizada”.

Com isso posto, depreende-se que a noção de patrimônio cultural têm ganhado robustez progressivamente ao longo do século XX; a “partir do pós-guerra valoriza-se a noção de conjunto e a superação da arquitetura como obra de arte independente e isolada. De monumento a patrimônio histórico, centro histórico, patrimônio cultural, que por sua vez é reconhecido como material e imaterial” (Costa, 2010, p. 52). Desde então, teve-se o início de uma nova política de resgate do passado, da valorização dos centros históricos e da ampliação de definições conceituais. Para Arjona (1986, p. 11), desde então, a “identidade do objeto como valor de referência foi a expressão assumida para reconhecer-se, ou seja, para identificar-se com aquilo que forma parte da sua história”. Para o autor deve-se tomar patrimônio material e imaterial como complementares, faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural.

Entretanto, Costa (2010, p. 50) reforça que foi apenas “na segunda metade do XX que as manifestações populares começaram, gradualmente, a serem vistas como bens patrimoniais em si, sem que objetos fossem convocados a ratificá-las”. Para Sant’Anna (2010), essa prática de preservação não tem origem primária na Europa, mas em países asiáticos e no então chamado Terceiro Mundo, cujo patrimônio, em grande medida, é constituído das criações populares, menos importantes na materialidade, sendo vinculadas diretamente ao conhecimento popular, práticas populares e processos culturais.

À luz dessas reflexões, pretende-se apresentar a comunidade de Olhos d’Água como patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, com forte expressividade territorial no contexto municipal de Alexânia. Isso porque, essa comunidade, após vivenciar momentos de introspecção e desarticulação política, conseguiu reafirmar sua importância através da reinvenção das festas tradicionais e da produção artesanal resultante dos saberes originários local – todos reproduzidos agora sob forte influência de perspectivas culturais contemporâneas.

Nossa análise parte da utilização do termo patrimônio cultural por compreender que ele contém uma noção mais ampliada de patrimônio. Para Costa (2010, p. 51), esse termo “abrange a superposição de conceitos e práticas culturais envolvidas na trajetória de sua construção ao longo do tempo”.

Para o autor, tal a análise não se desvencilha, por um lado, do mistério imaterial que o ronda, do invisível que o permeia, de sua força memorial, de seu conteúdo significativo escondido em suas formas. Por outro lado, não se “desvencilha, tampouco, das transformações do seu valor simbólico, dos novos sentidos a ele atribuído, por meio de sua apropriação estratégica pela indústria cultural. (p. 51). Desse modo o autor afirma que patrimônio cultural – material e imaterial - “engloba tudo que é dotado de significado cultural irreplicável. É um referencial de memória viva” (Costa, 2010, p. 56).

Nessa linha de reflexão, toma-se a comunidade de Olhos d’Água - os casarios e o sítio histórico - como patrimônio cultural material. Já as manifestações culturais (comidas típicas, festividades e a Feira do Troca) são tomadas como patrimônio cultural imaterial. Em conjunto, essa materialidade é essencial à comunidade sob três principais facetas: à função social; ao sentido da memória; e, também, na construção identitária e na configuração estrutural do território, este nos permite estabelecer um diálogo com Costa (2010).

Em referência à função social, o patrimônio cultural de Olhos d’Água contribui no fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar e, também, na edificação da cidadania. As entrevistas realizadas indicaram que a comunidade reconhece a necessidade de recuperação da própria identidade e dos valores culturais por meio da preservação dos casarios e do sítio histórico local. Além destes, citam também as festividades como a Feira do Troca e as Festas do Divino e da Quadrilha Junina. São ajuntamentos precedidos de preparação que envolve os sistemas produtivos agropecuários - que se constituem em insumos à elaboração de alimentos -, peças artesanais, danças, poesias, cantigas e músicas.

Quanto ao sentido da memória da tradição e da cultura, a memória, enquanto patrimônio cultural, está associada à disposição de retenção e armazenamento de informações, sentimentos e imagens constituintes da identidade individual e coletiva. Ao que Pelegrini (2009, p. 33) afirma que essas identidades referem-se as “culturas e aos modos de entender o mundo, condição essencial para a continuidade das práticas culturais e para a reconstrução em si desse processo”.

Em referência a última faceta, o patrimônio material e imaterial indicado, na comunidade em estudo, reforça a construção da identidade e da consciência de pertencimento ao local, que possui sentido no papel individual de construção coletiva dos moradores com seu espaço de vida. Para aquele autor, a proteção do patrimônio natural, das paisagens e dos bens culturais (móveis ou imóveis, materiais ou imateriais) resulta diretamente na melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação das memórias e das identidades é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público.

Destarte, o patrimônio em Olhos d'Água reforça a tradição local que é continuamente recriada. Entretanto, em diálogo com Castriota (2009), aqui a tradição não seria vista como uma dimensão cristalizada, imóvel da cultura, ou seja, o presente a repetir o passado através daquilo que dele herdou. Ao contrário, a memória enquanto tradição cultural dialoga com a “plasticidade da cultura”, ao apontar para o fato de que todos os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação.

Desse modo, nesse contínuo processo de modificação cultural Castriota (2009, p. 22) indica que “não haveria uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo”. É nesse diálogo que se observa as novas aderências que recebem as expressões culturais em Olhos d'Água: na festa, na produção artesanal ou na culinária. Essas transformações resultam do contato intercultural que representa o grande motor do avanço das culturas que, em diálogo, conseguem incorporar elementos trazidos das outras culturas.

Por fim, o patrimônio cultural de Olhos d'Água tem sido essencial para a construção identitária e a configuração estrutural do território local. Nesse sentido, a formação da identidade local parte daquela perspectiva discutida por Pelegrini (2009, p. 32) que afirma ser ela formada a partir de um

Processo contínuo e complexo de construção do 'sujeito' individual em relação ao outro, de constituição de identidades grupais definidas por meio de critérios como a aceitabilidade e a credibilidade que se afirmam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais, tornando-os reciprocamente unificados diante de determinado interesses.

Nesse diálogo, Arjona (1986, p. 13) afirma que a identidade cultural está expressa como uma

consequência e não como um objeto em si: se conserva isso porque nos reconhecemos no patrimônio e a consciência de reconhecer-se historicamente em seu próprio entorno, físico e social, cria um caráter ativo da identidade cultural pela ação de conservação que isso gera.

Resulta, então, que o princípio da identidade cultural se produz através do patrimônio e também como uma consequência dele. Desse modo, dentre as representações patrimoniais da comunidade, daremos relevo a Feira do Troca que, por meio das entrevistas realizadas, foi indicada como o evento emblemático que melhor traduz a história da luta das famílias pelo resgate de sua cultura local. Os depoimentos indicaram que, depois da Feira, a comunidade reconquistou sua estima e seu lugar de destaque no contexto municipal, pois o evento além de mobilizar as famílias locais, em sua organização, também atrai centenas de pessoas de todo o estado. E, durante os dias do evento, há enorme visitação de turistas que movimentam a economia local. Some-se a isso a participação de muitos artesãos e produtores que vêm comercializar suas mercadorias. A feira ocorre duas vezes ao ano e tem enorme força de mobilização de toda a comunidade, que participa de todo o processo – da produção artesanal e cultural, do planejamento e execução do evento.

5. O papel da Feira do Troca como patrimônio cultural em Olhos D'Água

Embora o início do povoamento em Olhos d'Água date da primeira metade do século XX, o padrão arquitetônico colonial serviu de inspiração para as primeiras edificações locais. Sobressai o bom estado de conservação das edificações, os tons coloridos das casas e a sua disposição espacial em torno de uma ampla área gramada e arborizada, que tem ao centro uma igreja e um cruzeiro, como observado na figura 3.

A arquitetura das edificações, a disposição das ruas e a característica pacata e tranquila da

cidade criam um ar interiorano e brejeiro. Esse conjunto material desperta o interesse daquele visitante urbano acostumado ao concreto e ao asfalto predominante nas grandes cidades.

Além da paisagem bucólica chamam a atenção, ainda, a produção artesanal, as festas e a cultura alimentar que passaram a ser valorizadas também pelas famílias locais, quando enxergaram que a importância da comunidade residia na sua história e memória. Assim, identificaram que precisavam rememorar, festejar e repassar esses valores às novas gerações.



Figura. 3 – Vista da área central de Olhos d'Água: casarios e igreja.

Fonte: SILVA, E. A., 2015.

Para além da Feira do Troca, consideram-se também como marcos identitários a culinária representada pelo arroz-com-pequi; o artesanato em cerâmica, metal e pedra; as toalhas tecidas nos teares familiares - que são alimentados por fios produzidos a partir do algodão plantado e colhido pelos moradores; as bonecas de pano adornadas com roupas e cabelos coloridos; as peças em argila; e, as imagens sacras - confeccionadas com a palha do milho cultivado na própria comunidade. Essa produção artesanal é permanente e destinada a outros espaços de exposição e comercialização externos a Olhos d'Água.

É nesse cenário que se constrói a identidade cultural da comunidade com seu espaço de reprodução. No bojo desse movimento, tem-se também instalada uma dinâmica socioespacial, que resulta e reflete na relação entre os sujeitos sociais aí presentes com seu lugar de vida. Assim, estabeleceram-se processos de constituição territorial que conduz, de modo crescente, o sentido de pertencimento com o lugar.

Por meio das entrevistas realizadas e de pesquisas junto ao site da comunidade constatou-se que a Feira do Troca ocorre duas vezes ao ano, no primeiro domingo dos meses de junho e dezembro. A Feira, como expressão identitária local, possui alcance regional. Durante a realização do último evento, no mês de dezembro de 2014, identificamos pessoas que vieram das cidades de Brasília (DF) e dos seguintes municípios goianos:

Goiânia, Abadiânia, Anápolis, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Pirenópolis, Águas Lindas e Valparaíso.

Esse evento resulta da participação das famílias que, até os dias atuais, realizam a atividade como forma de manterem suas tradições e se auto-afirmarem para além da esfera municipal. A primeira Feira ocorreu em dezembro de 1974 e nela os produtos da “roça” eram trocados pelos produtos da “cidade”, atendendo ao objetivo do eventoⁱⁱⁱ. Durante os seis meses que antecede cada feira, a comunidade se prepara. Empreende esforços tanto na produção de cultivos agrícolas quanto na elaboração de peças artesanais, para venda e troca durante os três dias de realização das festividades associadas ao evento, que começa sexta a noite estendendo-se até domingo a tarde. Nesses dias ocorrem exposições de danças, músicas e comidas tradicionais. E a comunidade, que possui em torno de 1.445 pessoas (IBGE, 2010), fica tomada por quase 5 mil visitantes de cidades próximas, conforme a Figura 04 a seguir, que retrata a realização da feira em junho de 2016.

A Feira ocorre na praça da cidade e esse espaço é um local de encontro e confraternização entre moradores e visitantes. Ao olhar do visitante desatento, que não guarda relações de pertencimento com a comunidade, talvez a feira pareça mais um espaço de consumo transplantado para uma área singular - a bucólica comunidade - ou seja, apenas um canal para o escoamento da produção artesanal local. Entretanto, quando se observa nos detalhes percebe-se a importância desse evento para a integração da comunidade; como espaço de convivência; de encontro e prosa.

Figura 4. Feira do Troca em Olhos d'Água.



Fonte: Santos Neto, J. L. (2016). Legenda: da esquerda para a direita: exposição de produtos destinados à troca; artesanatos em cerâmica; e. apresentação cultural.

A Feira contribui na definição da identidade da comunidade de Olhos d'Água e, ao mesmo tempo, é resultado de sua construção histórica na produção da paisagem e do seu território construído. Para Castells (2000), a construção de identidades forma-se a partir do que é fornecido pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas; pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações religiosas. Nesse sentido, a comunidade continua em processo de construção de sua identidade ao preservar as construções históricas – igreja, casarios e praças –, mas também, ao manter a realização periódica das festas religiosas e profanas acompanhadas de comidas típicas e danças que eram realizadas desde os seus antepassados. É um patrimônio pois continua a pertencer a alguém, individual ou coletivamente na construção identitária dessa comunidade e na configuração estrutural de seu território. Esta concepção de patrimônio é discutida por Costa (2010).

Assim, pode-se depreender que a comunidade estudada tem se recriado ao produzir o seu território, por meio da elaboração de novos valores e elementos culturais, materiais ou simbólicos, que no universo pessoal e por meio da memória coletiva ressignificam-se através de expressões culturais como a Feira do Troca, o artesanato, a arquitetura, as festas e as comidas, que são elementos identitários e de tradições expressos como prática cultural.

6. Para não concluir

Pelo exposto, identifica-se na comunidade de Olhos d'Água que as expressões e representações locais constituem seu patrimônio cultural - material e imaterial. O primeiro materializa-se nos casarios, no sítio histórico local, na culinária - representada pelo arroz com pequi -,

e na produção artesanal - peças em argila, metal e pedra; toalhas produzidas nos teares familiares -; bonecas de pano; imagens sacras, etc.. E a paisagem bucólica - as cores, as formas e a disposição da arquitetura local - traduz um modo de vida pretérita resultante das relações do cotidiano rural goiano.

Quanto ao patrimônio imaterial tem-se nas festividades como a Feira do Troca, as Festas do Divino e da Quadrilha Junina as maiores representações identitárias local. Essas expressões e representações identificam a comunidade, que ganha relevo no contexto municipal com um modo de vida próprio. A comunidade encontrou nesses elementos o elo comum que a fortaleceu e propiciou a retomada de sua história e resistência no contexto municipal alexaniense. E é essa história e memória que precisavam ser festejadas e transmitidas às novas gerações. São esses referenciais que demandam ações públicas no sentido da sua valorização. Para Pelegrini (2009, p. 31), políticas voltada à preservação desse patrimônio pode resultar na “melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação das memórias e das identidades é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público”.

Na discussão aqui realizada, procedeu-se com um recorte a partir da Feira do Troca pelo seu papel emblemático no resgate identitário da comunidade. Esse evento – bem como toda a preparação que o antecede - está atrelada ao cotidiano dos moradores como parte de suas vidas, de sua história e seguem com eles na sua compreensão e relação com o mundo.

Desta forma, a construção da identidade local ultrapassa a noção materializada da feira. Está na produção agrícola e na colheita que é a base para a produção artesanal. Reside, também, nas ações que dão movimento e sentido de ser dos sujeitos sociais envolvidos no cotidiano que antecede a feira (plantar, colher, decidir

coletivamente o que produzir, até a confecção dos artesanatos) na preparação do evento e na sua realização propriamente. A feira é resultado dessa construção identitária, que por seu turno é fortalecida tanto pelo evento em si, quanto pelos processos que o antecedem. Mas, como a própria identidade está em permanente construção, a forma de apropriação e de sentidos atribuídos ao evento também são múltiplos e relacionam-se ao espaço e ao tempo. Esta discussão é trabalhada por Lima (2013).

Essa festa é construída por meio da participação da comunidade que, até os dias atuais, realiza como forma também de manter suas tradições e se autoafirmar para além da esfera municipal. Nela, também, os laços de pertencimento entre as pessoas e o lugar se fortalecem. Não obstante a nova aderência que a feira tenha recebido, ao longo do tempo, e que podem descaracterizar a sua essência, ela ainda constitui-se em singular elemento de fortalecimento comunitário (Silva, 2016).

Para Costa (2015, p. 35), essas aderências são consequência de “um processo de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária”. Para o autor essa ressignificação é denominada de “patrimonialização global”. Esta se constitui em um processo que é definido como o “brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovida pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação” (Costa, 2015, p. 35).

Em Olhos d'Água, observou-se tanto o movimento da própria comunidade quanto de iniciativas da gestão pública municipal voltadas à inserção da Feira do Troca no calendário turístico do estado. A padronização das estruturas (bancas e tendas) voltadas à exposição das peças artesanais, a programação cultural, a organização e a divulgação do evento evidenciam um processo de espetacularização do evento voltado à visitação turística. A consequência marcante no sentido da Feira para a comunidade é que, na atualidade, predominam a oferta de artesanatos voltados apenas à venda, o que nega a proposta original da feira que pretendia ser um espaço de trocas.

Outro elemento observado é que a divulgação do lugar e do patrimônio material e imaterial desse distrito tem sido a estratégia de mercado utilizada para atrair o público consumidor. A visitação turística além de consumir os produtos ofertados na feira também acessa serviços de hospedagem e gastronomia disponível na comunidade.

Entretanto, esse patrimônio cultural de Olhos d'Água, que tem se tornado um produto em

potencial ao desenvolvimento do turismo, precisa ser preservado (Silva & Sobrinho, 2015). É esse modelo de turismo que tem se tornado hegemônico na sociedade contemporânea, exige precaução, pois transforma a cultura em mercadoria; e, faz com que o patrimônio, cada vez menos, represente a diversidade cultural dos povos e perca seu referencial de memória viva ao se tornar um produto, conforme discute Costa (2010).

Para o autor, a mercantilização desenfreada dos bens faz com que eles percam sua principal função que é a de esclarecimento e transforma-se num fetiche, incorporando um mundo de consumo e tornando-se peça central da máquina reprodutiva do capitalismo. Desse modo, o autor ratifica que a crescente mercantilização dessas expressões culturais envolve o patrimônio cultural em uma lógica dialética de uma *construção destrutiva*, onde os bens culturais do mundo têm seus sentidos metamorfoseados em prol da indústria cultural do turismo.

Notas

ⁱOs critérios que estabelecem essa regionalização estão indicados na Lei Complementar (Constituição Federal) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

ⁱⁱFoi um projeto realizado, a partir de 1973, pela escola local, cujo objetivo era repassar os conhecimentos tradicionais de produção artesanal. Os alunos tinham, no currículo formal, aulas de produção artesanal diversa e seus professores eram os artesãos mais antigos que foram convidados a repassar esse conhecimento tradicional como forma de resgate cultural da comunidade (Entrevista realizada, 2015).

ⁱⁱⁱEntretanto, nas observações realizadas em atividade de campo em dezembro de 2015, identificou-se o predomínio de mais produtos voltados à venda em detrimento daqueles destinados à troca. Isso aponta para as inevitáveis mudanças nos propósitos originais da Feira.

7. Referências bibliográficas

- Abdallah, A. (2015). *Alexânia: a cidade dos meus sonhos*. Alexânia, GO: Gráfica e Arte.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Arjona, M. (1986). *Patrimônio Cultural e Identidad*. La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas.
- Castells, M. (2000). *A sociedade em rede – a era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Castilho, D. (2009). *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. (Tese de doutorado).

- Universidade Federal de Goiás/UFG, Goiânia, GO.
- Castriota, L. B. (2009). *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo, SP: Annablume.
- Claval, P. (2008). Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana. In A. Serpa (Org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Costa, E. B. (2010). *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial*. São Paulo, SP: Humanitas/FAPESP.
- Costa, E. B. (2015). *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade mundo*. São Paulo, SP: Humanitas/FAPESP.
- Haesbaert, R. (2004) *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Mohen, J. P. (1999). *Les sciences du patrimoine: identifier, conserver, ressaurer*. Paris, França: Éditions Odili Jacob.
- Lima, L. N. M. (2010). A apropriação da cultura pelo turismo, a revalorização e a ressignificação das identidades culturais. *GEOgraphia*, 12 (24), pp. 150 – 166. doi: <https://doi.org/10.22409/geographia.v12i24.387>
- Lima, L. N. M. (2013). O turismo, a reinvenção e a espetacularização na Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás (GO). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6 (1), pp. 53 – 64. Recuperado de <http://www.sbectur.org.br/rbectur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/390>
- Pelegrini, S. C. A. (2009). *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Sant'Anna, M. (2010). A cidade- atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, 3, pp. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1686/980>
- Santos, M. (2004). *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Silva, E. A., & Araújo Sobrinho, F. L. (2015). A Escala Local como Objeto de Análise Geográfica: a influência do eixo Brasília-Goiânia na dinâmica territorial de Alexânia – Goiás – Brasil. In Anais do II Congresso Internacional SETED-ANTE (pp. 1351-1362). Santiago de Compostela, Espanha: Universidade de Santiago de Compostela/USC.
- Silva, E. A. (2016). A Feira do Troca na comunidade de Olhos d'Água (GO): da afirmação cultural a apropriação pelo turismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9 (2), pp. 273 – 284. Recuperado de <http://www.sbectur.org.br/rbectur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/946>
- Silva, E. A. (2017). *A reconfiguração territorial de Alexânia (Goiás) a partir do eixo Brasília-Goiânia*. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília/UnB, Brasília, DF.
- Sobrinho, F. L. A. (2008). *Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia, MG.

Sites Acessados

- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. (2017, 18 de maio). Carta de Fortaleza. Recuperado de <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Fortaleza 1997.pdf>
- Prefeitura de Alexânia. (2016, 13 de janeiro). Recuperado de <http://www.alexania.go.gov.br>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. (2016, 14 de fevereiro). População e Indicadores Sociais. Recuperado de <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520030>
- Instituto Mauro Borges, IMB. (2015, 02 de abril). PIB Trimestral do Estado de Goiás: 4º trimestre – 2014. Recuperado de http://www.imb.go.gov.br/pub/pib/pibgot_rimestral/pibgo4tri2014.pdf

Perspectivas del turismo en el Barrio Mágico San Pedro Atocpan en función de su condición como espacio periurbano

Adriana Dennise Rodríguez Blanco ¹

Resumen: El turismo es fundamental en la economía de México. En la Ciudad de México opera desde 2011 el programa Barrios Mágicos Turísticos, e incluye un espacio periurbano, San Pedro Atocpan, que, gracias al mole, destaca como referente gastronómico de la capital. El objetivo principal de este artículo es comparar la visión del turismo desde tres posturas: desde la academia, se encontró que las actividades ofertadas pueden llamarse recreativas; desde la postura gubernamental, la prioridad resultó ser la promoción de cualidades *únicas*; y desde la percepción de los visitantes y lugareños, la localidad se construye desde el hecho de que viven *diferente*, en donde el turismo aún no tiene un papel bien definido.

Palabras clave: San Pedro Atocpan, Barrio Mágico Turístico, mole, espacio periurbano

Perspectivas do turismo no Bairro Mágico San Pedro Atocpan em função da sua condição de espaço periurbano

Resumo: O turismo é fundamental na economia do México. Na Cidade do México, o programa Barrios Mágicos Turísticos tem operado desde 2011, incluindo um espaço periurbano, San Pedro Atocpan, que, graças ao mole, se destaca como referência gastronômica da capital. O principal objetivo deste artigo é comparar a visão do turismo a partir de três posições: da academia, na qual se verifica que as atividades oferecidas podem ser classificadas como recreativas; do ponto de vista governamental, a prioridade resultou na promoção de qualidades únicas; e da percepção de visitantes e residentes locais, na qual o local se constrói a partir de um distinto modo de vida, em que o turismo ainda não encontra um papel bem definido.

Palavras-chave: San Pedro Atocpan, Barrio Mágico Turístico, mole, espaço periurbano

Perspectives of tourism in Magical Touristic District San Pedro Atocpan based on its condition as a peri-urban space

Abstract: Tourism is essential in Mexican economy. In Mexico City, since 2011, Magical Touristic Barrios program operates, and it includes a periurban space, San Pedro Atocpan, that, thanks to the mole, it is a gastronomical reference in the capital city. The main task in this paper is to compare the vision of tourism in three positions: from academy, it was found that the offered activities may be catalogued as recreational; from government position, the priority was the promotion of unique qualities; and from both visitors and residents, the place is built from the fact that they live different, where tourism has not a defined role yet.

Keywords: San Pedro Atocpan; Magical Touristic Barrios; mole; peri-urban spaces

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹ Licenciada em Geografia pela Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM.
 Email: cyoux16@gmail.com

1. Introducción

El turismo ha estado presente en la historia del hombre ilustrado (Sue, 1987), pero a partir de la reactivación económica en el periodo de posguerra, en la segunda mitad del siglo XX, creció de manera exponencial. En la era de la globalización se ha popularizado la cultura del ocio, pues hoy en día el esfuerzo productivo cotidiano y el ocio constituyen atributos inseparables de las personas, lo que acelera la difusión de manifestaciones culturales (Vinueza, Marchante & Hernández, 2008); incluso, autores como Turner y Ash (1991) observan la creciente tendencia de comercializar la necesidad humana de viajar.

Una variable que ha aparecido en los estudios recientes sobre turismo, y que responde a la diversificación de la oferta, es la *magia* como elemento discursivo para consolidar destinos turísticos. Para Picard (2011, p. 2), la *magia* atribuida a los destinos turísticos es un “elemento constitutivo del pensamiento moderno y las formas de vida social que éste ha delineado (...) crucial para mantener y renovar los destinos, que legitiman el orden político y moral de la vida moderna”.

La articulación del sector turístico en diversos países de Latinoamérica responde a la lógica neoliberal que permea todas las actividades económicas (Vich, 2006), por lo que la adopción de la *magia* como motor de funcionamiento de diversos programas gubernamentales en México resulta un caso de especial interés, ya que ha terminado por consolidar la apuesta de diversos gobiernos de este país –fundamentalmente aquellos de la década de 1980- para convertir el turismo en un proyecto nacional.

El siglo XXI trajo consigo programas concretados *gracias a la magia*. En 2001, el Programa Nacional de Turismo definió por primera vez una política de turismo cultural para el país, al establecer “acciones que evolucionen la puesta en valor de los sitios arqueológicos, coloniales, manifestaciones de arte y tradiciones, monumentos y edificios históricos, así como otras expresiones culturales...” (Fernández, 2016). El Programa Pueblos Mágicos es el mejor ejemplo de la adopción institucional de uno de los esquemas de ganancias más rentables: la promoción del turismo.

Este programa se basó en la premisa de “revalorar a un conjunto de poblaciones del país que siempre han estado en el imaginario colectivo de la nación en su conjunto y que representan alternativas frescas y diferentes para los visitantes nacionales y extranjeros” (SECTUR, 2001), de forma tal que los atributos de las comunidades permitan un desarrollo sustentable gracias a su singularidad, carácter y

autenticidad. Las consecuencias de este programa han sido muy discutidas; particularmente, en cuanto al turismo cultural, se ha señalado su capacidad de catalizar fenómenos de turistificación y mercantilización del patrimonio (Delgadillo, 2015), mientras que por otro podría permitir una revalorización e identidad de los atractivos (Castañeda, 2012).

La Ciudad de México se excluyó del programa federal al no cumplir con el criterio establecido de población máxima permitida (20.000 habitantes), por lo que la Secretaría de Turismo local (SECTUR-DF), para compensar esa situación, durante la jefatura de gobierno encabezada por Marcelo Ebrard aprobó en 2011 la creación del Programa Barrios Mágicos Turísticos (PBMT), cuya dinámica es similar a la del programa federal, puesto que opera con los mismos principios de resaltar lo *diferente* de la ciudad.

En la delimitación de perímetros del PBMT surgen dos notables excepciones: de las 21 áreas contempladas en el programa gracias a su *resistencia a la urbanización*, San Andrés Mixquic, en el límite oriental de la delegación Tláhuac, y San Pedro Atocpan, al norte de la delegación Milpa Alta, son espacios periurbanos, lo que los distingue del resto de Barrios Mágicos Turísticos, localizados dentro de la mancha urbana (figuras 1 y 2). San Pedro Atocpan, además, resulta de particular interés al ser uno de los pueblos donde se concentra la infraestructura y la actividad económica de la delegación menos urbanizada de la Ciudad de México.

Figura 1. San Andrés Mixquic ofrece como atractivo turístico su festividad originaria más importante, el Día de Muertos.



Fuente: Portal de turismo <https://mas-mexico.com.mx/las-tradiciones-de-dia-de-muertos-en-mixquic/>

Figura 2. San Pedro Atocpan atrae visitantes gracias a su variada gastronomía, centrada en el mole (elaborado de manera local). Ambos lugares representan espacios de resistencia a la urbanización, al conservar sus tradiciones.



Fuente: Portal de turismo <https://tuespacio.com/feria-nacional-del-mole/>

Al reconocer la particularidad espacial de la localidad, así como su potencial turístico y su resistencia a la urbanización, se planteó un trabajo que se sustentó en las siguientes preguntas de investigación:

1. ¿Cuál es la percepción de los habitantes de San Pedro Atocpan acerca del turismo en su localidad?
2. ¿Qué cambios, sociales, espaciales y económicos, han ocurrido en la localidad a partir del nombramiento como Barrio Mágico Turístico?
3. ¿De qué manera la promoción turística de San Pedro Atocpan contribuye a su vinculación con el resto de la ciudad?

2. Posiciones cognoscitivas

La discusión teórica sobre el turismo es muy amplia. Desde su concepción como industria, en la que se define como un conglomerado que integra corporativos, empresas privadas, instituciones de gobierno y grupos sociales (Contreras & Muñoz, 2014), hasta otras definiciones que lo etiquetan como una forma de imperialismo (Nash, 1992), un fenómeno exógeno a las sociedades que lo albergan (Nicolas, 2006), o una institución política de la modernidad (Picard, 2011), se trata de un término muy utilizado en ciencias sociales, pues es una actividad económica cada vez más globalizada. En el caso de América Latina ha cobrado relevancia, en

especial el turismo cultural como alternativa a las opciones tradicionales de sol y playa, debido a la gran riqueza patrimonial de esas naciones (CONACULTA, 2013).

Otras definiciones permiten atisbar la transversalidad de la actividad turística en la sociedad, la economía y el territorio, por ejemplo, se le denominó como “un sistema de actores, de prácticas y de lugares que tiene por objetivo permitir a los individuos desplazarse para su esparcimiento fuera de su lugar de vida habitual” (Equipe MIT, 2002, p. 31); mientras que la definición más reciente de la Organización Mundial de Turismo (OMT) lo caracteriza como “un fenómeno social, cultural y económico, que involucra el desplazamiento de personas hacia países o lugares fuera de su entorno habitual para propósitos personales, profesionales o de negocios” (OMT, 2012).

El concepto turismo ha evolucionado, así como las perspectivas desde las que se analiza. En 1987, por ejemplo, fue analizado por R. Boullón como un sistema de oferta y demanda; para Urry (2002) lo estudió como parte de la oposición entre trabajo y ocio, con los desplazamientos como elemento básico para construir el concepto; en 1994 la OMT lo definía con una temporalidad mayor a un día y menor a un año consecutivo, separando así las actividades de ocio de las turísticas (Soneiro, 1991), mientras que las posturas contemporáneas ya no son excluyentes en cuanto a temporalidad y hablan de una diversificación de las actividades, que ahora se perfilan para propiciar la búsqueda de experiencias auténticas (Cohen, 2005).

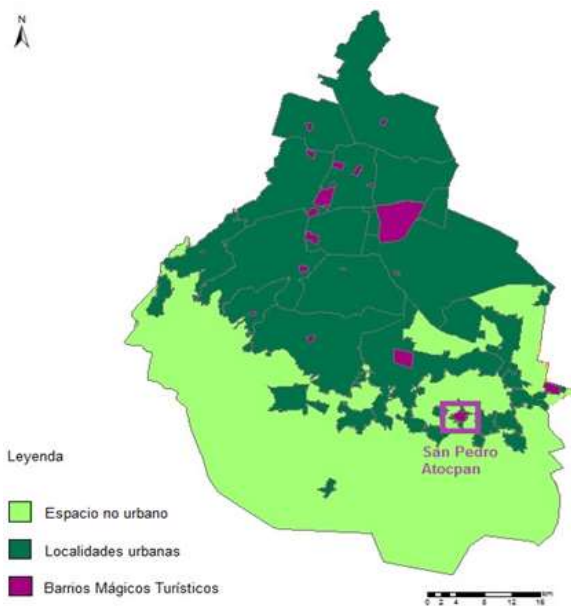
Al ser una actividad productiva, el turismo no queda exento del sistema de producción, por lo que debe analizarse el cambio histórico que ha sufrido, pues ha sido permeado por el neoliberalismo en forma de marketing, que busca incrementar la cantidad y calidad de los bienes y servicios consumidos por los individuos, denominados *commodities* (Higgins-Desbiolles, 2006; Mosedale, 2016), por lo que podría definirse como “un proceso global de mercantilización y consumo, que implica flujos de personas, capitales, imágenes y culturas” (Fraga, Khafash & Ordoñez, 2015, p. 37).

Su estudio desde la disciplina geográfica se ha construido desde el análisis del territorio, por lo que tiene la capacidad de aportar una mejor comprensión de la relación sociedad-espacio (Nicolas, 2006), pero también ha incorporado nuevas perspectivas, como aquella proveniente de la visión de sus visitantes o de quienes residen en los espacios turísticos (Sizzo, 2012); aportaciones desde el enfoque empresarial que se sirve de herramientas auxiliares como el marketing, o desde una concepción crítica, que analiza la distribución de la

riqueza entre los países receptores y los emisores (Turner & Ash, 1991).

En cuanto a los espacios periurbanos, se trata de una conceptualización en construcción. La tipificación clásica de las localidades –en función de los servicios y población - durante mucho tiempo se limitó a dos categorías: rural y urbano. Dentro de la redefinición del marco conceptual empleado en la disciplina geográfica ha surgido el término *espacio periurbano*, que hace referencia a “una interfase entre el sistema urbano y el entorno natural, caracterizado por ser un área de reserva urbana y cinturón verde, estructurada desde, por y para la ciudad” (Velázquez, 2002, p. 54). Esta particularidad espacial es compatible con la realidad de San Pedro Atocpan, (figura 3), por lo que se utiliza esta categoría de análisis para caracterizar la localidad.

Figura 3. La localización de San Pedro Atocpan, en la franja menos urbanizada de la ciudad, así como los usos de suelo que presenta (alternancia entre usos agropecuarios y habitacionales dentro de un área catalogada como suelo de conservación) permiten inferir su carácter periurbano



Fuente: Modificado de Blanco (2017)

3. San Pedro Atocpan en el imaginario colectivo de la Ciudad de México

San Pedro Atocpan –que en náhuatl significa “sobre tierra fértil”- se localiza en Milpa Alta, Ciudad de México, y vive una realidad diferente de las características que rigen en casi toda la metrópoli, tanto desde el punto de vista económico como el ambiental, social y cultural; pues en esta delegación aún son importantes las actividades

primarias, además de que cuenta con el 100% de su territorio como suelo de conservación, lazos comunitarios y organización social fuerte, así como elementos identitarios únicos (figura 4), dentro de los cuales se encuentra la elaboración del mole.

Figura 4. Desde 1976, las familias que elaboran el tradicional platillo del mole se organizan en una feria anual para que los visitantes disfruten las variedades que ellos mismos han perfeccionado. En la edición de 2007, esta enorme cazuela de barro a la entrada del pueblo presumía el título de *Capital del mole*, mismo que aún se utiliza para promoción turística.



Fuente:

<http://universonublado.blogspot.mx/2007/10/feria-del-mole-de-san-pedro-atocpan.html>

Esta delegación destaca del conjunto metropolitano desde el punto de vista histórico (figuras 5 y 6). El origen de este asentamiento ocurrió antes de la llegada de los mexicas al Valle de México; de raíces chichimecas y en frecuente alianza con los xochimilcas, el poblado resistió los procesos de anexión al imperio azteca y a la posterior colonización española. No obstante, en 1529 la población se convirtió al catolicismo a cambio de mantener las propiedades comunales ya establecidas (INAFED, 2005), y hasta 1854 perteneció al Estado de México, aunque en la época de Juárez se incorporó a la capital, bajo las figuras administrativas de los ayuntamientos de Milpa Alta y Atocpan.

Debido a su cercanía con Morelos, el territorio milpaltense fue importante como puente comercial entre el Valle de México y el de Morelos; asimismo, en la época de la Revolución Mexicana tuvo gran importancia debido a que fue el lugar en el que se ratificó el Plan de Ayala, en el pueblo de San Pablo Oztotepec (Custardoy, 2003; Wachter, 2006). Las actividades económicas más importantes hasta inicios del siglo XX fueron la producción de hortalizas, la elaboración y venta de pulque, comercialización de carbón y aprovechamiento forestal.

En 1928 se documentaron los inicios de la industria del mole en San Pedro Atocpan, platillo traído del exteriorⁱⁱ, con el cual comenzó a surgir una actividad económica relevante que sirvió de alternativa a la agricultura, que estaba arraigada en general en toda la demarcación. Desde la década de 1940, la delegación comenzó a urbanizarse, se conformó una estructura artesanal productora de alimentos con orientación al comercio y el turismo, y se inició una mayor comunicación con el resto de la ciudad a través de Atocpan, lo que facilitó el establecimiento de la producción comercial de nopal hacia el resto de la ciudad (Wacher, 2006).

Figura 5 y 6. El Zócalo de la Ciudad (izquierda) y Milpa Alta (derecha) en la década de 1920. Hay un claro contraste entre un paisaje plenamente urbanizado, y con transporte propio de la época, y otro de carácter rural, en el que tiene una gran relevancia la organización comunitaria.



Fuentes: <http://www.mexicomaxico.org/zocalo/zocaloEV.htm> y <https://www.pinterest.com/pin/491947959275329287/>

Debido a su cercanía con Morelos, el territorio milpaltense fue importante como puente comercial entre el Valle de México y el de Morelos; asimismo, en la época de la Revolución Mexicana tuvo gran importancia debido a que fue el lugar en el que se ratificó el Plan de Ayala, en el pueblo de San Pablo Oztotepec (Custardoy, 2003; Wacher, 2006). Las actividades económicas más importantes hasta inicios del siglo XX fueron la producción de hortalizas, la elaboración y venta de pulque, comercialización de carbón y aprovechamiento forestal.

En 1928 se documentaron los inicios de la industria del mole en San Pedro Atocpan, platillo traído del exteriorⁱⁱⁱ, con el cual comenzó a surgir una actividad económica relevante que sirvió de alternativa a la agricultura, que estaba arraigada en general en toda la demarcación. Desde la década de 1940, la delegación comenzó a urbanizarse, se conformó una estructura artesanal productora de alimentos con orientación al comercio y el turismo, y se inició una mayor comunicación con el resto de la ciudad a través de Atocpan, lo que facilitó el

establecimiento de la producción comercial de nopal hacia el resto de la ciudad (Wacher, 2006).

La importancia de la actividad agrícola en Milpa Alta es innegable, incluso en la actualidad, ya que contribuye con el 100% de la producción de nopal, el 38.2% de maíz grano y el 14.1% de la avena forrajera comercializados en la Central de Abastos de la Ciudad de México (PDDU, 2011: 29); no obstante, Atocpan comenzó a desapegarse de la actividad agrícola a lo largo del siglo XX gracias al despunte de la elaboración artesanal del mole.

Se ha generado una importante variedad de este platillo, que comenzó a ofertarse a los visitantes que llegaban en fines de semana a los restaurantes y expendios especializados gracias a la inauguración de la nueva carretera Xochimilco-Oaxtepec en 1975 (PDDU, 2011).

Otro factor que aumentó la afluencia de visitantes a la localidad fue la instauración de la Feria del Mole, iniciada en 1976 y continuada de manera anual hasta la actualidad, lo que ha resultado en una fuente de empleo estable para los lugareños, que encontraron en la elaboración del mole una opción para no desplazarse a trabajar en otras delegaciones; de acuerdo a diversos medios periodísticos^{iv}, más del 90% de los trabajadores de San Pedro Atocpan se dedica a la preparación y venta del mole, quienes distribuyen el 60% de la producción de mole de todo el país (Hursh, 2008).

Por otra parte, el gobierno, tanto en nivel estatal como local, ha tomado acciones y emitido publicaciones que permiten inferir que se busca impulsar una actividad de carácter turístico, tomando al mole como el factor detonante para llevarla a cabo, pues a partir de 2011 – año en que se

concretó el programa Barrios Mágicos Turísticos- se ha enfatizado el potencial de la localidad en este rubro, con la organización de eventos de corte cultural además de la Feria del Mole, como, por ejemplo, el Tianguis Turístico.

4. Metodología

La geografía de la percepción ha tenido un desarrollo histórico complejo. Surgida como una alternativa dentro de los estudios de lo urbano, en la década de 1950, se fortaleció como enfoque al definir el espacio en función del valor que se le da desde cada individuo o colectivo social (Muñoz, 2008), con fuertes bases en la psicología. En 1960, la publicación de *La imagen de la ciudad*, de Kevin Lynch, concretó la elaboración de una metodología para entender la conciencia perceptiva que tenían los habitantes de una ciudad, mediante el uso de mapas mentales (Lynch, 1998). Esta obra sentó el antecedente para que surgieran nuevas maneras de conocer los espacios, más allá de la cartografía formal.

En México, la geografía de la percepción se ha utilizado en varios campos: desde perspectivas electorales, ambientales, de prestación de servicios de salud, transporte, inseguridad y discriminación; en cuanto a temas de turismo, se ha empleado en trabajos sobre percepción comunitaria, de experiencias turísticas, y metodologías cualitativas aplicadas a casos particulares, aunque en general es un enfoque que apenas comienza a despuntar en los estudios turísticos (Blanco, 2017).

El primer intento de combinar aportes de métodos cualitativos y cuantitativos se presentó en 1971, en el trabajo de Metton, que buscó conocer la percepción de niños y adolescentes acerca de los barrios en que vivían, mediante el uso de cuestionarios y mapas mentales, a los que dio procesamiento estadístico, así como el análisis de mapas cognitivos (Muñoz, 2008). Para este trabajo se empleó un método cuantitativo (encuestas) y uno cualitativo (entrevistas), ya que ambas son “una ventana para aproximarse a los significados que los sujetos le otorgan a los lugares, a las prácticas espacializadas” (Lindón, 2008, p. 13), y están asociadas a interrogantes formuladas desde la perspectiva y la experiencia de las personas.

Las encuestas fueron llevadas a cabo en dos contextos diferentes, el primero, en temporada baja (75), en los alrededores del centro de la localidad; el segundo, durante la Feria Nacional del Mole (50), con la finalidad de conocer la procedencia de los visitantes a San Pedro Atocpan, sus principales motivaciones para ir, su percepción de la localidad con respecto a la ciudad, la forma en que se habían

enterado del lugar como posibilidad de visita, y si el distintivo de Barrio Mágico Turístico había influido en la decisión de ir al lugar.

Conocer la percepción de las personas que visitan San Pedro Atocpan resultó fundamental para saber si el lugar es, en su opinión, capaz de ofrecer atractivos que justifiquen el interés del gobierno —a nivel delegacional y estatal- en promocionarlo como sitio turístico, así como la relación de la localidad con la Ciudad de México; pero también resultó de suma importancia ver el panorama desde la perspectiva de la comunidad local, lo que dio paso a la formulación de un guion para entrevistas semi-abiertas (10) que permitieran saber un poco más de la cotidianidad del sitio, e indagar si el turismo forma parte del mismo.

En cuanto al análisis de la postura gubernamental, los datos fueron extraídos de documentos oficiales como el Plan Delegacional de Desarrollo Urbano y publicaciones del poder legislativo estatal, en los que claramente se hace alusión a las condiciones que podrían permitir la consolidación del turismo, además de folletos proporcionados por la oficina local de Promoción Turística. Un fragmento, extraído de un Boletín de la Asamblea Legislativa del Distrito Federal, refiere que

(...) el pleno de la Asamblea Legislativa aprobó el Programa Delegacional Urbano de esa delegación [Milpa Alta]... Entre los objetivos fundamentales, resalta la propuesta de un programa de mejoramiento de poblados rurales dirigido a dar mayor proyección turística y cultural a eventos como la Feria del Mole. El programa permite la creación de corredores estratégicos, de carácter turístico, para mejorar o crear los espacios propios de las ferias locales (...) El documento prevé el impulso al desarrollo económico local, el mejoramiento de las condiciones de vida de la población y el respeto a la tradición cultural de sus habitantes, teniendo como marco de referencia su relación con la ciudad... (ALDF, 2011).

El documento anterior, junto con otros, vuelven evidente que la condición de vida de la delegación es diferente a la del resto de la ciudad, y se manifiesta una voluntad de mantener sus tradiciones, pero, por otro lado, se desea iniciar y consolidar una actividad turística centrada en el mole, lo que tal vez podría llegar a constituir en sí mismo un planteamiento contradictorio.

5. Hallazgos relevantes

En la primera muestra de visitantes (75), se hace evidente que más de la mitad proceden del sur

de la ciudad (61.33%), lo que permitiría inferir un área de influencia territorial a nivel zona. No obstante, pese a que podría parecer que tienen porcentajes de participación poco importantes, el hecho de que existan visitantes foráneos (8%) y del extremo norte de la ciudad (4%), implica que el área de influencia no es exclusiva para el sur, aunque dicha zona se aprecia como el principal emisor de visitantes.

Casi la mitad de los encuestados (47%) indicó que el pueblo se encontraba lejos de la ciudad; mientras que una tercera parte lo percibió cercano a ella. En gran parte, quienes respondieron con esta última opción residen en Milpa Alta o en delegaciones aledañas. Por otra parte, quienes respondieron que el pueblo está aislado de la ciudad, en su mayoría fueron quienes llegaron de las delegaciones del norte o del Estado de México.

Un poco más de la mitad de los encuestados (35 de 75) refirió que San Pedro Atocpan está a una distancia considerable del centro de la ciudad; mientras que una tercera parte mencionó que el transporte no es adecuado. Otro factor importante fue el tiempo invertido en el viaje (16 de 75), así como la necesidad de atravesar Xochimilco o Tláhuac para llegar, pues suelen presentar tráfico muy denso debido a cierres viales por fiestas patronales (26 de 75). En general, la mayoría de los participantes veían poco atractivo el hecho de invertir una hora de viaje o más, aunque los habitantes del sur – y los del Estado de México – parecen estar más habituados a trayectos similares.

El 97.33% de los encuestados definió la localidad como un pueblo, y la razón más importante para justificar su respuesta fue que la gran importancia dada a conservar sus tradiciones, en contraste con lo que suele vivirse en el resto de la ciudad; y una vez que los encuestados se enteraban de la condición de Barrio Mágico de la localidad (un dato poco conocido, incluso entre los lugareños), se buscó conocer si, en efecto, creían que San Pedro Atocpan poseía algún rasgo importante que justifique esa distinción. Cabe mencionar que tres cuartas partes de los encuestados afirmaron que sí lo merece; el resto no.

Los resultados muestran que, para los encuestados, tiene un gran peso saber que en San Pedro existen tradiciones que sus habitantes protegen y fomentan, así como el valor cultural que asocian con la tradición gastronómica de elaboración del mole. Otras razones importantes fueron que el lugar se percibe como bonito y tranquilo (16%), y también que se perciba como un sitio dentro de la ciudad y a la vez muy diferente de ella (10.66%), lo que refiere a una búsqueda por romper la cotidianidad. Por el contrario, quienes no

consideraron que el lugar merece ese nombramiento mostraron indiferencia hacia sus rasgos (18.66%) o cuestionaron que ahora muchos lugares sean etiquetados como mágicos (4%), sin que quede claro el por qué.

Es importante analizar que el comportamiento de los visitantes fue diferente al de la encuesta hecha en “temporada baja”. En ella, cerca de la mitad de los encuestados (44%) refirió que acostumbra desde hace varios años-la mayoría indicó un mínimo de cinco años atrás; otros, más de quince- realizar una visita en cada Feria del Mole, mientras que una tercera parte acudió por primera vez, y el 24% había ido en algunas ocasiones, pero no de manera continua.

De los encuestados de la segunda muestra (50), realizada en uno de los días de la Feria del Mole, 27 personas (54%) hicieron referencia a que la Feria es el máximo atractivo del pueblo; incluso, muchas de ellas expresaron no conocer otra cosa importante de San Pedro además de dicho evento; 22 personas mencionaron que lo más atractivo son los restaurantes del pueblo, cuya especialidad es el mole, debido a que perciben un ambiente familiar y una mayor calidad del producto en esos lugares que durante la propia Feria.

En cuanto a la percepción del lugar respecto a la urbe, prácticamente las opciones de “cercano” y “lejano” resultaron igualadas. La mayoría de quienes contestaron “cercano”, viven en Milpa Alta o sus alrededores, y todas las personas de fuera de la ciudad respondieron lo mismo porque saben que el pueblo pertenece, administrativamente, a la Ciudad de México. En cambio, quienes respondieron “lejano”, fueron los que emplearon más de hora y media para llegar, atravesaron grandes distancias, emplearon más de dos modalidades de transporte o superaron condiciones de tráfico intenso, condiciones que generaron una percepción negativa respecto de la conexión con el resto de la ciudad.

En el 36% de los casos, lo que motivó a los visitantes para acudir a San Pedro fue la propaganda, presente tanto en anuncios espectaculares en la carretera y en la ciudad, como en los microbuses de diversas rutas del sur de la ciudad; en segundo lugar, la motivación ocurrió por la recomendación de familiares y amigos (32%) y el trabajo de instituciones y asociaciones civiles en grupos sociales concretos, en especial de adultos mayores (18%). Finalmente, la televisión (6%) y las redes sociales (8%) fueron factores menos relevantes.

En cuanto a las entrevistas a locatarios y residentes, estructuradas con cuatro preguntas abiertas direccionadas a conocer la evolución de la actividad en torno al mole y la presencia de elementos que permitan inferir al consolidación de

una actividad turística, los extractos más relevantes se resumen en el siguiente cuadro (los nombres de los entrevistados se omiten por temas de confidencialidad).

En cuanto a la evolución de la localidad, la mitad de los informantes expresó que sí ha habido un cambio gradual, sobre todo en cuanto a la economía, pues se han dejado lentamente las

trabajar acá... éramos campesinos, monteros, jornaleros, y vivíamos del monte, del campo, de los que nos daba. Vivíamos del temporal. San Pedro ha trascendido la pobreza (sic) que anidaba en otros pueblos gracias a la industria del mole y al comercio, porque se trajeron de otros pueblos cómo se hacían las cosas, y las hicieron aquí, el mole, ser comerciantes”.

Cuadro 1. Resumen de las opiniones vertidas por los entrevistados sobre el turismo en la localidad

Percepción acerca del turismo en la localidad
Restaurantes en fines de semana, pero no es algo muy promocionado o extraordinario
Poco y mal planeado, las visitas guiadas no son de calidad. Mayor afluencia de visitantes en la iglesia y los restaurantes
Visitantes de fin de semana, pero es más importante el comercio que el turismo. Aun así sería bueno promocionar más
Es una apuesta de la delegación, pero no se avanza como debería porque hay otras prioridades
Popularidad de los restaurantes en fin de semana y mayor proyección de la Feria del Mole
La Feria se expande cada vez más, la gente busca un producto auténtico. Hay más empleo
Ha aumentado, debido a la calidad de la gastronomía, y eso deja empleo
Es bueno, llega gente de otros estados a conocer la comida, y eso deja buen dinero
Muy bien, la gente se interesa cada vez más en conocer lo que como pueblo se vende, trae empleos
Como una oportunidad en cuanto a lo económico, así como de posicionar el producto a nivel nacional

Fuente: Blanco (2017).

actividades agropecuarias para dedicarse de lleno a la elaboración del mole y comercio de materias primas. Quienes mencionaron no ver cambios en la localidad, en general, fueron los más jóvenes.

Un tema de gran relevancia para los habitantes de la localidad resultó ser la confianza. Los lazos comunitarios en San Pedro Atocpan son muy fuertes, incluso al punto de que, según un entrevistado, “nosotros terminamos haciendo las cosas que debería hacer la delegación”. Varios entrevistados más refirieron que la gente es muy organizada, y que “hasta de nuestro propio bolsillo sale a veces para las cosas importantes, como las reparaciones de la iglesia, la fiesta de algún [santo] patrono o cosas de la Feria del Mole”, lo que resalta los aspectos que consideran más importantes en su vida cotidiana.

En cuanto a las actividades económicas, los entrevistados en general mencionaron un cambio gradual. De acuerdo con uno de ellos,

“...hasta los sesentas, setentas (sic) aquí hacíamos agricultura para nosotros; todos, o la mayoría, tenemos terrenos de labor en los cerros por nuestros abuelos, después esos terrenos los han comprado, los que vienen de Querétaro o de Toluca o de Oaxaca, y ya se quedan a

Otros entrevistados también hicieron alusión a que históricamente, como pueblo, dejaron la agricultura para ser comerciantes, y que eso los distinguió del resto de los pueblos de Milpa Alta, y uno más hizo referencia a que buena parte de la iniciativa de los habitantes, para dedicarse a dichas actividades, fue tomada por las mujeres, que, al tener a sus esposos trabajando en el campo, decidieron aprender a preparar el mole y luego a introducir sus propias variantes para contribuir al ingreso familiar.

En este sentido, el mole es fundamental en la cotidianidad del pueblo, puesto que, de acuerdo con los habitantes, es por mucho la mayor fuente de empleo, aunque provoca posturas divididas. Por una parte, una parte de la población, en especial los jóvenes, ve en el mole un negocio redituable, mientras que el resto identifica al mole como una tradición arraigada en las familias, aunque parece predominar una concepción conciliatoria entre ambas posturas, en la que el mole se define como un platillo que se reinventa continuamente, que genera empleo y mantiene familias unidas.

Un tema de especial relevancia, surgido a lo largo de las entrevistas, resultó ser la escolaridad. Hay un contraste marcado entre quienes concluyen

únicamente la secundaria, con la idea de ser sus propios patrones, y quienes buscan concluir una carrera para tener más posibilidades. El sentir general, entre las personas de mayor edad, puede sintetizarse en el siguiente extracto de una de las entrevistas:

“Aquí como que no nos cuadra esa idea [de estudiar]. En San Pedro muchos dicen que no, los que tienen dinero dicen ‘yo para qué quiero ir a la universidad, con mi lana, tengo a dos contadores y un abogado, y soy su patrón, y les mando’... Yo no soy universitario, para qué, de esa manera yo soy el patrón. Muchos lo dicen”.

En cambio, las personas de menor edad refirieron que necesitan estudiar más para abrirse camino y no ser sólo los dependientes y empleados de los patrones, pero no están en conflicto con la idea de ser emprendedores; incluso, uno de los entrevistados refirió conocer gente con licenciatura o maestría que poseen algún negocio de mole. Este tópico parece ser un factor importante para la conformación de la identidad de los que se identifican a sí mismos como san pedreños.

La relación de San Pedro con la ciudad, desde el punto de vista de los entrevistados, es difícil en cuanto a infraestructura vial, y se hace un particular énfasis en el estado de las vías de comunicación: complicadas, caóticas por el constante cierre de calles, con tráfico y baches, son algunas de las descripciones que se hacen de las mismas. Asimismo, también resulta importante para los lugareños la diferencia que perciben en su localidad con respecto a la ciudad, un lugar más tranquilo, más ciudadano, más familiar, características que, según ellos, la distinguen hasta el punto de que los de otras delegaciones creen que somos provincia.

Algo que también resulta relevante en este aspecto es un sentido de pertenencia al pueblo, y que no se vive en otros sitios, según los entrevistados: uno refirió que, aunque no todos los comerciantes *aguantan* hacer tres o cuatro horas para vender sus productos, están arraigados al lugar; y otro expresó que

“(...) algunos sanpedreños terminan asimilándose (sic) en otros lugares; pero terminan regresando, como se puede ver cada año, a finales. Porque tienen familia, porque tienen raíces, y eso no es muy común en el resto de la ciudad”.

En cuanto al turismo, éste parece no acabar por repuntar como algo relevante en la localidad. Los entrevistados expresaron diversos puntos de vista al respecto, la mayoría de ellos positivos, pero

no parecen darle una importancia especial: “estaría bien que se hiciera, pero hay otras cosas que hacer”, “pues sí, viene gente los fines de semana, a ver la iglesia y a comer en los restaurantes, está bien”, “han aumentado los comensales, porque saben que el mole de aquí es de gran calidad”, son algunas de las expresiones vertidas por los entrevistados, en las que se hace evidente que el término turistas o turismo no está muy presente en la cotidianidad de San Pedro.

Se reconoce a la Feria del Mole como la mayor fuente de empleos, y como la máxima expresión de nuestro platillo, que puede posicionarnos a nivel nacional, pero en apariencia no se relaciona con la posibilidad de establecer una actividad turística consolidada en torno a una mística del mole. De acuerdo al encargado de la oficina de Promoción Turística, es una línea del Plan de Desarrollo que se

“tiene que expresar, como por inercia... pero falta una visión integral. San Pedro es Barrio Mágico no porque la delegación haya hecho cosas, sino porque por sí mismo tiene algo que mostrar. No lo hizo la autoridad, lo hicimos nosotros [como pueblo]”.

6. Conclusiones

El análisis de discurso de los visitantes y locales entrevistados, sumado a la inexistencia de hoteles, agencias de viajes y otras instalaciones asociadas a la infraestructura turística en la localidad, ponen en entredicho el carácter de la actividad que se desarrolla en torno al mole, que las autoridades han etiquetado como turística. Asimismo, una posible integración de la localidad a la ZMVM a través del turismo se ve refutada por el gran número de opiniones que ven en sus tradiciones y su cotidianidad un fenómeno muy diferente de lo que se vive en la ciudad central. Incluso, diversos extractos dejan entrever que no consideran deseable esa circunstancia, pues se considera como valiosa la diferencia que existe entre la localidad y el resto de la ciudad.

Los residentes y locatarios entrevistados, así como los puntos de vista expresados por los visitantes, permiten entrever que el turismo en San Pedro Atocpan es una actividad suplementaria, pues se le otorga mayor importancia al comercio y a la llegada de consumidores a los restaurantes en temporalidades bien definidas –fines de semana y octubre, cuando se realiza la Feria– que a la recepción de turistas, que en general están más asociados al estereotipo del extranjero con la cámara fotográfica (Cohen, 2005) que a lo que la gente de la localidad percibe como comensales o visitantes, ya

que realizan actividades con una duración menor a 24 horas, surgiendo así la cuestión de la temporalidad como una contraparte al discurso oficial, pues por sus características corresponde más a una actividad recreativa.

La actividad turística, de por sí con muchas aristas, se vuelve aún más difícil de analizar cuando ocurre en un espacio periurbano, que se ha convertido en una expresión territorial derivada de la reestructuración de los procesos contemporáneos (Sánchez, 2004), en el que los cambios se dan de manera aún más rápida que en los centros urbanos ya establecidos, pues suelen albergar mayor variedad de actividades económicas, dentro de las cuales la agricultura dejó de ser el eje articulador, pero sigue predominando una cotidianidad rural (Arias, 2005; Flores, Corona, Espinoza, Avilés, Juárez & Garza, 2009).

En el caso particular de San Pedro Atocpan, de acuerdo con fuentes oficiales y corroborado por habitantes entrevistados, la economía hace cincuenta años dejó de girar en torno a la agricultura –presente aún en el resto de los pueblos de Milpa Alta- en favor de la industria del mole; y de acuerdo a fuentes institucionales, podría ser posible que al adoptar al mole como platillo distintivo de la localidad (lo que en 2011 se consolidó en el distintivo de Barrio Mágico Turístico), el turismo cobre mayor relevancia en la economía de la localidad.

También hay que considerar que las diversas disciplinas que analizan el fenómeno turístico han evidenciado que hay varias consecuencias–y no todas ellas de carácter económico- para los territorios en los que esta actividad se desarrolla. Algunas de ellas son los cambios sociales, que pueden provocar fragmentación por un enfoque empresarial, o cohesión al interior de la comunidad debido a la eliminación de desigualdades (Mosedale, 2016); culturales, ya sea en una revalorización de los atractivos, o una pérdida de identidad debido a la comercialización de los mismos (Delgadillo, 2015; Castañeda, 2012) e incluso ambientales (Higgins-Desbiolles, 2006).

La relación estudiada entre turismo e integración a la metrópoli no permite formular una teoría concluyente. En primer lugar, el fenómeno parece responder más a las características de una actividad recreativa (Boullón, 1987) y no una turística, como refieren las autoridades en diversos documentos. En segundo, la ausencia de una categoría espacial definitiva para la localidad –que este trabajo fue definida como espacio periurbano, pero al ser un lugar en transición puede analizarse desde más categorías, como la de nueva ruralidad

(Sánchez, 2004; Arias, 2005; Rivera & Campos, 2008) - constituye una particularidad que puede derivar en grandes beneficios o perjuicios para la comunidad local debido a su alto dinamismo.

El trabajo de campo permitió contrastar la concepción del turismo que tienen los diversos niveles gubernamentales con la realidad que las personas viven de manera cotidiana o durante el tiempo destinado a visitar el lugar. En primer lugar, mostró que San Pedro Atocpan es un lugar muy atractivo para los habitantes de la zona sur de la ciudad, pero que poco a poco – en buena medida gracias a las campañas publicitarias de instancias gubernamentales- comienza a extender su área de influencia. Pese a ello, el nombramiento de Barrio Mágico Turístico no parece ser una razón de peso para motivar a potenciales visitantes, pues presumiblemente no ha tenido la difusión suficiente: incluso, los residentes señalaron que ni siquiera en la comunidad es un dato muy conocido.

De acuerdo con lo observado, la relación entre la localidad y el resto de la Zona Metropolitana del Valle de México es compleja. La poca accesibilidad dificulta un tránsito ágil de las personas que deben trasladarse desde o hacia San Pedro, además de que las rutas de transporte atraviesan delegaciones con vialidades congestionadas. No obstante, el intercambio comercial es intenso, si se toma en cuenta que el mole y las materias primas de San Pedro Atocpan están presentes en mercados de muchas delegaciones y en la Central de Abastos, pues el comercio se intensificó al verse beneficiado con la construcción de la carretera a Oaxtepec. Además, la función ambiental que cumple en general toda la delegación Milpa Alta - dentro de la cual se ubica San Pedro- es un aporte que no se puede olvidar, debido al rápido crecimiento urbano que pone en peligro las áreas rurales remanentes.

En cuanto a la actividad turística, es discutible si ésta existe en la localidad, pues cuenta con una estructura deficiente para albergar un fenómeno tan complejo como el turístico: no existen lugares para hospedarse, las vialidades suelen ser caóticas, los programas delegacionales en torno al turismo no tienen continuidad, aunque un enorme punto a favor es que la organización social que prevalece no ha perdido su sentido comunitario a pesar de la presión de la urbanización, y contempla con agrado, en general, el hecho de que la llegada de visitantes permita crear más empleos.

El hecho de que San Pedro sea un espacio periurbano con aspiraciones “turísticas” abre muchas posibilidades, pero también cuestionamientos. Un espacio periurbano posee mucha dinámica, por lo que tiende a cambiar, y casi siempre en favor de una condición cada vez más

urbanizada, que parece entrar en conflicto con la preservación de costumbres y tradiciones de la localidad. Por otra parte, el turismo en espacios a las afueras de la ciudad tiende a causar que el sitio se transforme en lo que los visitantes quieren ver, alterando la cotidianidad de sus habitantes, lo que implica una transformación espacial y social que en ocasiones, lejos de fortalecer a la sociedad que alberga la actividad turística, la resquebraja, empezando por sus actividades económicas, que empiezan a sufrir una terciarización.

La actividad turística suele verse como un solución milagrosa para las economías locales (Dachary, 1991), pero han surgido casos muy específicos – como Venecia v, en Italia- que demuestran que la planificación no es sólo deseable, sino necesaria, para que la economía no se unifique en torno a esa actividad y que a su vez el destino no supere su capacidad de carga. Por eso mismo, es imperativo señalar que existen abismos profundos entre la implementación de políticas turísticas en nuestro país; por ejemplo, las iniciativas federales de Pueblos Mágicos y Viajemos Todos por México son independientes de las estatales, como los Barrios Mágicos Turísticos, y de las delegacionales.

A nivel delegacional, las iniciativas turísticas en Milpa Alta se pierden o retrasan debido a que se prioriza el presupuesto disponible en sectores como el agroindustrial vi o el de desarrollo económico, pero en ocasiones son rescatadas e impulsadas por

la sociedad organizada; incluso, la Feria del Mole fue ideada y organizada por primera vez exclusivamente por gente del pueblo, hasta después se dio apoyo por parte de la delegación, en el aspecto logístico.

Si bien, el origen de la adopción del mole como platillo representativo en la localidad es incierto, permitió que familias originarias dejaran la pobreza y se convirtieran en sus propios patrones: de ahí la rápida expansión del mole como negocio, cuya máxima expresión es la Feria del Mole. Hasta ahora, esta actividad se ha utilizado como argumento para intentar consolidar el lugar como sitio turístico, pero existen cuestiones que no se han tomado en cuenta, una de ellas, que el crecimiento de Milpa Alta es el mayor de todo el Valle de México (INEGI, 2015), y este poblado en particular, que genera un alto número de empleos con la industria del mole, podría verse presionado; otra razón podría ser un posible aumento en el interés por el turismo cultural.

La gastronomía del pueblo puede posicionarlo en el mapa turístico de la Zona Metropolitana del Valle de México. Pero algunas preguntas que tendrían que responderse antes de que esto ocurra son: ¿Es deseable desarrollar actividades recreativas –o turísticas- en espacios tan frágiles como los periurbanos? ¿El turismo podría llevar la urbanización definitiva a San Pedro, algo contra lo que los lugareños han tenido que luchar desde la expansión de la ciudad?

una familia acomodada que lo trajo desde Cholula. Fuente: Trabajo de campo, agosto-octubre de 2016.

Notas

ⁱ *Commodities* es el término con el que se denomina a aquellos bienes o servicios que solían ser brindados por el Estado y su suministro o existencia ahora está en manos de empresas privadas, más allá de su definición de diccionario, mercancía. Para más información de esta acepción, consultar *Breve historia del neoliberalismo*, de David Harvey.

ⁱⁱ La población local refiere diversos orígenes del platillo en su localidad: mientras unos refieren que fue introducido por un sacerdote poblano, otros hablan de una familia acomodada que lo trajo desde Cholula. Fuente: Trabajo de campo, agosto-octubre de 2016.

ⁱⁱⁱ La población local refiere diversos orígenes del platillo en su localidad: mientras unos refieren que fue introducido por un sacerdote poblano, otros hablan de

^{iv} Consultar nota periodística de La Jornada, *En San Pedro Atocpan, 92% de la población se dedica a la preparación y venta del mole*, disponible en el link <http://www.jornada.unam.mx/2007/09/23/index.php?section=capital&article=035n1cap>. Si bien es una nota de 2007, es una tendencia que, según censos económicos, persiste hasta hoy.

^v Para este particular, puede consultarse *Turismo y medio ambiente en ciudades históricas: de la capacidad de acogida turística a la gestión de los flujos de visitantes*, de María García Hernández (2000), en donde se habla de los problemas ecológicos y patrimoniales causados por la afluencia masiva de turistas a Venecia.

^{vi} Información obtenida en una entrevista, concedida por el Prof. Saúl Ríos Flores, encargado de la oficina de Promoción Turística de la delegación.

7. Referencias bibliográficas

- Arias, P. (2005). Nueva ruralidad: antropólogos y geógrafos frente al campo hoy. In H. A. Sánchez (Coord.). *Lo urbano-rural, ¿nuevas expresiones territoriales?* (pp. 123-159). Cuernavaca, México: UNAM-CRIM.
- Asamblea Legislativa del Distrito Federal - ALDF, (2011). *Aprueba ALDF nuevo Programa Delegacional de Desarrollo Urbano de Milpa Alta*. Boletín núm. 224, 31 de marzo de 2011. Recuperado el 7 de diciembre, 2017, de <http://www.aldf.gob.mx/comsoc-aprueba-aldf-nuevo-programa-delegacional-desarrollo-urbano-milpa-alta--7407.html>
- Blanco, A. D. R. (2017). *El turismo como factor de integración de un espacio periurbano a la metrópoli: El caso de San Pedro Atocpan* (Tesis de licenciatura). Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Boullón, R. (1987). *Las actividades turísticas y recreacionales*. Argentina: Trillas.
- Castañeda, Q. (2012). The neoliberal imperative of tourism: rights and legitimation in the UNWTO global code of ethics for tourism. *Practicing Anthropology*, 34 (3), pp. 47-51. Recuperado de http://www.osea-cite.org/class/quetzil/Quetzil2012_Neo-liberal_Tourism_Imperative.pdf
- Cohen, E. (2005). Principales tendencias en el turismo contemporáneo. *Política y sociedad*, 42 (1), pp. 11-24.
- Consejo Nacional para la Cultura y las Artes – CONACULTA (2013). *Políticas públicas y turismo cultural en América Latina: siglo XXI*. México: CONACULTA.
- Contreras, T. C. & Muñoz, A. P. (Coords.) (2014). *Complejidad del turismo en la frontera del conocimiento*. México: Gasca.
- Custardoy, M. T. L. (2003). *La morada de los dioses. Sistemas de cargos en Milpa Alta* (Tesis de licenciatura). Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Dachary, A. (1991). *Los impactos del turismo y sus alternativas. El caso de San Pedro Ambergris, Belice*. México: CIQRO.
- Delgadillo, V. (2015). Patrimonio urbano, turismo y gentrificación. In V. Delgadillo, I. Díaz, Ibán & L. Salinas (Coords.). *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina* (pp. 113-132). México: UNAM-Instituto de Geografía.
- Equipe MIT (2002). *Tourisme 1: lieux communs*. París: Belin.
- Fernández, B. (2016). *La política del turismo cultural en México. El caso del programa Pueblos Mágicos*. (Tesis de maestría). Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Flores, J. A. H., Corona, B. M., Espinoza, J. A. M., Avilés, R. P., Juárez, J. R., & Garza, H. N. (2009). Rurales y periurbanos: una aproximación al proceso de conformación de la periferia poblana. *Papeles de población*, 15 (61), 275-295. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S140574252009000300011&lng=es&tlng=es
- Fraga, J., Khafash, L. & Ordoñez, J. C. (2015). Turismo y ocio: mercantilización y consumo de espacios, lugares, objetos y emociones. In J. Fraga, J., L. Khafash, & J. C. Ordoñez (Coords.) *Turismo y ocio: Reflexiones sobre el Caribe Mexicano*. (pp. 25 – 43). Tenerife: Pasos. RTPC.
- Hernández, M. G. (2000). Turismo y medio ambiente en ciudades históricas: de la capacidad de acogida turística a la gestión de los flujos de visitantes. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, (20), pp. 131-148. Recuperado de http://www.tucidadcolonial.do/aplicacion/attachments/article/159/CCC_VI_Mpdf.pdf
- Higgins-Desbiolles, F. (2006). More than an industry: The forgotten power of tourism as a social force. *Tourism management*, 27 (6), pp. 1192-1208. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.05.020>
- Hursh, K. (2008). October in Actopan: Mexico's National Mole Festival. Recuperado de <http://www.mexconnect.com/articles/2945-october-in-actopan-mexico-s-national-mole-festival>
- Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática - INEGI (2015). *Encuesta Intercensal 2015*.
- Instituto Nacional para el Federalismo y el Desarrollo Municipal - INAFED (2005). *Enciclopedia de los municipios y delegaciones de México*.
- Lindón, A. (2008). De las geografías constructivistas a la narrativas de vida espaciales como metodologías geográficas cualitativas. *Revista da ANPEGE*, (4), pp. 6-26. Recuperado de <http://www.anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/8/0>

- Lynch, K. (1998). *La imagen de la ciudad* (3a ed.). Barcelona: Publicaciones Gustavo Gili.
- Mosedale, J. (2016). Tourism and neoliberalism: states, the economy and society. *Neoliberalism and the political economy of tourism*. UK: Ashgate.
- Muñoz, J. L. V. (2008). Cinco décadas de Geografía de la percepción. *Ería*, (77), pp. 371-384.
- Nash, D. (1992). El turismo considerado como una forma de imperialismo. In Smith, V. (Ed.). *Anfitriones e invitados (Antropología del turismo)*, (pp. 69-91). Madrid: Endymion.
- Nicolas, D. H. (2006). Geografía del turismo. In D. H. Nicolas & A. L. Villoria. *Tratado de geografía humana*. (pp. 401 – 132). México: Anthropos.
- OMT (2012). Tourism. In *Glossary of terms*. Recuperado de <http://www2.unwto.org/es>
- Picard, D. (2011). *Tourism, magic and modernity*. Oxford: Berghahn Books.
- Plan Delegacional de Desarrollo Urbano de la delegación Milpa Alta - PDDU (2011).
- Rivera, N. R. & Campos, J. D. (2008). Territorio y nuevas ruralidades: un recorrido teórico sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad. *Eure*, 34 (102), pp. 70-90. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612008000200005>
- Sánchez, H. A. (2004). Agricultura, periurbanización y nueva ruralidad. *Revista de Geografía Agrícola*, 33, pp. 23-46. Recuperado de <https://chapingo.mx/revistas/revistas/articulos/doc/rga-646.pdf>
- Secretaría de Turismo (SECTUR, 2001). *Bases de operación del Programa Pueblos Mágicos*. Recuperado de www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5361690&fecha=26/09/2014
- Sizzo, I. A. (2012). *El espacio subjetivo de la ciudad de Morelia en relación a su Centro Histórico y el turismo cultural. Un estudio de percepción e imagen* (Tesis de doctorado). Universidad de Castilla-La Mancha, España.
- Soneiro, J. C. (1991). *Aproximación a la geografía del turismo*. Madrid: Síntesis.
- Sue, R. (1987). *El ocio*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Turner, L. & Ash, J. (1991). *La borda dorada. El turismo internacional y la periferia del placer*. Madrid: Endymion.
- Urry, J. (2002). *The tourist gaze* (2a ed.) .London: Sage Publications.
- Velázquez, B. R. R. (2002). *La vieja agricultura y la nueva ruralidad: enfoques y categorías desde el urbanismo y la sociología rural*. *Sociológica*, 18 (51), pp. 49-71. Recuperado de <http://www.sociologicamexico.azc.uam.mx/index.php/Sociologica/article/view/File/394/370>
- Vich, V. (2006). La nación en venta: bricheros, turismo y mercado en el Perú contemporáneo. In A. Ypeij & A. Zoomers (Eds.). *La ruta andina: turismo y desarrollo sostenible en Perú y Bolivia* (pp. 187-196). Perú: Abya Yala.
- Vinuesa, M. A, T., Marchante, J. S. G. & Hernández, M. G. (Coords.) (2008). *Destinos turísticos: viejos problemas, ¿nuevas soluciones?* España: Universidad de Castilla-La Mancha.
- Wacher, M. (2006). *Nabuas de Milpa Alta*. México: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas.

Pertinencia de los conceptos régimen de valor y valor intrínseco para explicar las contradicciones en los procesos de patrimonialización.

Boris Vladimir Tapia Peralta¹

Resumen: El uso del concepto “valor intrínseco” en los procesos de patrimonialización de objetos, sitios y prácticas culturales es cuestionado por investigadores y teóricos, porque con él los valores se presentan como inmutables, intrínsecos y desligados de quienes los producen y valoran; a pesar de ello el concepto continúa vigente en el discurso autorizado sobre patrimonio, en las normas mexicanas, el ámbito académico y la práctica profesional. Con los resultados obtenidos se evidencia la inexistencia de un sistema estable de valores asignados a los objetos arquitectónicos que forman parte del patrimonio cultural mexicano; la información recogida en dos ejercicios secuenciales de valoración contingente permite sostener que el discurso autorizado sobre patrimonio se suma a otras regularidades evaluativas – o regímenes de valor - que circulan en simultáneo entre la población, y que la exposición del supuesto valor intrínseco del objeto puede incidir en la asignación social del valor.

Palabras clave: Valor intrínseco; régimen de valor; patrimonio cultural

Relevância dos conceitos de regime de valores e valor intrínseco para explicar as contradições nos processos de patrimonialização.

Resumo: O uso do conceito "valor intrínseco" nos processos de patrimonialização de objetos, espaços e práticas culturais é questionado por pesquisadores e teóricos, porque com ele os valores se apresentam como imutáveis, intrínsecos e desvinculados daqueles que os produzem e valorizam; apesar disso, o conceito continua vigente no discurso autorizado sobre patrimônio, nas normas mexicanas, no âmbito acadêmico e na prática profissional. Com os resultados obtidos, evidencia-se a inexistência de um sistema estável de valores atribuídos aos objetos arquitetônicos que formam parte do patrimônio cultural mexicano; a informação coletada em dois exercícios sequenciais de avaliação contingente permite sustentar que o discurso autorizado acerca do patrimônio se soma a outras regularidades avaliativas - ou regimes de valor - que circulam simultaneamente entre a população, e que a exposição do suposto valor intrínseco do objeto pode incidir na atribuição de valor.

Palavras-chave: Valor intrínseco, regime de valor, patrimônio cultural

Relevance of the concepts domains of values and intrinsic value to explain the contradictions in the processes of patrimonialization.

Abstract: The usage of "intrinsic value" concept in patrimonialization processes of objects, sites and cultural practices is questioned by researchers and theoreticians, because with it values are presented as immutable, intrinsic and detached from those who produce and value them; in spite of this, the concept remains as valid in authorized heritage discourse, Mexican laws, the academic scope and professional practice. The results obtained show that there is no stable system of values assigned to architectural objects that are part of the Mexican cultural heritage; the information gathered in two sequential contingent valuation exercises allows us to maintain that the authorized heritage discourse is added to other evaluative regularities - or domains of value - that circulate simultaneously among the population, and that the exposure of the supposed intrinsic value of the object can influence the social assignment of value.

Keywords: Intrinsic value; domains of value; cultural heritage

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹Mestre em Arquitetura e doutorando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura pela Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM. Email: borista40@hotmail.com

1. Introducción

I

El uso del concepto “valor intrínseco” en los procesos de patrimonialización de objetos, sitios y prácticas culturales es cuestionado por investigadores y teóricos, porque con él los valores se presentan como inmutables, intrínsecos y desligados de quienes los producen y valoran; a pesar de ello el concepto continúa vigente en el discurso autorizado sobre patrimonio, en las normas mexicanas, el ámbito académico y la práctica profesional.

En este artículo se sostiene que los procesos de patrimonialización de objetos arquitectónicos en el Centro Histórico de Ciudad de México aún se caracterizan por la imposición del discurso autorizado sobre patrimonio, del que forma parte el concepto de valor intrínseco, aunque ese sistema de valores de la élite hegemónica no parece ser compartido por toda la población aunque se imponga y difunda desde una posición de poder. Con ese propósito se discute el supuesto que constituye la base axiológica del discurso autorizado sobre patrimonio, que presenta el valor como una propiedad interna e inmutable de los objetos patrimoniales, y se apuntan sus limitaciones para explicar las contradicciones que se observan. A continuación se plantea una posición axiológica alternativa, en la que se considera al valor como una cualidad aplicada de forma contingente sobre los objetos a través de juicios de valor.

Para determinar en qué medida los principios del discurso autorizado se han incorporado en los criterios de valoración de la población, interpretar las estructuras sociales a través de las cuales se producen y distribuyen ciertas regularidades evaluativas –o regímenes de valor– y en qué medida la exposición del discurso autorizado sobre patrimonio conduce a variaciones en la asignación de valor de los edificios parte del patrimonio cultural de la ciudad se construye un mercado hipotético del valor a través de la metodología de valoración contingente; los resultados obtenidos muestran la inexistencia de un sistema estable de valores, sugieren la existencia de múltiples regímenes de valor aplicados en simultáneo sobre los mismos objetos arquitectónicos, y la posibilidad de que la exposición del discurso autorizado incida en la asignación social del valor.

II

2. El discurso autorizado de patrimonio y el valor intrínseco

El proceso de patrimonialización de áreas urbanas, zonas naturales, edificios y espacios abiertos en México se da en varios niveles; encontramos, por ejemplo: pueblos mágicos, barrios mágicos, barrios históricos y rutas históricas, que cuentan con reconocimiento oficial través de las instancias legales correspondientes. De todos ellos quizás los más relevantes, en términos de su notoriedad internacional, son los inscritos en la Lista de Patrimonio Mundial de la Unesco: México cuenta con 34 sitios inscritos, de los cuales 27 son culturales, 6 naturales y 1 mixto.

En muchos casos el reconocimiento institucional es posterior al social. Este último puede construirse históricamente a partir de múltiples factores entre los que destacan: el valor que atribuyen distintos sectores sociales a su antigüedad, estética, evocación a episodios y personajes del pasado, abundancia de recursos naturales, entre otros. La revalorización y adjudicación de nuevos valores a objetos y prácticas culturales también depende de los avances científicos alcanzados en distintas disciplinas del conocimiento.

El proceso de integración a la lista de patrimonio mundial de la Unesco con frecuencia se ha retomado en ámbitos territoriales menores para crear listas de protección de patrimonio locales, entre otros aspectos porque la firma de la Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural de 1972 compromete a los países a realizar modificaciones a su legislación para adaptarla a lo que establecen las instituciones rectoras a nivel internacional sobre el tema.

Por lo anterior se puede sostener que los conceptos y principios empleados por los expertos de las instituciones rectoras a nivel internacional tienen impacto en la creación de catálogos locales de bienes, en el ámbito académico, entre los grupos de habitantes afectados por los procesos de urbanización, en los medios de comunicación, el turismo y el lenguaje cotidiano en toda Latinoamérica, de manera que también se ha constituido en la región lo que Smith (2006) denomina el “discurso autorizado sobre patrimonio”¹.

Para explicar lo anterior se requiere diferenciar entre dos ámbitos que se entrecruzan cuando nos referimos al patrimonio. El primero son los objetos culturales que hemos creado históricamente: monumentos, sitios, ciudades, tradiciones, entre otros. Su reconocimiento social se consigue a través del uso de una serie de valores y conceptos rectores que componen el segundo ámbito; de acuerdo con esta última autora, los grupos hegemónicos privilegian el uso de unos conceptos para promover ciertos valores culturales de la élite occidental al tiempo que descartan otros.

Esos valores y conceptos conforman un discurso autorizado sobre patrimonio que, en la práctica, rige la acción de las entidades públicas y es la base de los distintos cuerpos de ley; a través de los distintos canales institucionales el discurso se distribuye de forma eficiente, lo que permite validar un conjunto de prácticas y representaciones sobre los objetos culturales al tiempo que socava otras construcciones conceptuales alternativas y subalternas del “patrimonio”, e impone los procedimientos que emplean para la reconstrucción, restauración e intervención de objetos culturales producidos en el mundo occidental a otros objetos producidos en cualquier otro sitio del mundo, aunque esos conceptos y valores no sean compartidos.

Tal generalización evita el análisis del discurso autorizado y sus limitaciones. De acuerdo con Smith (2006, p.17), David Harvey advierte que la tendencia a ver al patrimonio como un fenómeno de la modernidad provoca que se reduzca el debate sobre los procesos de patrimonialización a cuestiones técnicas específicas sobre las prácticas contemporáneas de gestión y conservación, y por consiguiente cualquier compromiso real con el debate sobre la relación entre el patrimonio y la producción de identidad, poder y autoridad queda relegada. Este discurso hegemónico permite crear un sentido de identidades “mundiales” o “nacionales” (Smith, 2006, p.113) que oculta las contradicciones internas del discurso y externas con la realidad que se busca controlar, y encubre los conflictos de clase y las relaciones inequitativas de poder de las que depende la circulación del discurso.

La permanencia y el éxito alcanzados por el discurso autorizado sobre patrimonio se deben en gran medida a que sus enunciadores se autolegitiman a través de su uso, un hecho viable solo en la medida en que gocen de una posición de poder. Las convenciones, cartas, recomendaciones y otros textos, promulgados desde la Unesco y otras instituciones rectoras a nivel internacional son parte del discurso hegemónico, a partir del cual se estructuran otros discursos más locales que lo integran, legitiman y reafirman. El discurso es continuamente reafirmado y legitimado por una comunidad de practicantes del patrimonio, que lo reconstruye permanentemente a través del respeto y compromiso con un conjunto de principios y valores subyacentes.

A partir de la incorporación del discurso autorizado en Latinoamérica el comportamiento social de una parte de la población ante el patrimonio ha variado; de presentarse, por ejemplo, como parte de las bases para la construcción de los distintos proyectos de nación pasó progresivamente a tomarse como un recurso que podría incorporarse

a distintos mercados, sin que, como sostiene Harvey (2001), el pasado - como concepto y objetos antiguos- continúe usándose para reforzar identidades grupales e individuales, tal como ha sucedido con culturas diversas, algunas de ellas muy antiguas, que no son únicamente de occidente.

De todo el complejo conjunto de información relacionada con el discurso autorizado sobre patrimonio en este artículo interesa como se aborda, desde ese punto de vista, el proceso de asignación de valor a los objetos culturales que hemos construido históricamente. De acuerdo con Yáñez (2010) el concepto central de la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural es el “valor universal excepcional”; este concepto – junto con la autenticidad y la integridadⁱⁱ - permite a los expertos establecer qué pertenece – y qué no - al conjunto de objetos culturales que conforman el patrimonio mundial, también se emplea en escalas territoriales menores, como por ejemplo en la construcción de catálogos de edificios que deben protegerse en municipios y ciudades que no forman parte de la Lista de patrimonio mundial.

El discurso autorizado sobre patrimonio indica que los objetos patrimonializados son valiosos – de hecho, más valiosos que una inconmensurable cantidad de objetos similares- porque su “[...] Valor Universal Excepcional significa una importancia cultural y/o natural tan extraordinaria que trasciende las fronteras nacionales y cobra importancia para las generaciones presentes y venideras de toda la humanidad” (Unesco, 2008).

La inclusión de objetos en la Lista de patrimonio mundial se basa en la determinación del valor universal excepcional por parte de un grupo de expertos, aunque no existe un procedimiento objetivo para su identificación, y debido a que los objetos patrimonializados no solo son considerados valiosos, sino sobre todo más valiosos que todos los demás, la conservación de ese valor universal excepcional se convertiría en una tarea colectiva que concierne a toda la humanidad. De acuerdo con Alonso (2011) desde ese punto de vista el valor es parte inherente del objeto: una posición que, de acuerdo con esta autora, tiene limitacionesⁱⁱⁱ ante todo porque, desde el discurso autorizado sobre patrimonio, el valor se plantea como una propiedad esencial que es develada por un observador supuestamente imparcial, y no una característica accidental conferida a partir de un juicio de valor.

La determinación del valor universal excepcional, supuestamente objetivo y necesario para el proceso de patrimonialización implica la construcción de una escala de valor, realizada conforme a los valores y procedimientos establecidos desde el discurso autorizado sobre

patrimonio que puede asentarse, lo mismo en las cualidades físicas del objeto, que en la utilidad simbólica que tuviera para un grupo social, por criterios geopolíticos y en atención a los beneficios económicos que puede representar su incorporación en la Lista de patrimonio mundial. En efecto, Bertacchini y Saccone (2012) demostraron que la nominación de sitios para integrar la Lista de patrimonio mundial depende de las condiciones institucionales y económicas de los países proponentes, y que su selección está sujeta a la búsqueda de rentas por parte de los distintos Estados y expertos involucrados en el proceso de toma de decisiones.

El discurso hegemónico local tiene nexos con el discurso autorizado sobre patrimonio internacional y también presenta una jerarquía estable de valores; la particularidad más evidente que presenta la escala de valor local es la forma de establecer la posición que ocupan los objetos dentro de ella. En el caso mexicano, la legislación vigente establece que esa medida objetiva del valor intrínseco está dada por su escasez, de manera que los más antiguos –más escasos- están sobre los más recientes. Se espera, por supuesto, que ese esquema de valor sea adaptado por todas las personas, lo que en la práctica conlleva que las relaciones sociales queden mediadas por sistemas de valor preestablecidos.

La legislación federal mexicana señala la existencia de tres niveles de objetos poseedores de valor intrínseco: monumentos arqueológicos, monumentos históricos y monumentos artísticos; cada una de estas categorías tiene distintas características dentro de la escala de valor propuesta a través de la ley. Los monumentos arqueológicos son todos los vestigios de épocas anteriores a la conquista española: se encuentran en la parte más alta de la escala de valor en razón a su escasez y en ellos se fundan los símbolos de identidad nacional. En el discurso, los monumentos históricos básicamente representan las formas más elaboradas de la estética virreinal, y finalmente los monumentos artísticos se resguardan porque son obra de un artista sobresaliente, aunque para integrarlos al catálogo de bienes protegidos es condición que sus autores no se encuentren vivos.

Esta escala de valor implica una diferencia entre los objetos patrimonializados y los no integrados a un catálogo de bienes que va más allá de la obligatoriedad de su conservación. Los primeros componen el conjunto de los elementos más representativos de la cultura, tan extraordinarios que trascienden fronteras espacio temporales; ello conduce a establecer una escala adicional de valor, en la cual se diferencian los objetos arquitectónicos valiosos –históricos,

artísticos y arqueológicos- de aquellos que produce la sociedad de masas, descartables, sin el mismo valor universal que los patrimoniales. Así, se traza una línea entre la cultura institucionalizada y valorada por los expertos, la que hace parte de la identidad nacional, y cultura popular no valorada por medio del discurso hegemónico: desechable, sin valor, prescindible.

En México, a través del uso del discurso autorizado sobre patrimonio, también se intentan superar las contradicciones de clase a partir de un supuesto acuerdo sobre el valor de los objetos patrimonializados. No se evidencian en el discurso hegemónico la destrucción de inmuebles y su explotación económica para beneficio de empresarios del turismo, desalojos violentos con el uso de la fuerza pública, despojo de sitios de trabajo en mercados públicos, persecución de comerciantes informales y prohibición de actividades económicas por parte del gobierno para beneficio de empresarios privados, aunque esos son efectos de la aplicación de los principios establecidos en el discurso autorizado.

En el contexto del Centro Histórico de Ciudad de México se puede observar que hay un cierto control político sobre las prácticas sociales que ocurren en las áreas cercanas a la calle Francisco I. Madero, la avenida Juárez y la Plaza de la Constitución –la zona occidental-, e intentos progresivos para hacer lo propio en las zonas norte y oriente del Centro por medio de un programa de intervenciones físicas y sociales basado en los valores que sustentan los grupos hegemónicos. En la zona occidental, donde prevalecen las élites cultural y económica el patrimonio se usa para exponer prácticas culturales redituables para el grupo social hegemónico en términos económicos y simbólicos: exposiciones, conciertos, espectáculos, actividades deportivas, venta de artesanía, entre otros; pero se prohíben las marchas, la política partidista y no partidista ajena a los grupos de poder político o las prácticas sociales que pudieran subvertir ese orden.

3. El proceso de asignación de valor. Regímenes de valor

La posibilidad de que el valor sea una cualidad intrínseca de un objeto y que exista una jerarquía estable de valores ha sido explorada por muchos pensadores, en una discusión que no se ha agotado y continúa brindando nuevas e interesantes interpretaciones. Lo que está en cuestionamiento son las limitaciones que presenta este punto de vista, implícito en el discurso autorizado sobre patrimonio, en el proceso de patrimonialización de

objetos arquitectónicos en el contexto latinoamericano.

Con el fin de explorar otras alternativas al criterio de valor intrínseco, conviene revisar los distintos usos del término; por ejemplo, valor se emplea como adjetivo para referirse al precio de una mercancía –decimos que un objeto vale una determinada cantidad monetaria-; también lo empleamos como sinónimo de apreciable, ligado a nociones de preferencia, o como sinónimo de osadía o atrevimiento. En la literatura marxista, el valor es una categoría de análisis importante pues permite distinguir entre la utilidad de un objeto – valor de uso - y la equivalencia establecida para ese mismo objeto durante una transacción – valor de cambio.

En axiología las reflexiones se centran en la naturaleza y carácter del valor: esta disciplina trata de los valores en tanto tales, como cualidades que carecen de corporeidad y se perciben de un modo no intelectual, contrario a los objetos ideales que no tienen presencia en el mundo físico y son percibidos solo por la inteligencia (Ferrater, 1979, p. 868).

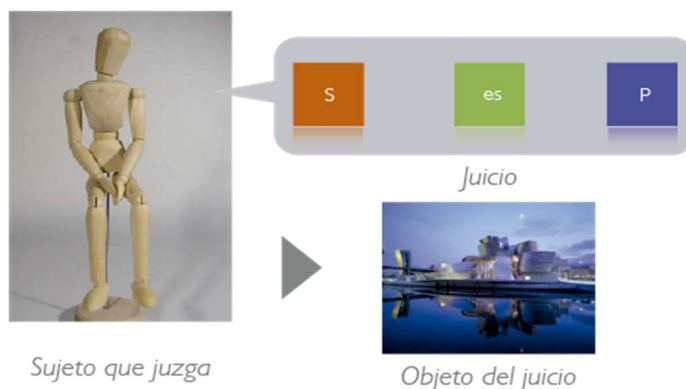
De acuerdo con Frondizi (2012, p.26), aunque no es sencillo reducir los problemas que trata la axiología, es probable que el núcleo se encuentre en discutir si los valores son objetivos o subjetivos; lo primero sucedería si el valor existiera independiente de un sujeto valorador y lo segundo si debe su existencia a reacciones de una conciencia valoradora. ^{iv} No son posiciones teóricas irreconciliables: el último autor, en busca de una posición intermedia, propone superar las limitaciones que encuentra en ambos puntos de vista y sugiere que los valores dependerían tanto de las propiedades de los objetos como de las necesidades humanas que se traducen en deseos (Frondizi, 2012, p.13).

el discurso autorizado- que el valor de los objetos patrimonializados es una propiedad interna e inmutable que los vuelve únicos por lo que su conservación es una tarea de toda la humanidad (Alonso, 2011), conviene cuestionarse: ¿qué evidencia existe de que los valores, como propiedades inherentes de los objetos patrimoniales, son internos e inmutables, y tienen aceptación universal?

Como ya se indicó, el discurso autorizado sobre patrimonio no presenta argumentos ni evidencias a favor de la existencia de valores inherentes a los objetos patrimonializados sino que se impone a través de ejercicios de poder. Mas, si se toma en consideración la propuesta teórica de Frondizi, los valores serían entidades vinculadas a los objetos y a los juicios de valor que expresan la preferencia de un sujeto que valora; conviene explorar las posibilidades teóricas que brinda esta opción para explicar conductas institucionales como las expuestas por Smith (2006), Bertacchini y Saccone (2012), atender las objeciones presentadas por Alonso (2011) o dar una mirada más amplia a la problemática sin obviar los conflictos sociales que aparecen al aplicar los preceptos del discurso autorizado en los procesos de patrimonialización.

La asignación de valor a un objeto por parte de un sujeto que valora se expresa a través de la enunciación de un juicio de valor que, por lo general, se puede reducir a una oración simple conformada por sujeto, verbo y predicado del tipo: **S es P**, donde **S** es el objeto-sujeto, **P** el objeto-predicado y el verbo *es* juega el papel de cópula. Por medio de una oración como la señalada, un sujeto enuncia un sentido de preferencia sobre un objeto-sujeto **S**, asignándole una cualidad en el objeto-predicado **P** (Ver figura 1).

Figura 1. Esquema del juicio de valor.



Fuente:
Peralta (2014)

Si los expertos en patrimonio plantean -en

El acto de valorar es complejo y ante todo, no lineal, y si bien es subjetivo, también es social. No surge espontáneamente de la percepción de un sujeto particular en cada instante sino que está condicionado por la construcción social de paradigmas de valor establecidos históricamente; es así que somos capaces de plantearnos preguntas como: ¿qué tan justa es una sentencia?, o ¿qué tan bella es una pintura?, ¿qué tan armónica es una pieza musical?, y debatir las opiniones personales entre integrantes de una comunidad cultural sin necesidad de establecer previamente los parámetros de acuerdo común que permitan la conversación.

Muchos autores han planteado distintas explicaciones para el proceso subjetivo de asignación de valor. El filósofo alemán Max Scheler afirmaba la independencia de los valores respecto de los objetos-bienes, que únicamente los portarían de forma circunstancial. Planteó que los valores se presentan a los sujetos estructurados según dos rasgos fundamentales y exclusivos: polaridad, que implica que se organizan como positivos o negativos; y jerarquía, de manera que cada valor se hace presente como equivalente, superior o inferior a otros valores. Tanto la polaridad como la jerarquía dan lugar a una escala de valores que podrían ordenarse de mayor a menor (Scheler, 1923).

Si tomamos como base el planteamiento de Scheler (1923) para discutir la asignación subjetiva de valor a los objetos patrimonializados a partir de juicios de valor, es posible sugerir que el proceso de valorar supone un acto de ordenamiento descendente en el que un sujeto selecciona la posición que ocuparía el valor asignado al objeto dentro de una escala de valor. Ello implicaría que el sujeto que valora reconoce la posición del valor asignado a un objeto dentro de una escala de valor subjetiva, realizada por él mismo a partir de su experiencia y conforme las condiciones establecidas desde la comunidad cultural a la que pertenece.

Lo anterior no excluye la posibilidad de que existan los valores por sí mismos; conocemos la existencia de la belleza, la justicia o la bondad sin necesidad de asociarlos con objetos físicos o experiencias sino en el plano abstracto, únicamente como conceptos. Pero sí implica que los objetos no son poseedores de valores sino que los sujetos les asignan valor de manera contingente y dinámica, de acuerdo con sus propios intereses, por lo que una escala de valor no podría ser absoluta ni universal.

Para otorgar valor a un objeto sería necesario que, a la par de la percepción, el sujeto social seleccione idealmente de su experiencia – individual o colectiva- una serie de objetos que puedan compartir características comunes con aquel que se quiere valorar, con el fin de plantear una escala de valor subjetiva que ubicaría en sus

extremos los paradigmas positivo y negativo de orden abstracto, respecto a los cuales se ubicaría el objeto por valorar. De esta manera, al percibir un objeto, el sujeto social valorador enuncia un juicio de valor del tipo **S es P** a través del cual indica un determinado sentido de preferencia con respecto al objeto que percibe, e implícitamente construye una escala de valor –o acudiría a una escala de valor construida previamente- con el fin de asignar valor al objeto percibido en relación con el valor de objetos similares percibidos por el sujeto social un instante anterior.

Los criterios anteriores son pertinentes para discutir la posibilidad de una jerarquía estable de valores en los objetos patrimonializados; un cuestionamiento que, de acuerdo con Frow (1995) se ha vuelto una premisa en los estudios culturales, en el sentido de que ningún texto o práctica social tendría un valor, significado o función intrínseco o necesario ya que todos dependen de relaciones sociales y mecanismos de significación específicos y cambiantes.

Sin embargo esa premisa, como ya se apuntó antes, no encuentra lugar dentro del discurso autorizado sobre patrimonio. Es probable que los criterios de valoración para el patrimonio cultural aún se conserven –aunque esté en entredicho su vigencia y pertinencia- porque detrás de ellos están rezagos de la segmentación entre alta y baja cultura, concebida no solo como una cuestión de identidad de clase sino también como indicador de aquella pretendida correlación directa entre grupos sociales y estructuras de evaluación estéticas^v.

De acuerdo con Frow es un error adoptar un discurso valorativo para estimar el valor relativo de un objeto con respecto a sus referencias de valor y posteriormente intentar que el resultado obtenido alcance una imposible universalidad; en lugar de ello sugiere analizar las relaciones sociales del valor, entendidas como los paradigmas sociales de evaluación, a partir de los cuales los sujetos sociales generan sus juicios de valor; de esa manera sería posible vislumbrar las estructuras institucionales a través de las cuales se forma, transmite y regula el discurso que permite formular aquellos juicios de valor particulares que consiguen transmitirse entre sujetos individuales y permanecer en el tiempo (Frow, 1995, pp. 131-145).

Para este análisis el autor sugiere emplear un nuevo marco de interpretación que denomina Régimen de valor, propuesto como un mecanismo institucional mediador para tener en cuenta tanto la diversidad del valor como la ausencia de una coincidencia simple o necesaria entre los grupos sociales y la estructura de la valoración (Frow, 1995, p.143). La definición que ofrece el autor para el régimen de valor es: una institución semiótica que

genera regularidades evaluativas bajo ciertas condiciones de uso, y en la cual particulares audiencias o comunidades empíricas pueden estar más o menos implicadas. Conforme esta definición, cada acto de lectura –significación, decodificación– y por lo tanto cada acto de atribución de valor sería específico para un particular régimen de valor que lo organiza; los regímenes de valor serían relativamente autónomos y no tendrían relación expresiva directa con grupos sociales determinados (Frow, 1995, p.144).

Para Frow (1995) un régimen de valor no determina el juicio de valor subjetivo sino únicamente especifica un rango de posibles juicios y un conjunto de criterios de valoración que podrían seguirse dentro de una comunidad cultural; ello implica que los individuos construyen una agenda en la que se excluyen algunos juicios por inapropiados o irrelevantes, pero no evita que puedan ingresar otros criterios de valoración de forma contingente. También implica que dentro de una comunidad cultural pueden coexistir distintos regímenes de valor, que los individuos pueden coincidir con distintos criterios de valoración de forma contingente de acuerdo con sus intereses, e incidir en la producción y reproducción permanente de los distintos regímenes de valor con los que concuerdan.

Si se emplean estos principios para explicar el proceso de asignación de valor a los objetos arquitectónicos es posible incorporar las determinantes externas a la enunciación de los juicios de valor que discuten Bertacchini y Saccone (2012) o Alonso (2011), que no son abordadas desde el discurso autorizado. También permite repensar el proceso de reconocimiento social de las distintas expresiones culturales y su protección como ejercicios de poder y con ello, sostener que las preferencias de un sujeto no necesariamente estarán vinculadas a los criterios de valor más usuales de la comunidad cultural a la que pertenece.

Finalmente, el planteamiento de Frow (1995) permite inferir que los distintos regímenes de valor tienen una relación recursiva con los juicios de valor que realizan los sujetos, porque el juicio de valor, entendido como una práctica social, se sustenta en un régimen de valor que es recreado continuamente en las sucesivas valoraciones establecidas a partir de las regularidades evaluativas que este aporta. Ello a su vez implica que los sujetos sociales que valoran tienen un papel activo en la producción y reproducción del régimen de valor.

4. Régimen de valor y valoración contingente. Metodología de investigación y caso de estudio

El propósito del estudio es determinar en qué medida los principios del discurso autorizado se han incorporado en los criterios de valoración de la población, interpretar las estructuras sociales a través de las cuales se producen y distribuyen ciertas regularidades evaluativas – o regímenes de valor -, y en qué medida la exposición del discurso autorizado conduce a variaciones en la asignación de valor de los edificios que forman parte del patrimonio cultural del Centro Histórico de Ciudad de México.

Para alcanzar el propósito se parte del entendido que los pobladores del área de estudio guardan relaciones consigo mismos y otros sujetos - los pobladores del resto del área metropolitana del Valle de México, la región, el país y otros países- que se encuentran mediadas por los objetos arquitectónicos que rodean sus zonas cotidianas de habitación y trabajo, y que esas relaciones les han permitido formar diversas regularidades evaluativas para asignar valor a esos objetos arquitectónicos.

Es probable que los regímenes de valor que los pobladores han construido históricamente para asignar valor a los objetos arquitectónicos de su entorno estén relacionados con el discurso autorizado sobre patrimonio, sobre todo por su incorporación como medio para legitimar acciones de intervención a edificaciones y espacios públicos; para establecer en qué medida ha permeado el discurso autorizado entre la población se plantea un mercado hipotético del valor a través de un ejercicio de valoración contingente, en el cual se pide a los asistentes que determinan su máxima disposición a pagar para la conservación de un determinado bien, sin mediar explicaciones; con ello se busca , interpretar las estructuras sociales a través de las cuales se producen y distribuyen los regímenes de valor, y en qué medida la exposición del discurso autorizado conduce a variaciones en la asignación de valor.

En la encuesta el interpelado expone su decisión, con lo cual expresa su medida del valor particular del bien con base en las regularidades evaluativas del régimen de valor en el que participa; a continuación se expone una parte del discurso autorizado sobre patrimonio y se requiere nuevamente al encuestado que conteste si cambia su primera valoración; si la respuesta es positiva se le pide que indique cuál es ese nuevo valor. En este estudio no importa la valuación precisa de un bien sino la variación en la asignación del valor que puede ocurrir cuando se expone el discurso autorizado sobre patrimonio, y en qué medida la información proporcionada permite al sujeto que valora integrarse al régimen de valor que se ha construido desde el discurso autorizado sobre patrimonio.

La valoración contingente es uno de los métodos más utilizados para expresar la disposición a pagar por un bien o servicio que no tiene un mercado claramente establecido. Las ventajas que presenta respecto a otros métodos, como por ejemplo el coste de viaje, es que mediante un cuestionario se interpela de manera directa a una persona sobre su disponibilidad a pagar por el disfrute de un bien o recibir una compensación económica por su ausencia. De acuerdo con Riera (1994, p.10), el cuestionario juega el papel de un mercado hipotético, donde la oferta se representa por el entrevistador y la demanda por el entrevistado.

Es un método indirecto de valuación empleado para conocer el grado de deseabilidad de un producto. La ventaja principal que presenta frente a otros métodos es que con él se pueden expresar valores de uso y de no uso en un medio corriente de pago, entre los que se encuentran los valores de opción, existencia, legado y manejo. En este estudio se utiliza la metodología porque se considera que los objetos arquitectónicos patrimonializados son bienes públicos -pues tienen características de no rivalidad y no exclusividad-, por lo cual sus efectos positivos y negativos son difíciles de expresar en un precio.

En un ejercicio de valoración contingente típico (Navrud & Ready, 2002, p. 20) se pide a una persona que decida hipotéticamente cuál sería su elección entre dos posibilidades: con la primera mantiene su riqueza pero renuncia a la satisfacción que le brinda un bien, mientras que la segunda posibilidad mantiene la posibilidad de acercarse y disfrutar de un bien público pero reduce la riqueza de la persona encuestada. El valor que la persona asigna a un bien y el lugar que éste ocupa en una escala de valor se infieren de la respuesta que da el encuestado.

En esta investigación se plantean dos ejercicios de valoración contingente secuenciales con el fin de establecer si existen variaciones en la asignación de valor al integrar el discurso autorizado sobre patrimonio. En el primer ejercicio de valoración contingente se consulta al encuestado su máxima disposición a pagar para aportar a la conservación de un bien inmueble, con base en dos alternativas:

1. Si el encuestado está dispuesto a aportar dinero para la conservación de bienes inmuebles, contribuye a un fondo destinado a la conservación de los inmuebles. Las intervenciones se harían manteniendo estricto apego a las técnicas de restauración y a las normas vigentes.

2. Si el encuestado no está dispuesto a aportar dinero para un fondo de conservación de las edificaciones, su decisión no necesariamente

implica la pérdida inmediata de un bien, aunque al no aportar las metas de conservación se miran más lejanas y es probable que los daños se agraven con el tiempo.

En este primer ejercicio se hace énfasis en los beneficios potenciales que, de acuerdo con el discurso autorizado sobre patrimonio, pueden obtenerse de la conservación de los inmuebles: la posibilidad de obtener beneficios económicos a través del turismo es la primera opción, pero también se considera que conservar la identidad local o las prácticas culturales tradicionales son importantes. El segundo ejercicio de valoración contingente incorpora el discurso autorizado, en lo relativo al valor histórico, integridad y autenticidad de los inmuebles, y las posibilidades de incrementar el bienestar económico del encuestado siempre que se conserven las edificaciones.

La información se recoge en una encuesta compuesta de tres partes: la primera, diseñada para señalar el contexto en que se desarrolla la investigación, se compone de tres preguntas que indagan sobre los posibles beneficios que se desprenden de la renovación de los edificios patrimoniales para la población, y la voluntad del encuestado de aportar a un fondo especial que sirva exclusivamente para ese motivo.

“1) Considera usted que existen beneficios por la restauración de edificios en el Centro Histórico?”; “2) Considera usted que es necesario restaurar los edificios antiguos?” y finalmente, 3) Estaría usted dispuesto a aportar económicamente para la restauración de los edificios antiguos en el Centro Histórico?”

La segunda parte de la encuesta establece la máxima disposición a pagar por la restauración de los edificios, remarcando que el aporte personal es importante para preservar las edificaciones;

“4) De acuerdo con sus ingresos, gastos y preferencias personales hacia los distintos inmuebles que se presentan a continuación, ¿qué cantidad de dinero en pesos mexicanos -MX\$- estaría usted dispuesto a aportar por año para ayudar a su conservación?”;

La pregunta se acompaña de una fotografía que se muestra al encuestado con el fin de que identifique con facilidad el objeto arquitectónico. La escala de valor propuesta tiene 6 grados expuestos de menor a mayor: 0 a 50; 51 a 100; 101 a 200; 201 a 300; 301 a 400; 401 o más pesos mexicanos MX\$, que establecen los grados de valor que se podrían asignar a un determinado bien.

A continuación se exponen las características de los edificios con base en el discurso autorizado sobre patrimonio, exponiendo brevemente las características que los harían ejemplos sobresalientes de la arquitectura local^{vi}. La

segunda valoración sigue a la breve explicación sobre las posibilidades económicas de explotar cada uno de los bienes, corresponde con la 5ta pregunta: 5) “Luego de escuchar la explicación, ¿ha cambiado de opinión respecto a su posible contribución económica para ayudar a la conservación de los edificios?”.

Las respuestas cerradas en Si o No, y una petición de las razones son exploradas en esta pregunta. Si hay una respuesta afirmativa, se pide al encuestado: 6) “En caso de contestar Si a la pregunta anterior, indique la cantidad de dinero que estaría dispuesto a aportar por año para ayudar a la renovación de los edificios.”, planteada con el fin de establecer la variación en la asignación del valor. Si el encuestado considera que su bienestar mejoraría hipotéticamente con la conservación edilicia su disposición a pagar se incrementaría; se establece variación en la asignación de valor a las edificaciones al calcular la diferencia entre los datos recogidos entre la segunda y la primera valoración.

Para el estudio se escogieron 4 edificaciones dentro de La Merced, uno de los barrios tradicionales del Centro Histórico de Ciudad de México que ha sido objeto de sucesivas intervenciones en las últimas décadas (Ver mapa 1 e figura 2). En el área se encuentran 185 predios dentro de las 18 manzanas que componen el área de estudio; de éstos, 91 tienen Nivel de Protección 1, otros 23 cuentan con Nivel de Protección 2 y finalmente, existen 7 predios con Nivel de Protección 3^{ra}. Los restantes 64 predios no tienen ningún nivel de protección; por consiguiente, desde el discurso autorizado se considera que casi el 60% de edificaciones tiene algún nivel de importancia histórica, autenticidad e integridad.

La gran mayoría de inmuebles catalogados han sido modificados, o como indica el Catálogo Nacional de Monumentos Históricos Inmuebles del Instituto Nacional de Antropología e Historia INAH (2004), han perdido su partido arquitectónico original. De igual manera, la mayoría de edificaciones fueron en su tiempo casas habitación pero se han transformado en comercios, bodegas o talleres. El INAH ha catalogado 65 inmuebles dentro del polígono de estudio, y si se los observa desde el discurso autorizado de patrimonio destacan los siguientes:

Mapa 1. Ubicación de edificaciones utilizadas en el estudio.



Fuente: Peralta (2014)

En primer lugar el antiguo Convento de La Merced, que originalmente ocupaba una manzana completa limitada por las actuales calles de Plaza Alonso García Bravo al norte, República de Uruguay al sur, Roldán al oriente y Jesús María al poniente, construido entre los siglos XVII y XVIII y modificado de manera importante a partir de la promulgación de las Leyes de Reforma. Resalta el claustro, de estilo mudéjar y único en Latinoamérica.

la celebración cívica oficial; por esta razón los habitantes más antiguos la conocen como "la Casa de la Bandera".

Figura 2. Edificaciones utilizadas en el estudio



Fuente: Peralta (2014)

Las edificaciones que conforman la manzana ubicada entre las calles: Corregidora al norte, Plaza Merced al sur, Roldán al oriente y Alhóndiga al poniente componen un conjunto aislado con Nivel de Protección 1; tiene una morfología particular que permite pensar en giros comerciales similares a los de la calle Francisco I. Madero o las inmediaciones de la Alameda Central, y en la recuperación comercial por medio de la peatonización de las calles que lo circundan. En tercer lugar está la Alhóndiga, el edificio ubicado en el número 10 de la calle con el mismo nombre y declarado monumento en 1931: es una edificación antigua que se ha conservado bastante bien y recuerda la herencia comercial asociada históricamente con el barrio.

Para terminar, la edificación que se encuentra en la calle Jesús María 96 es relevante porque en ese lugar, el 24 de febrero de 1935 fue proclamado el Día de la Bandera por uno de sus ocupantes – el C. Benito Ricardo Ramírez E, empleado del Banco de México- luego de persistir por años para que sea considerada por las autoridades nacionales; durante 5 años el Sr. Ramírez encabezó la celebración cívica junto con representantes del Ejército nacional en el departamento donde vivía, hasta que en 1940 el presidente Lázaro Cárdenas decretó que esa fecha entre a formar parte de las celebraciones cívicas nacionales, y el evento cívico se trasladó al Palacio Nacional. A pesar de lo anterior por muchos años el Sr. Ramírez realizó su celebración cívica en la casa de Jesús María 96 con presencia de vecinos, policías y militares para luego acudir a la invitación del Presidente de la República en turno para encabezar

III

En total se recogieron 86 encuestas válidas, que equivalen al 4,72% del total del habitantes mayores a 18 años que residen en la zona de estudio. El 85% de los encuestados piensan que existen beneficios causados por la restauración de los edificios antiguos, la gran mayoría piensan que es necesario restaurar los edificios antiguos -96,5% a favor y 3,5% en contra-; la opinión es diferente cuando se consulta a los habitantes si estarían dispuestos a realizar un aporte económico para restaurar los edificios antiguos en el Centro Histórico, ya que el 39.5% dicen estar dispuestos mientras que el 60.5% responden no. Las personas con mayor nivel de estudios tienen mejor disposición a aportar para la restauración de edificios: todos quienes tienen nivel de posgrado y la mayoría de personas que tienen estudios de licenciatura -56,6%- se muestran favorables a la propuesta.

Se encontraron variaciones en la asignación del valor a los 4 edificios luego de la explicación, aunque los cambios no son significativos y la gran mayoría de encuestados mantienen la primera valoración. En el caso de la Antigua Alhóndiga, en la primera valoración el 70,9% de los encuestados indicó que su máxima disposición de aporte se encuentra en el rango de 0 a 50 pesos mexicanos por año y luego de la explicación el porcentaje se reduce al 61,6%; esta diferencia se reparte entre 4 rangos de aporte de manera casi igual dejando intacto el segundo - de 51 a 100 pesos mexicanos por año. El

81,4% de los encuestados no cambió su valoración frente al 18,6% que sí lo hizo.

Fuente: Peralta (2014)

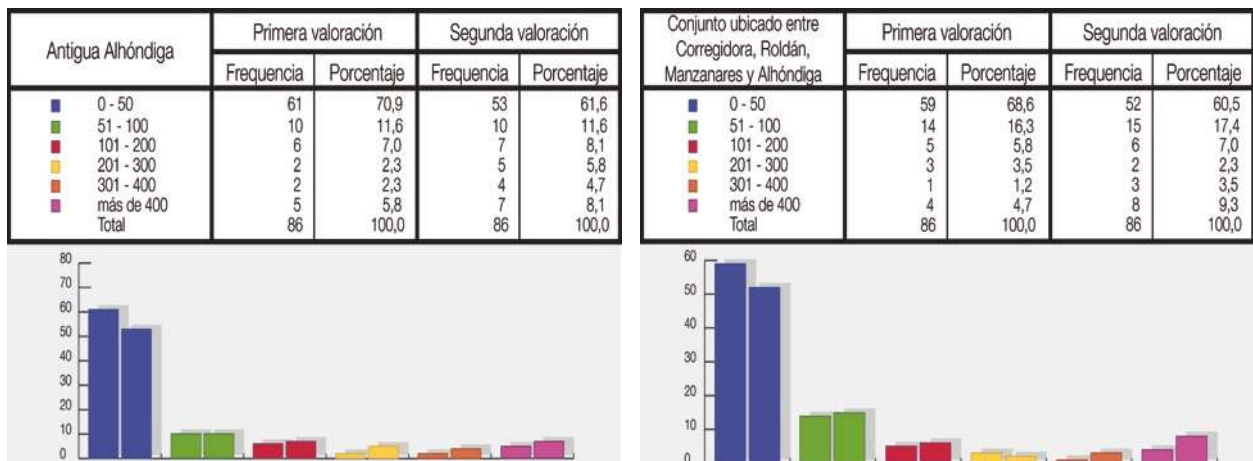
En el caso del conjunto de edificaciones ubicado entre las calles Corregidora, Roldán, Manzanares y Alhóndiga la diferencia entre primera y segunda valoración es similar a los resultados obtenidos para la Antigua Alhóndiga. Del 68,6% de personas que habían indicado que su posible aporte se encontraba entre los 0 y \$50 pesos mexicanos por año, cambia al 60,5% y junto con las personas que la asignación de valor en el rango entre 201 y 300 pesos por año -del 3,5% al 2,3% del total de encuestados- son las únicas valoraciones con tendencia a la baja; las demás tienden a incrementarse luego de realizar la explicación, lo que indica que una parte de los encuestados -el 16,3% del total de encuestados- asigna un mayor valor al grupo de edificaciones como consecuencia de la información que reciben (Ver Gráfico 1).

La diferencia entre asignaciones de valor al ex-Convento de La Merced tiene particularidades respecto a los otros 3 casos estudiados. Este edificio recibe una importante primera valoración para el rango de aporte comprendido entre los \$51 y \$100 pesos mexicanos por año -15,1% del total de encuestados- en relación con los otros tres ejemplos; todos los rangos de asignación de valor tienen importantes incrementos luego de la explicación, con énfasis en el rango de \$100 a \$200 pesos mexicanos por año - de 7 a 9,3% - y más de \$400 pesos por año -de 8,1 a 10,5%-. El mayor incremento porcentual corresponde al rango de aporte que va de \$200 a \$300 pesos mexicanos por año, que se incrementa 4,7%.

La casa ubicada en Jesús María 96 es la que muestra el mayor incremento en la variación en la asignación de valor y hacia los montos mayores -es decir, a pagar más de \$400 pesos por año-. En la primera asignación de valor tiene mucha importancia el segmento comprendido entre 0 y \$50 pesos mexicanos por año - 65,1% del total de encuestados -, seguida por el rango comprendido entre los \$50 y \$100 pesos mexicanos por año, con el 18,6% del total de encuestados. En la segunda valoración la opción de 0 a \$50 se reduce significativamente a 54,7% del total de encuestados y se incrementa levemente de 18,6% a 19,8% la posibilidad de aportar entre \$50 y \$100 pesos mexicanos por año; a la vez, la posibilidad de pagar más de \$400 pesos se incrementa de 4,7% a 11,6%: las demás escalas mantienen la tendencia de las otras 3 edificaciones, por lo que es el ejemplo donde la variación en la asignación del valor entre los dos ejercicios es sensiblemente mayor, con un 3,5% correspondiente al rango mayor a \$400 pesos, cuando en los 3 ejercicios anteriores esta posibilidad de incremento se mantiene en 1,2% (Ver Gráfico 2).

Gráfico 1. Variaciones en la asignación de valor: antigua Alhóndiga y conjunto ubicado entre Corregidora, Roldán, Manzanares y Alhóndiga.

Gráfico 2. Variaciones en la asignación de valor: ex-convento de La Merced y edificación en Jesús María 96



Finalmente, las causas expuestas por los encuestados para cambiar o no la valoración son amplias y diversas. La primera razón señalada por los encuestados para cambiar su opinión es haber incrementado su conocimiento acerca de la historia relativa a los edificios y por consiguiente, de las nociones de cultura y tradiciones que impulsa el discurso autorizado sobre patrimonio. La segunda razón es reconocer las posibilidades de beneficio económico que brindaría la conservación de los edificios mostrados en el estudio: le siguen a esta última otras respuestas relacionadas con el apoyo a la recuperación de la historia y cultura y el reconocimiento de la calidad estética de los edificios.

Las razones para no cambiar la primera valoración son más numerosas y variadas. La más importante es el reconocimiento de los encuestados de las limitaciones que impone su bajo ingreso económico, que los imposibilita a aportar más a una iniciativa de la que no están seguros si podrán obtener algún beneficio. La segunda razón en importancia tiene relación con el papel de las instituciones gubernamentales, principalmente el INAH, en la conservación de los edificios que son propiedad federal; bajo su punto de vista las instituciones tienen la obligación de proteger los monumentos empleando los recursos que son pagados al gobierno a través de los impuestos.

En tercer lugar se encuentra la negativa del encuestado a hacer un aporte adicional, por falta de interés, porque no creen en la propuesta, o porque creen que los aportes hipotéticos no servirían para el motivo presentado sino que los fondos se desviarían, debido a la corrupción que envuelve el manejo de la gestión de los sitios patrimoniales y la ciudad en general. Las razones con las que coinciden menos encuestados son: sugerir que eliminen a los vendedores ambulantes como paso previo a solicitar apoyos, que primero les gustaría ver si esa iniciativa sirve para mejorar el entorno antes de hacer un aporte, y que las obras únicamente han complicado las actividades de las personas del barrio sin brindar un beneficio.

Los resultados obtenidos muestran una problemática común a varias zonas patrimoniales en Latinoamérica: a pesar del incremento sustancial de inversión en obra pública, la proyección de los sectores hacia el turismo y los esfuerzos para transformar la forma de valorar las edificaciones entre la población, los resultados no son los esperados por los gestores, por al menos 3 razones: En primer lugar, que si bien hay una élite hegemónica que emplea el discurso autorizado sobre patrimonio para irrumpir en el Centro

Histórico de la ciudad, otros grupos de poder actúan al interior de los barrios, con otros propósitos, estéticas y regímenes de valor distintos a los de las élites dominantes

En segundo lugar, que sectores sociales se mantienen en resistencia social ante las intervenciones que, de forma velada o evidente, intentan cooptar esta área para beneficio de los empresarios del turismo. No es extraño que grupos organizados de pobladores empleen para la defensa de sus intereses y medios de vida el mismo discurso autorizado sobre patrimonio, ante todo lo relativo al patrimonio intangible. Ellos emplean regímenes de valor, estéticas y éticas distintas aunque amparados en el mismo sistema de valores del discurso autorizado, que también se presenta como estable y jerarquizado; esto indica claramente que el discurso no ha permeado completamente entre la población y también que, al tratarse de una construcción cultural, es dinámico y contingente. Finalmente, que las condiciones reales de pobreza en la que viven los pobladores del Centro Histórico de la ciudad – algunos de los más pauperizados de un país profundamente clasista y desigual– se sobrepone, y con frecuencia se impone, al régimen de valor que subyace el discurso autorizado sobre patrimonio.

La evidencia recogida no mostró la aplicación rigurosa de los principios hegemónicos del discurso autorizado sino una amplia y difusa escala de aplicación de esos criterios de valoración que dan cuenta de una enorme gama de posiciones de valor ante las regularidades evaluativas de un régimen de valor. Un número importante de encuestados, sin importar su formación académica maneja los conceptos que forman parte del discurso autorizado sobre patrimonio y están convencidos de su valor intrínseco, aunque muchos otros no solo desconocen esos principios sino que han construido socialmente un esquema de valoración que gira en torno a los usos cotidianos de las edificaciones y espacios públicos; en muy pocos casos la incorporación del discurso autorizado sobre patrimonio ha calado lo suficientemente como para que el sujeto que valora se integre de forma militante a lo que postulan las instituciones rectoras del patrimonio mundial.

El diseño de la encuesta permite evaluar el nivel de conocimiento de las personas sobre el discurso oficial de valor del patrimonio cultural dentro de su área de vivienda y trabajo y el impacto que ha tenido en su vida cotidiana. El estudio no busca específicamente construir un mercado hipotético contingente para establecer una escala de valor sino establecer en qué medida un poblador puede asumir una posición de valor distinta, para un mismo objeto, una vez que se ha puesto en contacto con una parte del discurso autorizado sobre

patrimonio en un tiempo muy corto; en consecuencia se presenta una variación en el empleo del método de valoración contingente, toda vez que no es tan importante establecer la máxima disposición a pagar sino los cambios en la asignación de valor.

La cuestión central consiste en posicionar el discurso oficial entre la población encuestada, de manera que exista la apertura para que ellos consideren asumirse dentro de un régimen de valor. Los resultados obtenidos permiten sostener que la posición económica y social, nivel de educación así como la edad y género de cada encuestado no condicionan la correspondencia de un poblador con

alguna posición de valor. Los resultados obtenidos dejan ver que se superponen diversos criterios de valoración sobre los inmuebles estudiados que dan evidencia de regímenes de valor que coexisten simultáneamente. Por consiguiente es necesario que las discusiones sobre el patrimonio cultural que pretendan alejarse de una noción mercantilista partan de reivindicar el carácter socialmente determinado y contingente del juicio de valor, que en último término significa abandonar criterios de intervención universales para dar paso a soluciones de corte local, que miran a escenarios y actores sociales únicos.

Notas

ⁱ *Authorized Heritage Discourse* AHD en el original.

ⁱⁱ De acuerdo con la Unesco (2012), con base en la definición proporcionada por Herb Stovel, la autenticidad es la capacidad de un objeto para transmitir su significado a través del tiempo, y la integridad determina la posibilidad de la primera por asegurar y mantener su importancia a través del tiempo. Estas no son categorías aplicables a cualquier objeto cultural; su empleo implica que ha transcurrido un tiempo considerable desde su producción, por lo cual el hecho de que se mantuviera sin cambios notables lo haría extraordinario. Señala Wells (2010, p. 2) que la autenticidad es un juicio de qué tan “real” o “falso” es un edificio, un objeto o un lugar; la integridad representaría en qué medida el objeto puede manifestar esa verdad en el futuro.

ⁱⁱⁱ Se recomienda la lectura completa del artículo de Alonso (2011) puesto que se presentan otras consideraciones que invitan a repensar los criterios de asignación de valor establecidos desde el discurso autorizado de patrimonio. Es importante, por ejemplo, la discusión sobre las acepciones y usos de la noción de valor intrínseco; para este artículo interesa que el reconocimiento del valor universal excepcional no es un fin en sí mismo sino parte de un proceso que incluye la conservación del objeto y probablemente su incorporación a un mercado relacionado con la economía de la cultura y el turismo, por lo cual no sería viable que un objeto patrimonializado tenga un valor intrínseco como valor no-instrumental.

^{iv} Desde el primer punto de vista los valores no se asignarían, sino que los sujetos a través de la razón descubrirían su existencia e identificarían al ser con el valor; desde el segundo punto de vista serían los sujetos portadores de valores quienes asignarían cualidades a los objetos.

^v Existe evidencia de que la producción simbólica y la adjudicación de valores dentro de las culturas dista mucho de ser algo tan simple como lo plantea el discurso autorizado sobre patrimonio; teóricos de la cultura como

Pierre Bourdieu o Bolívar Echeverría desarticularon las jerarquías de valor basadas en una perspectiva universal, generadoras de cánones y territorios marginales, mediante la instrumentación de los principios de la teoría marxista del valor: revelaron que los intereses de clase imponen la ideología dominante a los procesos de producción-consumo y con ello inciden en los juicios de valor. Frow (1995, p. 131-132) plantea que se ha vuelto evidente que los diferentes grupos sociales emplean criterios de valor que pueden resultar incompatibles e irreconciliables entre sí, lo que demuestra que la lucha de clases también alcanza el universo de la asignación de valor, y como señal de que una red vasta y compleja de diferenciaciones no puede ser reducible a una sola escala de valor; finalmente, hay que apuntar que la presunción de criterios y jerarquías uniformes de valor ha jugado un rol importante en la ideología de los regímenes políticos autoritarios.

^{vi} La incorporación del discurso oficial se hace a través de una breve exposición con el auxilio de imágenes. Se recurre al discurso expuesto en el Plan para la rehabilitación del barrio de la Antigua Merced en el Centro Histórico de la Ciudad de México (2011 - 2016): “Nuestro objetivo debe ser: Posicionar el barrio La Merced como destino turístico, potenciando su dimensión social, histórica, cultural y económica; estrechando vínculos entre la ciudad que se construye, modifica y rehábilita (sic), y el ciudadano o visitante que la vive, usa y disfruta”.

^{vii} En el discurso autorizado mexicano los Niveles de Protección establecen la escala de valor de los inmuebles patrimoniales. Las edificaciones catalogadas por el INAH con Nivel de Protección 1 representan los valores más altos de autenticidad, integridad y valor histórico. La determinación del nivel de protección es un dictamen técnico que ocurre al interior de las instituciones. Por consiguiente las edificaciones con Nivel de Protección 1 son las más importantes dentro del discurso autorizado sobre patrimonio mexicano.

5. Referências bibliográficas

- Alonso, I. V. (2011). El valor intrínseco del patrimonio cultural: ¿una noción aún vigente?. *Intervención*, 2 (3), pp. 6 – 13. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-249X2011000100002&lng=es&tlng=es
- Bertacchini, E. & Saccone, D. (2012). Toward a political economy of World Heritage. *Journal of Cultural Economics*, 36 (4), pp. 1 – 22. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1757864>
- Ferrater, J. (1979). *Diccionario de filosofía*. Madrid: Alianza Editorial.
- Fronzizi, R. (2012). *¿Qué son los valores?*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Frow, J. (1995). *Cultural studies and cultural value*. Oxford: Clarendon Press.
- Harvey, D. C. (2001). Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, 7 (4), pp. 319 – 338.
- Navrud, S. & Ready, R. (Eds.) (2002). *Valuing Cultural Heritage: Applying Environmental Valuation Techniques to Historic Buildings, Monuments and Artifacts*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing.
- Peralta, B. V. T. (2014). *Variaciones en la asignación de valor al patrimonio cultural inmobiliario en el Centro Histórico de la Ciudad de México: caso de estudio: Eje Topacio-Talavera-Albóndiga, Barrio La Merced*. (Tesis de Maestría) Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F.
- Riera, P. (1994). *Manual de valoración contingente*. Barcelona: Instituto de Estudios Fiscales.
- Scheler, M. (1923 [2005]). *Esencia y formas de la simpatía*. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. New York: Routledge, Taylor and Francis Group.
- Unesco (2008). *Directrices prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial*. París: Comité Intergubernamental de Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural.
- Unesco (2012). *Reporte del encuentro internacional de expertos sobre integridad del Patrimonio Cultural*. Al Ain: Unesco.
- Wells, J. C. (2010). Valuing historic places: traditional and contemporary approaches. *School of Architecture, Art, and Historic Preservation Faculty Papers*, 22, pp. 1-15. Recuperado de https://docs.rwu.edu/saahp_fp/22
- Yáñez, C. M. (2010). La redefinición del valor universal excepcional y el futuro de la Lista del Patrimonio Mundial. *E-RPH Revista electrónica de patrimonio histórico*, 6, pp. 1 – 22. Recuperado de <http://revistaseug.ugr.es/index.php/erph/article/view/3370/3382>